Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura **Número: 51**

I Sessão Legislativa **Horta, terça-feira, 3 de junho de 2025**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Carlos Freitas e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 3 minutos.

Após a chamada dos Deputados, iniciou-se a sessão com a **Interpelação ao Governo Regional a respeito dos setores Agroindustrial e Cooperativo da Região Autónoma dos Açores (IL).** A intervenção inicial foi feita pelo Deputado Nuno Barata (IL), dando início ao debate que contou, posteriormente, com intervenções escritas de tribuna por parte do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura) e da Deputada Patrícia Miranda (PS), seguidas das participações dos Deputados Francisco Lima (CH), Paulo Silveira (PSD), Jorge Paiva (CDS-PP), António Lima (BE), João Mendonça (PPM), Paulo Chaves (PSD), José Pacheco (CH), Pedro Neves (PAN), João Bruto da Costa (PSD) e Andreia Cardoso (PS). Durante o debate, o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura) solicitou o uso da palavra para defesa da honra.

Da parte da tarde, prosseguiu-se com os trabalhos da agenda, passando ao debate do ponto 5, **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XIII – "Cria e regulamenta o cheque-dentista" (CH).** Após a apresentação realizada pela Deputada Hélia Cardoso (CH), o debate prosseguiu com as intervenções dos Deputados Pedro Pinto (CDS-PP), João Mendonça (PPM), Nuno Barata (IL), José Miguel Toste (PS), António Lima (BE), Pedro Neves (PAN), Nídia Inácio (PSD), João Bruto da Costa (PSD) e José Pacheco (CH), contando ainda com a participação da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi). O diploma foi posteriormente submetido a votação, tendo sido aprovado por maioria.

De seguida, procedeu-se à apreciação e votação do ponto 6 da agenda, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XIII – "Estabelece o regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento**

ambiental" (GRA). A apresentação da proposta esteve a cargo do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel). Participaram no debate os Deputados José Paulo Sousa (CH), António Lima (BE), Pedro Neves (PAN), Ana Jorge (PSD), Francisco Lima (CH), João Mendonça (PPM), Joana Pombo Tavares (PS) e Pedro Pinto (CDS-PP). Em votação final global, a proposta foi aprovada por maioria.

Ao final do dia, teve lugar uma interpelação à Mesa por parte do Deputado José Pacheco (CH), após a qual os trabalhos foram dados por concluídos às 19 horas e 34 minutos.

Eram 10 horas e 3 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Costa **Soares**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**

Henrique Miguel Couto **Melo**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo Tavares**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Marco Euclides Lemos **Martins**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, esta manhã está reservada ao ponto 1 da nossa agenda: **Interpelação ao Governo Regional a respeito dos setores Agroindustrial e Cooperativo da Região Autónoma dos Açores**. É uma interpelação promovida pela Iniciativa Liberal.

Regem esta matéria os artigos 183.º e 184.º do nosso Regimento. Os tempos já estão espalhados nos nossos monitores: o Governo, o PSD, o PS e a Iniciativa Liberal dispõem cada um de 25 minutos; o Grupo Parlamentar do CHEGA, de 15 minutos; o CDS-PP, de 12 minutos; as Representações Parlamentares do PPM, do Bloco de Esquerda e do PAN dispõem, cada uma, de 10 minutos.

Para iniciar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça o favor, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os setores agrícola e agroindustrial na Região Autónoma dos Açores são de relevante importância para a nossa parca e frágil economia.

O setor agrícola está profundamente ligado e condicionado pela produção de leite para a transformação em produtos lácteos. Na verdade, a pecuária ganhou expressão, destacando-se a produção de leite e carne bovina como marcas identitárias da atividade agrícola na nossa região.

Ao longo dos anos, o setor agroindustrial tem passado por diversas fases de evolução, moldado por políticas governamentais, com maior ou menor modernização

tecnológica, e pelas dinâmicas dos mercados. Este percurso foi acompanhado por um processo tímido de industrialização, que deu origem às primeiras unidades de transformação, sobretudo dedicadas ao processamento de produtos lácteos, a saber: queijo, manteiga, leite para consumo humano, que hoje está praticamente reduzido ao ultrapasteurizado.

O setor cooperativo teve, e continua a ter, um papel relevante na economia social. Assente nos princípios fundamentais que orientam a criação de qualquer cooperativa, essas entidades representam — ou deveriam representar — uma forma autêntica de organização da sociedade civil, nascida da iniciativa dos cooperantes, baseada na solidariedade, na entreajuda e na partilha de conhecimentos, equipamentos, mas também de responsabilidades, com principal enfoque no nível do escoamento dos produtos transformados e apoio técnico aos cooperantes na valorização das suas produções.

Todos devem ter a coragem de reconhecer os sucessivos erros do passado, e que continuam bem patentes no presente. As cooperativas foram desvirtuadas da sua natureza original e transformadas em estruturas quase totalmente dependentes do Governo Regional, ao ponto de as populações, e até os próprios cooperantes, em inúmeros casos, não olharem as agremiações como suas e pelas quais são beneficiários e responsáveis, mas como entidades estranhas, que são das respetivas direções ou até extensões dos governos.

Com infraestruturas sobredimensionadas, cujas opções são, em grande parte, responsabilidade dos sucessivos governos — que, mais não seja, porque as aprovaram e promoveram esses processos — essas cooperativas estão hoje num nível de dependência quase total de subsídios, esmolas do tipo do RSI (Rendimento Social de Inserção), mas sempre sem inserção, e apoios públicos sucessivos.

Com esses subsídios, na grande maioria das vezes atribuídos sem critérios de desempenho e sem planos de reestruturação que apontem para uma verdadeira autonomia financeira, as cooperativas da área da transformação na Região tornaram-

se, na prática, extensões do Governo Regional, submetidas a vontades políticas, capturadas por interesses partidários e privadas de rumo estratégico, tendo acabado por cair numa estagnação visível, sendo hoje, em vários casos, concorrência desleal ao setor privado. Concorrência muito desleal, diga-se. Mesmo até porque contribuem todas elas, muitas vezes, para a depreciação e menorização do valor acrescentado dos produtos lácteos açorianos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: é impossível ignorar o peso financeiro que o setor cooperativo tem tido nas contas da Região ao longo dos anos. Na verdade, foram centenas de milhões de euros canalizados por sucessivos governos regionais para sustentar cooperativas e associações, em especial no setor agroindustrial, sem resultados que se possam considerar satisfatórios.

Muitas dessas entidades tornaram-se autênticos sorvedouros de dinheiros públicos, sem benefício tangível para a sociedade ou sequer para os seus próprios cooperantes, que se sentem absolutamente desresponsabilizados pelo rumo das suas próprias cooperativas.

Algumas estão tecnicamente falidas há anos e apenas continuam a operar graças a uma contínua e descontrolada injeção de subsídios e apoios públicos, concedidos, como já disse atrás, sem critérios de desempenho ou exigência de contrapartidas.

Esta realidade é agravada pelas cartas de conforto emitidas pelo Governo Regional, que representam um risco financeiro e um encargo insustentável para os contribuintes açorianos, e contribuem significativamente para uma crescente dívida para as gerações que vêm a seguir. Esta situação não só distorce a economia regional, como compromete a confiança dos cidadãos nas instituições públicas.

É tempo de pôr fim a esta dependência crónica e repensar o papel do setor cooperativo, promovendo autonomia, sustentabilidade e mérito, e isto só se faz deixando-as trilhar os seus caminhos com liberdade e autonomia, com responsabilidade e com rigor. Não podemos ter *dois pesos e duas medidas.*

Vejamos: em fevereiro de 2022, face à situação financeira difícil porque passava a Cooperativa Ocidental na ilha das Flores, o Secretário Regional da Agricultura apresentou uma solução que levou os produtores de leite da ilha a determinarem pelo encerramento da única unidade de produção e transformação de leite do Grupo Ocidental.

Quem assumiu os custos? Os contribuintes.

A solução então apresentada foi de apoiar os produtores de leite das Flores a proceder a uma reconversão das suas explorações agrícolas de produção de leite em produção de carne.

Quem pagou? Os contribuintes.

Considerava então António Ventura que, face àquela situação específica da ilha das Flores — que era a mais pequena do total das dívidas do setor cooperativo de leite e lacticínios na Região — que, passo a citar: "Não podemos sustentar uma fileira que é um prejuízo acrescentado, que não é aceitável que o erário público esteja constantemente a injetar dinheiro e exista constantemente um prejuízo, até porque cria uma situação de desigualdade com os privados." Dizia António Ventura então.

Em 2022, sabia-se que as dívidas das cooperativas nos Açores eram cerca de 63 milhões de euros, e que, no final de 2024, já se encontrava nos 68 milhões de euros, ou seja, 2 anos depois, mais 5 milhões de euros.

Até aos dias de hoje, segundo publicações de atos e despachos normativos em Jornal Oficial, na Região, é possível verificar:

1. Desde 2021, até ao momento do seu encerramento, através de diferentes formas e de diferentes departamentos do Governo Regional, a Cooperativa Ocidental da ilha das Flores foi apoiada pela Região em 683 mil euros;
2. Desde 2021, até ao momento, a atual Cooperativa Leite Montanha da ilha do Pico foi apoiada pela Região em 1 milhão 558 mil euros;
3. Desde 2021, até ao momento atual, a Cooperativa Agrícola da Lacticínios do Faial foi apoiada pela Região em 1 milhão 554 mil euros.

A atribuição de tais apoios públicos a cooperativas de direito privado tem provocado queixas por parte de empresários, que chegam mesmo a acusar o Governo Regional — em concreto, a Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação — de "… beneficiar o setor cooperativo em detrimento da iniciativa privada", contrariando a visão política aparentemente defendida pelo Secretário Regional no caso da Cooperativa Ocidental.

Importa, por isso, esclarecer, cabal e devidamente, os montantes das dívidas do setor cooperativo, as responsabilidades financeiras que a Região possa ter sobre estas dívidas, visto que o Secretário Regional António Ventura ter dito publicamente que herdou 68 milhões de dívidas das cooperativas, e que é fundamental esclarecer a diferença de atuação do Governo Regional relativamente a diferentes entidades do setor cooperativo, sendo, para umas, implacável e, para outras, um financiador de dívidas por pagar.

Há anos que as cooperativas seguem em modo de sobrevivência, sem que se tomem medidas concretas para inverter a situação.

Continuamos a assistir à manutenção de projetos industriais megalómanos, que já não são viáveis, falidos e tecnicamente insolventes.

Tememos, sinceramente, que esta realidade se prolongue por muitos anos, numa lógica de apaziguamento das massas, apenas para evitar a perda de eleitorado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: A verdadeira reestruturação do Setor Cooperativo Agroindustrial não passa pela certificação do bem-estar animal nas explorações agrícolas, nem pelo foco exclusivo em nichos como os produtos biológicos. A questão central está na indústria, na capacidade de produzir bens transacionáveis com valor acrescentado.

Continuar a sustentar estruturas sobredimensionadas, em contexto de aumento generalizado de custos, é caminhar rumo a um beco.

É urgente mudar este paradigma com medidas que promovam o bom dimensionamento, a eficiência e a contenção de gastos desnecessários.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, faça favor, tem a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As cooperativas agrícolas, nos Açores, são uma identidade social e um berço comercial, pois são instrumentos parciais de fazer face à nossa "pequenez" territorial e humana, à nossa dispersão geográfica e à nossa distância dos grandes mercados.

Fazem parte da história do povo açoriano. Sabemos todos que as cooperativas, especialmente nos Açores, protegem os mais fracos através da concentração do produto, criando escala e obtendo ganhos nos preços de venda. São uma segurança comercial e existencial. Elaboram produtos únicos, com qualificações comunitárias, como a manteiga, o queijo e a carne de bovino.

Nos Açores, as cooperativas têm sido verdadeiros amortecedores socioeconómicos, conseguindo minimizar os impactos de crises financeiras e de saúde. Em 2023, cerca de 56 % do leite produzido na Região foi transformado pelo setor cooperativo, representando 57 % da faturação das indústrias de laticínios, o que significa um valor acima dos 242 milhões de euros. E, nas 100 maiores empresas dos Açores, estão três cooperativas: duas de leite e uma de fatores de produção.

Sras. e Srs. Deputados, quando iniciámos funções governativas, herdámos dos governos do PS compromissos financeiros para as cooperativas na ordem dos 3,5 milhões de euros. Alguns desses compromissos tinham 6 anos de atraso no pagamento — isto é, há 6 anos que as cooperativas não recebiam o que tinha sido acordado.

Perante esta situação, e na urgência de uma nova atitude política para com as cooperativas e para com o desenvolvimento das agroindústrias, atuámos do seguinte modo: realizámos relatórios de visita e de sugestões estratégicas a algumas cooperativas lácteas; abrimos candidaturas para a promoção e segurança alimentar, através de uma resolução do Conselho do Governo, para as cooperativas que transformam produtos qualificados comunitários, DOP (Denominação de Origem

Protegida) e IGP (Indicação Geográfica Protegida), no valor de apoio de 13,2 milhões de euros; abrimos vários períodos de apoio ao investimento no âmbito do PRORURAL+ e do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) para as agroindústrias, no valor de 46,4 milhões de euros, tendo sido beneficiadas 51 agroindústrias — este é o maior montante disponibilizado e o maior número de agroindústrias beneficiadas desde que existe PRORURAL, ou seja, desde 2015; terminámos com os rateios no apoio do Programa POSEI (Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade) ao armazenamento do queijo, totalizando mais de 800 mil euros; abrimos períodos de candidatura para a contratação de técnicos nas cooperativas, agroindústrias e demais empresas, para as áreas da bovinicultura, de leite e de carne, vitivinicultura, apicultura, horticultura, fruticultura e floricultura, no valor de 1 milhão e 50 euros, tendo sido aprovadas 33 candidaturas; criámos, mais recentemente, um grupo de trabalho para a revisão do estatuto jurídico das cooperativas.

Está estabelecida uma medida no PEPAC para o apoio às organizações de produtores. Todavia, algumas cooperativas precisam, ainda, de ultrapassar fragilidades, desde logo com uma melhor profissionalização da sua gestão.

As debilidades têm várias décadas: o elevado endividamento bancário, uma concessão estrutural subdimensionada, implicando acrescidos custos de manutenção, e o esquecimento na diversidade de novos lácteos. São erros do passado que estão a ser, progressivamente, corrigidos.

É verdade que a escalada nos preços das matérias-primas, as incertezas dos mercados, a falta de mão de obra e a substituição de equipamentos obsoletos têm dificultado este caminho de recuperação de algumas cooperativas.

Relativamente ao endividamento bancário, a dívida de cinco cooperativas lácteas que receberam avales prestados pelo Governo em 2013 e 2018, no valor de 28 milhões de euros, é de 17,5 milhões de euros a 31 de dezembro de 2024 — uma redução de 10,5 milhões de euros.

No nosso apuramento, a dívida global das cooperativas de leite, atualmente, na Região, ronda os 63,5 milhões de euros — menos que em 2020, que era cerca de 68 milhões de euros. Uma diminuição de 4,5 milhões de euros em 4 anos.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor respondeu-me ao contrário.

O Orador: Importa dizer que muitas cooperativas, atendendo à implementação de uma gestão profissional eficaz, têm vindo a realizar um trabalho notável, quer na redução da dívida, quer na valorização dos seus produtos.

Sras. e Srs. Deputados, ao nível da produção de leite, que está diretamente relacionada com a viabilidade de muitas cooperativas, temos vindo a materializar uma política pública que permite individualizar, nas diferentes ilhas, o aumento ou a contenção desta matéria-prima.

Se há ilhas onde é necessário conter, existem outras onde é necessário crescer.

Neste sentido, surgem as medidas para a redução voluntária da produção de leite e a reconversão bovina em São Miguel, Terceira e Graciosa, e o incremento financeiro da produção de leite pelo POSEI em São Jorge, Pico e Faial.

Temos, assim, políticas diferenciadas no cumprimento dos planos estratégicos criados para os vários setores e, agora, com o suporte do Observatório Agroalimentar dos Açores.

Sim, porque antes de 2021 não tínhamos orientação estratégica sustentada, nem se sabia como se formavam os preços nos Açores.

Estamos a obter bons resultados agrícolas, basta para isso verificar: produzimos mais fruta, mais hortícolas e mais legumes numa ordem dos 20 % relativamente a 2020;

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: A área da agricultura biológica cresceu 4.300 hectares em 4 anos; as nossas qualificações comunitárias, DOP e IGP, aumentaram 10 %; a área de milho forrageiro atingiu um novo recorde em 2024 — são agora 14.300 hectares; o leite produzido tem melhor conteúdo nutricional — está mais rico em proteína; as expedições de bens alimentares agrícolas atingiram, em 2024, o valor de 431,4 milhões de euros.

E estes bons resultados são comprovados pelo crescimento dos montantes do POSEI para as produções diretas, animais e vegetais.

Fruto de uma confiança nos apoios recebidos, sem rateios, os agricultores têm vindo a aumentar a nossa quantidade e qualidade alimentar, o que se assume como um dado fundamental para a nossa autonomia alimentar.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Nunca é demais relembrar que os governos da responsabilidade do PS custavam uma média de 13 milhões de euros anuais nas ajudas aos agricultores no POSEI, …

Deputado Paulo Chaves (PSD): Bem lembrado.

O Orador: … por pura vontade política, por pura opção política. Com a nossa governação deixou de haver cortes, o que permitiu um crescimento agroalimentar, de tal modo que, em 2025, o acréscimo financeiro para não haver rateios atinge os 16 milhões de euros.

Deputado Carlos Silva (PS): Não eram 13?! É a inflação!

O Orador: 16 milhões de euros que estão a ser pagos pelo Orçamento da República.

Por isso, os açorianos também valorizaram, através do seu voto, no passado dia 18, esta atitude do Governo da República.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Bem lembrado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: O PS, na República, sempre negou à região esta solidariedade para com os açorianos.

Sim, porque trata-se da nossa suficiência alimentar.

O crescimento agroprodutivo, para além do fim dos rateios, deve-se a medidas que implementamos, como, por exemplo: o apoio à compra de sementes de milho; o apoio à compra de sementes de leguminosas para a constituição de pastagens biodiversas; o consumo sem tetos no gasóleo agrícola; o apoio nos custos das certificações das explorações biológicas; o apoio à redução voluntária da produção de leite; o apoio na compra de pequenos e médios equipamentos agrícolas; a atribuição de 3 mil direitos de vacas aleitantes; o aumento do prémio à primeira instalação para jovens agricultores, num montante de 55 mil euros, e, paralelamente, …

Deputado Carlos Silva (PS): Sempre a aumentar!

Ruido na Câmara.

O Orador: … apoiamos o investimento na agricultura; aprovámos 631 projetos para investimento nas explorações agropecuárias no valor de 49,9 milhões de euros; atualmente, já não se espera 2 anos pela aprovação de um projeto, mas espera-se 2 meses.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Aprovámos 357 projetos com apoio de 80 % para investimentos até 32 mil e 500 euros, num montante total de 5 milhões de euros; aprovámos 168 projetos de primeira instalação de jovens, num montante de 7,9 milhões de euros; aprovámos 1389 pedidos de apoio a 50 % na aquisição de equipamentos agrícolas, de 3 milhões de euros.

E, comparando o período de 2017 a 2020 e 2021 a 2024, isto é, 4 anos de governação do PS com 4 anos de governação desta coligação, existe um aumento global de 17 % no investimento em abastecimento de água, caminhos, eletrificação, compra de terras agrícolas e reformas antecipadas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: estamos a conseguir novos e melhores resultados na agricultura açoriana, mas ainda há um caminho estratégico a percorrer.

As cooperativas merecem, enquanto identidade cultural da nossa forma de organização económica e enquanto resposta aos condicionamentos de uma região insular, uma continuada atenção política, mas com uma crescente autossustentabilidade financeira.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem algumas.

Tem a palavra, pelo Partido Socialista, a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, o debate que nos traz aqui hoje é sobre o presente e o futuro do setor agroindustrial e Cooperativo da nossa Região.

Por isso, importa lembrar que as cooperativas agrícolas e agroindustriais são, há décadas, pilares fundamentais da agricultura dos Açores. Têm funções distintas, mas um objetivo comum: dar valor à produção, garantir escoamento, criar emprego e manter vivas as comunidades rurais. Sem estas estruturas, grande parte da produção

agrícola perderia viabilidade. E sem elas, perder-se-iam também rendimentos, postos de trabalho e até a força de muitas freguesias.

A prova disso está nos números. Em 2024, as exportações agrícolas dos Açores atingiram cerca de 450 milhões de euros, com os produtores lácteos a representarem quase 90 % do valor da produção vendida para fora da Região. Esta evolução positiva só foi possível graças ao esforço dos nossos agricultores e ao trabalho das cooperativas e da agroindústria que transformam, valorizam e escoam aquilo que se produz. Foram mais de 46 mil toneladas de laticínios comercializadas, das quais 86,5 % seguirão para fora da Região.

Sem estas estruturas, nem o trabalho dos produtores teria escala, nem a agricultura açoriana força para competir. A força da nossa agricultura depende da organização dos agricultores e do investimento público e privado, também na fileira agroindustrial. Negligenciar estes setores é comprometer a sustentabilidade económica da nossa agricultura e o futuro da nossa região.

Sras. e Srs. Deputados, a agroindústria é um dos eixos da nossa agricultura. É ela que transforma o que se produz, que agrega valor, que leva os produtos ao mercado e que contribui de forma decisiva para melhorar os rendimentos de quem está na base da cadeia.

Nos Açores, muitas agroindústrias são geridas por cooperativas. Este modelo reforça a lógica da economia circular, em que os agricultores não são apenas fornecedores de matéria-prima, mas também beneficiários diretos da valorização dos seus produtos, com um peso decisivo na formação do preço, sobretudo no setor do leite.

No entanto, apesar da sua importância estratégica, a agroindústria açoriana enfrenta desafios que não podem continuar a ser ignorados. Os custos de produção mantêm-se elevados. A modernização tem avançado lentamente. O transporte marítimo continua a ser obstáculo ao desenvolvimento económico da Região e, nos últimos 8 meses, essa realidade agravou-se de forma preocupante. Dificuldades em garantir aos produtores

um preço justo e compatível com os custos de produção e a falta de uma orientação clara e ambiciosa de parte do Governo Regional.

É inaceitável que os apoios ao transporte estejam constantemente atrasados. É preocupante que a medida 4.2 do PRORURAL destinada à agroindústria tenha tido, em 2023, apenas 8 % das candidaturas aprovadas e uma execução de 12 %, como casos da Bel, com candidaturas pendentes não só durante 2 meses, mas sim durante 2 anos. A indefinição do PEPAC gera incerteza, trava o planeamento, como denunciaram a Quinta dos Açores e o Grupo Finançor. E o PRR, que poderia ter sido uma oportunidade histórica, deixou a agroindústria praticamente de fora. Por inscrição não significa execução. Lembram-se das agendas mobilizadoras? 150 milhões de euros perdidos por incapacidade de execução e falta de ambição política. Uma marca que ficará para a história. Perdeu-se tempo, oportunidades e ambição.

Por tudo isto, o Partido Socialista considera urgente a criação de um plano estratégico para a modernização e inovação da agroindústria dos Açores, com medidas concretas. Apoios à inovação tecnológica, incentivos à certificação e à diversificação, financiamento para logística e exportação e regimes específicos para apoiar a internacionalização. Medidas estas assentes em critérios que valorizam quem paga um preço justo aos produtores.

Sras. e Srs. Deputados, paralelamente, as cooperativas desempenham um papel absolutamente estratégico no funcionamento da agricultura açoriana. Estão presentes em todas as nove ilhas dos Açores. Representam organização, autonomia e capacidade coletiva dos produtores. É por seu intermédio que mais de 70 % do leite açoriano é transformado, que se comercializa carne, frutas, hortícolas e vinho. São essenciais para manter viva a economia dos meios mais pequenos e isolados, mas a verdade é que estas estruturas enfrentam dificuldades cada vez mais sérias: falta de apoio técnico e formação; falta de acesso ao financiamento, sobretudo nas cooperativas mais pequenas; persistem atrasos nos pagamentos por parte do Governo Regional que sufocam a tesouraria.

Risos dos Membros do Governo.

Não basta anunciar os apoios, mais importante é efetivamente pagá-los. E falta sobretudo uma política clara de parceria e de futuros.

É neste contexto que o Partido Socialista propõe a criação de um plano de ação para a reestruturação e modernização das cooperativas agrícolas dos Açores, com medidas claras: linhas de crédito específicas para as cooperativas; apoios financeiros adequados pagos atempadamente; formação em gestão e reforço no acompanhamento técnico; modelos de gestão baseados em critérios de eficiência, rigor, transparência e impacto económico e social; promoção da articulação entre estruturas e reforço da capacidade de planeamento a médio e longo prazo.

Atualmente, existem 46 cooperativas agrícolas ativas no arquipélago. Só a União Agrícola em São Miguel emprega 300 pessoas. É um exemplo claro da importância que estas entidades têm para a economia regional e, em muitos casos, para a coesão social. Se as cooperativas encerrarem ou continuarem a fragilizar-se por falta de visão política e apoio estratégico, os impactos serão devastadores. Perderemos capacidade produtiva, milhares de produtores ficarão sem alternativa viável para escoar a sua produção, centenas de postos de trabalho diretos e indiretos desaparecerão e várias economias locais entrarão em colapso. Veja-se o caso positivo de São Jorge, onde a reestruturação das cooperativas permitiu valorizar o leite, pagar melhor aos produtores e reforçar a economia da ilha. Hoje é onde o preço pago ao produtor é mais elevado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: É a prova de que a organização coletiva, quando sustentada politicamente e apoiada tecnicamente, gera resultados concretos para os produtores, para a Região e para o prestígio dos nossos produtos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Um contraste gritante com o que se passou nas Flores, onde o encerramento da Cooperativa Ocidental ocorreu sem uma solução devidamente estruturada e assegurada. As consequências foram gravíssimas. Perdeu-se um produto de excelência reconhecida, como a manteiga das Flores. Desapareceram postos de trabalho qualificados e deixou de existir uma alternativa viável para a agricultura local. Um setor inteiro foi desmantelado e com ele perdeu-se mais do que uma estrutura. Perdeu-se uma oportunidade de desenvolvimento económico e social para a ilha. Este é um alerta claro: sem cooperativas, o setor colapsa.

Onde funcionam bem, fazem a diferença. Onde falham ou são deixados ao abandono, arrastam consigo todo um setor agrícola e com ele a própria economia regional. Daí a necessidade de uma estratégia clara, articulada e com uma visão de médio e longo prazo e de apoios adequados, modelos de gestão eficazes, com critérios que permitam manter a sua função social e económica com rigor e transparência.

Sras. e Srs. Deputados, aproveitando este momento e numa perspetiva histórica e construtiva, eu gostava de perguntar ao Sr. Secretário se já há resultados daquele programa de modernização da agroindústria anunciado em 2021 e também do grupo de trabalho, anunciado em 2024, para rever o regime jurídico das cooperativas. Seria certamente informação útil até para valorizar ainda mais a proposta que aqui trazemos.

O que o Partido Socialista defende é claro: uma política ativa para as cooperativas agrícolas, mais articulação entre estruturas e promover modelos de gestão eficazes e apoios focados na modernização das agroindústrias, na sua sustentabilidade e na valorização do trabalho dos produtores. São propostas claras, justas e exequíveis, em linha com o que o setor pede e o futuro exige.

Porque não basta pedir resultados, é preciso criar condições para que o setor produza, transforme e cresça com confiança. A autossustentabilidade não se impõe por decreto, constrói-se com previsibilidade, justiça, rigor e compromisso. Porque a verdadeira sustentabilidade do setor e a sua reestruturação exige mais do que financiamento. Exige reorganização, planeamento e direção.

O Partido Socialista acredita numa agricultura que se apoia em cooperativas fortes, bem geridas e sustentáveis. Acredita numa agroindústria moderna, inovadora e capaz de competir com o valor e no modelo em que nenhuma estrutura essencial ou território seja deixada para trás. Fechar cooperativas, sem garantir alternativas viáveis, é um erro e uma crueldade política. E exigir contas, quando o próprio governo falha com os seus compromissos, é uma falsidade institucional que o setor já não tolera. O governo tem de deixar de ser parte do problema para passar a ser parte da solução.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, cabe agora ao Governo decidir: ou continua a adiar o futuro da agricultura açoriana, ou escolhe finalmente agir com responsabilidade. Os agricultores já demonstraram, vezes sem conta, a sua resiliência e coragem. Agora é a vez do Governo assumir as suas responsabilidades e estar à altura dos setores. Porque o futuro da agricultura constrói-se com respostas concretas, não com promessas vazias…

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Ora bem!

A Oradora: … e fracas desculpas.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pelo Grupo Parlamentar do CHEGA, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, de facto, ouvi com muita atenção o Deputado Nuno Barata, e creio que ele falou em português, mas parece que nestas bancadas ninguém ouviu.

Nós estamos aqui a falar do setor cooperativo agroindustrial, que está, muito dele, falido.

O que a gente vê aqui é um Secretário Regional que, afinal, acredita no cooperativismo, tem uma paixão enorme pelo cooperativismo, e que rapidamente vemos que não devia ter paixão — em muitos casos, devia ter vergonha — e o PS, que nós já sabíamos, que é o cooperativismo na máxima força.

Portanto, no tempo do PS, as cooperativas até serviam de placas giratórias para pôr funcionários, amigos, fazer feiras, guerreadas, para comprar votos, etc.

Ora, o que é que nós temos aqui na Região Autónoma dos Açores? Temos cooperativas falidas no Pico — o setor leiteiro está completamente falido; no Faial, está praticamente numa situação de emergência, como o Sr. Secretário sabe.

E já agora, pergunto-lhe: qual é o plano que tem para salvar a CALF (Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial)?

Em São Jorge, no tempo do PS, puseram lá milhões e milhões nas cooperativas que se salvaram com um modelo de gestão mais profissionalizado. Temos o caso da Terceira, onde se criou um monopólio — que é uma cooperativa — contrariamente ao que a Deputada Patrícia diz. As cooperativas, muitas vezes, funcionam para si próprias e não para os cooperantes, e não pagam melhor o leite. Aliás, o leite mais bem pago é em São Miguel; quem puxa o leite para cima são os privados — é a Bel, e posso dizer o nome aqui — não são aqueles que têm dívidas e avales de milhões que não pagam.

E agora percebo porque é que todos os que vão para Secretários das Finanças ficam com os cabelos brancos.

Risos dos Deputados da bancada do CH.

É por ouvir essa conversa. Aliás, o Sr. Vice-Presidente anterior está com cabelos brancos, e o atual já não tem nenhum cabelo que não seja branco.

Mas, quando o Sr. Secretário diz que aumentou a produção de fruta, onde se inclui muita banana, esse aumento é pago pelos contribuintes, porque o senhor diz que o Governo da República vai pôr o dinheiro dos rateios.

O dinheiro já chegou? Uma pergunta para si, Sr. Secretário das Finanças: o dinheiro já chegou? Luís Montenegro já carregou naquela tecla para mandar para cá os 17 milhões, ou vai ficar igual ao furacão Lorenzo? Vem este ano. E para o ano? Porque o aumento da produção — é que, na banana, o preço do POSEI, do rateio, com a parte dos contribuintes, já é superior ao preço da venda da banana. Por isso, não há limite. Isso está a ser produzido só com subsídios da Região, ou seja, um financiamento direto.

Então, os professores, os pescadores, os empreiteiros, também querem ser financiados para aumentar a construção, aumentar a pesca, isso é um artificialismo. Isto não funciona, tem estruturas, atenção.

E, inclusivamente, neste Governo também continuam a meter-se pessoas, que, em vez de pôr na Administração Pública, porque dá muitas vistas, mete-se nas cooperativas e depois promete-se o subsídio que se fica a dever.

E porque é que o setor cooperativo cresceu tanto? Cresceu tanto porque dá jeito aos secretários regionais manter essas pessoas caladas — subsídio-dependentes. O que a gente está a falar aqui é um modelo de subsídio-dependência. Há um incentivo claro em manter o cooperativismo.

Não estou aqui a dizer que não há cooperativas que são um exemplo de gestão, e essas devem ser apoiadas. Agora, não se pode é dizer: "eu agora faço aqui uma criação de lagartixas, vou fazer uma associação, uma cooperativa, receber dinheiro do Sr. Secretário para vender lagartixas", não há modelo de negócio, não há transporte, não há nada.

Portanto, está tudo aqui pendurado na "teta do Estado" — a verdade é essa. É que a maior parte dessas cooperativas estão falidas, há que falar a verdade às pessoas.

Como é que, antigamente, havia uma Associação de Agricultores e uma Associação de Jovens, e agora há 20 associações? Já temos, nos Açores, mais de 40 cooperativas e associações.

E os avales? E as cartas de conforto? No tempo do PS, eu vejo aqui que há, por exemplo, uma empresa, em São Miguel — não vale a pena dizer o nome — que tem 10 milhões de euros na carta de conforto e está congelada, sempre nos 10 milhões. Sr. Secretário das Finanças, o que é que se passa com essa carta de conforto? Os 10 milhões não baixam? É que os outros, mesmo meios falidos — que já estão falidos — baixaram. Em 2023, baixaram. Esses não pagam nada? A responsabilidade bancária mantém-se? Eu sei que o Sr. Secretário das Finanças já suspira — eu, no seu lugar, também faria o mesmo. Mas isto é um problema grave. O que aqui o Deputado Nuno Barata disse — eu até vou dizer com toda a humildade democrática — ouçam o Deputado Nuno Barata. Ele falou claro ali: temos um problema, temos de enfrentar a realidade, temos de falar a verdade às pessoas.

Sr. Secretário da Agricultura, uma pergunta para si: o que é que pensa fazer, nomeadamente no Pico e no Faial, para salvar o setor cooperativo leiteiro, a indústria? Vai pôr mais dinheiro? O modelo de gestão é igual?

Mais vale fazer como no tempo do PSD com a UNICOL: passando a parte industrial, pagando, e ficando com uma dívida. Agora, não se pode manter permanentemente — *ad aeternum* — situações que estão absolutamente falidas. Quer dizer, nem sequer se pode candidatar a fundos comunitários. Isso é tudo uma fantasia, isso é tudo mentira. Está tudo falido. Há que assumir a realidade.

No caso das Flores, realmente há um critério discricionário. Porque é que fecharam aquelas e não fecharam outras? Se calhar tinham fechado... quer dizer, era insustentável, é verdade. Os agricultores das Flores realmente querem uma resposta: porque é que foi aquela? E não estamos a discutir se foi ou não uma medida económica e racional. O que estamos a discutir é porque é que não fecharam outras também.

Porque é que continuam a incentivar o cooperativismo? O cooperativismo é das tais coisas: está na Constituição, mas devia ser erradicado. O socialismo, o cooperativismo, o comunismo — esses são modelos de negócio falidos. É um problema de gestão. Nós não estamos aqui a falar de que não sabem fazer as coisas; o problema é de gestão. Não há impostos. A sociedade não recebe um centavo. Aliás, se pagassem impostos — nem que fosse 1 % — eu creio que a Autoridade Tributária não deixava que determinadas coisas acontecessem lá. Porque nas empresas privadas, que pagam impostos, a Autoridade Tributária não fecha os olhos a determinadas coisas, a determinadas fraudes que se passam por lá.

E, portanto, como não há impostos, não há nada a ganhar, ninguém fiscaliza nada. Isto é uma vergonha. Por isso eu digo: ó Sr. Secretário, foi muito oportuno. Dou os parabéns aqui à Iniciativa Liberal, que já mexeu na situação da despesa pública e mexeu aqui no setor cooperativo — que são as vacas sagradas do sistema, em que ninguém quer fazer nada. E vamos andando aqui, mais 50 anos, à espera que aconteça um milagre? Vamos pedir à República que pague os desmandos da Região?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Silveira, tem a palavra, faça favor.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É na agricultura que assenta a base da economia regional, e é pela ação das cooperativas agrícolas que a agricultura se mantém e se fortalece, nos Açores, ao longo do tempo.

As cooperativas agrícolas assumem um papel fundamental para a economia açoriana. É pela ação das cooperativas agrícolas que os agricultores agregam a produção, o que

lhes permite ganhar escala e força no mercado — e isso é, sim, essencial em produtos agrícolas como o leite, o queijo e a carne.

É pela ação das cooperativas, no processo de recolha, transformação e comercialização de produtos, que a agricultura se desenvolve a vários níveis — desde a produção à exportação do produto — sendo a agricultura uma atividade essencial para a criação de empregos diretos e para a fixação de população em zonas rurais, estimulando o próprio empreendedorismo.

É pela ação das cooperativas, e nessa união de associados, que se agiliza o processo de apoios e fundos comunitários, como seja o POSEI, mas também se aumenta a competitividade dos produtos açorianos num mercado concorrencial cada vez mais desafiante. Mais, as cooperativas agrícolas também funcionam como redes de apoio mútuo entre associados, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e com acesso a tecnologias modernas.

Aliás, a agricultura familiar açoriana e as cooperativas agrícolas são verdadeiros pilares para a fixação de população ativa no meio rural. Também têm um papel relevante na promoção de produtos de denominação de origem protegida, como é o caso do queijo São Jorge, da manteiga dos Açores e da carne dos Açores.

As cooperativas são, pois, alicerces de uma agricultura que se desenvolve em estreita harmonia com elementos que são símbolo da nossa cultura e identidade local, com grande preponderância económica e social.

Se tomarmos, por exemplo, São Jorge — como bem referiu a Sra. Deputada Patrícia Miranda, e tentou também o PS assacar louros da reestruturação de São Jorge — eu recordo à Sra. Deputada, que era muito novinha na altura, que no início deste milénio, no ano 2000, o Partido Socialista atirou 1 milhão de contos, 5 milhões de euros, para as cooperativas de São Jorge, para, anos depois, voltarem à situação que Tony Aguiar encontrou em 2014.

Isto foi o legado que o Partido Socialista deixou das cooperativas em São Jorge.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso nem é reescrever a história, é queimar a história com gasolina!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Protestos dos Deputados da bancada do PS e Representação Parlamentar IL.

O Orador: Mas em relação ao setor cooperativo, … Sr. Deputado Nuno Barata, não se enerve.

É na ilha de São Jorge que está a cooperativa agrícola mais antiga do país, a Cooperativa Leiteira da Beira, fundada em 7 de julho de 1927, com o objetivo de organizar coletivamente os produtores de leite da ilha, de forma a robustecer a produção e comercialização de leite e derivados, como o queijo de São Jorge.

Esta cooperativa foi integrada na Uniqueijo, entretanto criada em 1986, e que atualmente reúne as cooperativas da ilha, mantendo a missão de preservar e promover a tradição queijeira de São Jorge, com elevados padrões de qualidade e excelência.

Ao longo da sua existência, a própria Uniqueijo tem-se deparado com momentos difíceis na sua atividade, como em 2014, quando se encontrava com atraso de mais de um ano no pagamento a produtores e com inúmeras dívidas a fornecedores.

Deve ser vista como um exemplo de que é possível superar as dificuldades com a união dos associados, pois, em 2016, o seu passivo era superior a 9,5 milhões de euros e prevê-se que, em 2025, fique pelos 3,2 milhões de euros.

Este é o trabalho que tem sido desenvolvido em São Jorge. Neste momento, a Uniqueijo tem contas equilibradas e uma produção pujante, porque contou com um projeto de gestão e liderança proativo e positivo, com o compromisso e esforço dos seus associados e colaboradores, e com o apoio do Governo Regional dos Açores em todo

este processo, no qual foram estabelecidos acordos de mandato de gestão com a Lactaçores para a Uniqueijo, garantindo a sua liquidez.

A Uniqueijo, sabendo que atravessa um momento de grande incerteza e mudanças constantes, mantém-se focada em aumentar o rendimento dos seus associados e em alcançar os resultados projetados, conjugando os interesses económicos com a sustentabilidade.

O setor cooperativo de São Jorge está comprometido com a sustentabilidade animal, com a sustentabilidade ambiental e com a responsabilidade da sustentabilidade social.

Neste momento, a Uniqueijo tem particular enfoque no bem-estar animal, na Certificação *Welfair*, já que, além de ser uma preocupação crescente para os consumidores, é um dos pilares básicos da sustentabilidade, abrangendo os três tipos de pilares que já enunciei: o económico, o ambiental e o social.

O objetivo para 2025 é que todos os produtores tenham a certificação em bem-estar animal. O Governo dos Açores, da responsabilidade da coligação PSD, CDS-PP e PPM, apoiou a Uniqueijo através de medidas do POSEI, que visaram compensar os custos adicionais associados à *stockage* do queijo, sem rateios.

Deu um apoio financeiro de 3,5 cêntimos por cada litro de leite produzido a mais, o que levou a um aumento do número de litros de leite entregue nas fábricas — que, em 2022, gerava 25,4 milhões de litros — e, para 2025, prevê-se que se chegue aos tão almejados 27,5 milhões de litros, considerado o valor que garante a sustentabilidade do setor em São Jorge.

Do mesmo modo, concedeu os apoios do POSEI sem qualquer rateio e também promoveu formações como "Bovileite São Jorge", necessárias para o estímulo e boas práticas de bem-estar animal.

E resistiu a um fator extremamente importante — que este Governo conseguiu concretizar e que o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores muito enalteceu — resistiu à tentação de dar quotas aleitantes em São Jorge desmedidamente, mantendo

o setor do leite, fortalecendo os nossos produtores e incentivando-os a manterem-se na produção de leite.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Conseguiu-se, fundamentalmente, a valorização do produto, pois o quilo de queijo de São Jorge, à saída da fábrica, em 2019, era à volta de 5,81 euros. Em 2024, esteve à beira dos 9 euros e esperamos ultrapassar este valor em 2025.

O Governo Regional dos Açores, liderado por José Manuel Bolieiro, e a Federação Agrícola dos Açores têm estado ao lado dos produtores agrícolas, com um compromisso para com os desafios do setor, como o aumento das matérias-primas, os efeitos da inflação e da guerra da Ucrânia, e as pressões de estar no mercado com uma credencial como esta.

Mas também é certo que o Governo Regional dos Açores não pode, nem deve, intervir naquela que é a gestão cooperativa.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Só podem quando querem!

O Orador: O Governo Regional dos Açores não pode, nem deve substituir-se ao movimento cooperativo, que cabe aos seus associados.

O PS agora reclama plano estratégico, mas, como referi já anteriormente, a situação periclitante que algumas cooperativas vivem no presente deve-se a anos e anos de políticas de ingerência dos governos socialistas.

Os governos socialistas, mais do que apoiar a solução, optaram por dar cartas de conforto que retardaram, quando não aumentaram, as situações financeiras difíceis.

Cabe ao Governo apoiar para que as cooperativas tenham menor dependência financeira e maior sustentabilidade, e isso tem vindo a ser conseguido pelo aumento da produção e pelo aumento do preço do leite.

Sendo certo que os produtos açorianos valem sempre pela qualidade excecional, pela produção tradicional conjugada com o acesso a práticas sustentáveis, qualquer medida a tomar nesta matéria deve considerar a função social das cooperativas no meio rural.

E termino: o Governo Regional dos Açores anuncia, apoia, analisa e paga sem rateios, …

Deputado António Lima (BE): Não paga, não.

O Orador: … sem imprevisibilidade, mas sim com respeito com os agricultores, as cooperativas e as indústrias.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As ilhas dos Açores com a sua beleza natural não só oferecem um cenário de rara perfeição como também uma riqueza única de produtos que são reflexo de séculos de tradição e saberes ancestrais. O prestígio dos produtos açorianos começa, sem dúvida, na qualidade dos seus ingredientes. O leite dos Açores, por exemplo, é reconhecido como um dos melhores do mundo, resultado das práticas de pastoreio sustentáveis e das condições ambientais excecionais. Este leite é a base do queijo de renome internacional, como o muitíssimo premiado queijo de São Jorge, cujos sabores intensos e marcantes são uma verdadeira apresentação da pureza e da riqueza das paisagens açorianas. Neste contexto, a pergunta que dirijo ao Sr. Secretário é se existem evidências de que a política de redução de impostos levada a cabo por este Governo Regional de coligação, ao implementar o diferencial fiscal, o máximo permitido por lei, ou seja, garantindo que as taxas de IVA, IRS e IRC, que são inferiores a 30 % em

comparação ao praticado no território continental, tem surtido efeito positivo e dinamizador na economia açoriana, em particular no setor agroindustrial e cooperativo. Obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça o favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com alguma coincidência, debate-se o setor agroindustrial e cooperativo, embora o debate se tenha centrado praticamente, e só, no setor cooperativo, naquele que é o Ano Internacional das Cooperativas, instituído pelas Nações Unidas.

Eu saliento este facto porque ele revela que a existência de cooperativas, num país ou numa região, não é apenas uma especificidade portuguesa ou açoriana. É algo que é visto pela generalidade dos países como extremamente importante para o desenvolvimento sustentável, porque é uma forma de organização dos produtores, é uma forma solidária e é uma forma que tem ganhos também ao nível da produtividade, da melhoria das condições de trabalho, da melhoria dos produtos e da melhoria das práticas ambientais, tão importantes nos dias que correm.

De facto, na Região, nós temos cooperativas agrícolas em várias áreas, sendo que nem todas estão, claramente, na mesma situação. Tem-se falado muito no setor do leite e, como é óbvio, as dificuldades por que passam muitas das cooperativas, ou algumas das cooperativas, são consequência de estratégias e de políticas que têm dominado o setor agrícola na Região. São responsabilidades próprias, certamente, mas são responsabilidades de governos, porque as coisas não podem ser desligadas dos governos regionais e, até, das políticas — já agora — que são impostas, ou determinadas, melhor dizendo, pela União Europeia.

E dou alguns dados que também me parecem importantes para este debate e esta reflexão: a produção de leite nos Açores, desde 2014 até 2024, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, aumentou de 579 milhões por ano para 608 milhões. Ao mesmo tempo, o número de trabalhadores no setor primário — e falo do setor primário, que inclui naturalmente as pescas — teve uma redução de mais de 4900 postos de trabalho neste período, certamente com uma parte referente à pesca.

De 2009 a 2019, o recenseamento agrícola do Instituto Nacional de Estatística identifica também uma redução das unidades de trabalho no setor agrícola de 8,1 %. Para além disso, o mesmo recenseamento agrícola refere que duas em cada dez explorações agrícolas cessaram a atividade. As pequenas explorações com menos de 5 hectares praticamente desaparecem e as explorações com mais de 50 hectares aumentam 23 %.

Ora, o que é que isto parece querer indicar, sendo que o último recenseamento agrícola, salvo a informação que possa não ter, data de 2019? Isso indica uma clara concentração de produção e há uma clara intensificação da produção. Aliás, são os próprios documentos do Governo Regional, nomeadamente o plano estratégico que o Governo realizou para o investimento no setor no PRR, que indica níveis de intensificação em várias ilhas do Açores, com um especial destaque para a ilha de São Miguel, que é muitíssimo relevante.

Ora, estes dados e estes indicadores, como é óbvio, têm consequências na estrutura depois da indústria. E nós tendo essas alterações ao nível da produção, que já agora está muitíssimo dependente dos apoios públicos, leva claramente que, sem uma adaptação do setor cooperativo a esta realidade, vamos estar efetivamente com um problema sério. A não ser que a estratégia efetivamente seja outra, que é aquela que é muitas vezes escrita no papel, mas depois não tem consequência prática visível até aqui, que é a tal aposta na qualidade, na aposta da diferenciação, que vai levar certamente a uma redução da produção, da quantidade, e isso também traz desafios.

É por isso que essa estratégia na melhoria do produto, na produção em modo biológico, na valorização do produto, essa estratégia também tem que ser acompanhada de uma alteração naquela que é a indústria e aquela que diz respeito ao setor cooperativo. E é essa estratégia que, pelos vistos, não existe, está a falhar, porque se esse caminho estivesse a ser feito com planeamento e segurança, não teríamos os problemas que temos em cooperativas na Região, …

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Que leitura subjetiva. Isso é errado!

O Orador: … que, por exemplo, quando estamos a falar da ilha do Faial, representa vastíssima parte da produção de leite, e que o seu desaparecimento seria dramático para os produtores e para muitas famílias da ilha. E este planeamento é fundamental.

Nós não queremos nem cooperativas nem empresas totalmente dependentes de subsídios, mas muito menos queremos uma política de terra queimada que deixe cair todo um setor, porque há uma ideologia que acha que não deve haver apoios a determinados setores. Nós rejeitamos os dois caminhos: uma indústria totalmente dependente de subsídios ou uma indústria que é deixada cair por um capricho ideológico.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, o senhor foi àquela tribuna com um documento escrito, mas até podia ter improvisado e tentado, pelo menos, dar resposta a algumas das preocupações que a Iniciativa Liberal aqui trouxe.

Ficou bem claro, do texto que li daquela tribuna, que a Iniciativa Liberal nada tem contra o setor cooperativo.

Nós entendemos — está no texto — que o setor cooperativo é uma forma legítima, boa, salutar da sociedade civil se organizar. Foi ali dito, daquela tribuna. O que não pode é ser um setor sustentado permanentemente por injeções de dinheiro do Governo Regional dos Açores — que é a mesma coisa que dizer dinheiro dos contribuintes — sem que sejam exigidos, a essas cooperativas, planos de reestruturação, planos comerciais e uma análise *ex ante* que nos permita ter a certeza de que o dinheiro que lá estamos a pôr é canalizado para investimento, e não para despesa corrente, é canalizado para alterar o rumo comercial dessas cooperativas.

O Sr. Deputado Paulo Silveira já tinha dentes — ao contrário da Sra. Deputada Patrícia Miranda — e eu já cá estava nesta Casa. Entretanto, estive 20 anos fora, e sei bem, em 1996, 1997 e 1998, o que é que existia no setor cooperativo de São Jorge, e quem foi que o deixou! Quem foi que o deixou!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ora aí está! Têm pouca memória!

O Orador: Porque a história não se reescreve, Sr. Deputado Paulo Silveira — a história está escrita. E a história que o Partido Social Democrata deixou nas cooperativas de São Jorge é de ir às lágrimas. É de ir às lágrimas!

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, o senhor, daquela tribuna, disse que herdou 68 milhões de euros e que agora são 63 milhões, e, portanto, são menos 4,5 milhões. Eu disse que o senhor herdou 63 e que agora são 68. Aliás, eu disse isso porque ouvi o senhor no Telejornal do dia 3 de novembro do ano passado, há 6 meses, dizer isto — precisamente aos 3 minutos e 38 segundos, para ser mais preciso.

Portanto, o senhor não pode ir ali dizer aquela imprecisão…

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Qual imprecisão?

O Orador: … depois de ter dito outra coisa em novembro... porque ou o senhor veio aqui hoje mentir deliberadamente, porque lhe dava interesse, ou mentiu a 3 de novembro, porque lhe dava outro interesse.

Não consegui perceber, sinceramente.

Sr. Secretário Regional, o senhor foi àquela tribuna derramar milhões e pôr os cabelos em pé, não fora o fixador de cabelo que o Sr. Secretário das Finanças usa.

Risos na Câmara.

Talvez foi por isso mesmo que, ontem, quando o Sr. Secretário apelava à redução da despesa, eu lhe disse para se virar para trás, para si.

Risos dos Deputados da bancada do PS.

Talvez por isso.
Eu já sabia, ou já imaginava, o que é que hoje ia acontecer nesta sala. Derramar dinheiro em cima do problema nunca foi solução.
Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Nós temos bons resultados!
O Orador: E derramar dinheiro dos contribuintes, sem exigir a essas entidades planos de recuperação, planos de reestruturação, planos comerciais, é deitar dinheiro num problema que já se vai avolumando há muito tempo. É como diz o povo: *atirar gasolina para cima do fogo.*
Sr. Secretário Regional, já agora, o senhor, há dias — penso que anteontem ou há 3 dias — disse que havia um plano para a CALF, que a Lactaçores tinha um plano para a CALF. Aliás, já agora, é uma coisa que é estranha: a Lactaçores, que supostamente deveria dever dinheiro às cooperativas, porque é quem comercializa os produtos dessas cooperativas, é a credora das cooperativas. É uma coisa estranha. Alguma coisa está mal.
Se a entidade que comercializa os produtos dessas cooperativas é a credora das cooperativas…
Deputado Francisco Lima (CH): Será?

O Orador: … algo está muito mal no Reino da Dinamarca.

Mas Sr. Secretário, o senhor disse aos órgãos de comunicação social — foi público — que a Lactaçores já lhe tinha pedido uma reunião.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Exatamente.

O Orador: O senhor sabe o que a Lactaçores lhe vai apresentar nessa reunião? Ah, mas o senhor imagina. Porque a Lactaçores não precisa de si! A Lactaçores, para fazer um plano de recuperação da CALF, não precisa de si para absolutamente nada, que não seja mais dinheiro dos contribuintes para meter num plano de reestruturação que não vai passar do papel.

Deputado José Paulo Sousa (CH): É verdade sim senhor!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Várias questões foram colocadas, e vou tentar responder a todas. As cooperativas, obviamente, fazem parte da nossa história e salvaram aquilo que é a área comercial nos Açores e a nossa principal produção, e permitiram o desenvolvimento dos Açores até agora.

Deputado Francisco Lima (CH): Salvaram?

O Orador: Salvaram, sim. Os agricultores, dispersos por nove ilhas dos Açores, com pequenas porções de terra, não tinham a quem vender os seus laticínios, e foram as cooperativas que conseguiram conjugar essa vontade, criar escala comercial e alcançar novos preços. Ora, quando nós entrámos em funções, não havia nenhuma análise crítica a nenhuma cooperativa.

A primeira coisa que fizemos foi elaborar relatórios por cooperativa, em que se analisavam os pontos fracos e os pontos fortes de cada uma. Ou seja, até então os apoios eram dados a *olhómetro* — não havia uma relação de causa e efeito. É essencial apoiar, mas é preciso saber que cada cooperativa tem de ter o seu plano de desenvolvimento.

E foi isso que se exigiu às cooperativas. Cada cooperativa teve o seu relatório de execução, passou por uma verificação técnica, e foi elaborado um plano individual, coisa que até então não existia.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O primeiro sinal de responsabilidade é perceber o estado da situação. O primeiro sinal de responsabilidade é perceber quais são as âncoras do passado, designadamente a falta de novos produtos, a diversidade de novos produtos, e o endividamento que se arrastava há anos. O sobredimensionamento de algumas indústrias — porque se fez mais do que aquilo que era a capacidade de laborar — e os espaços vazios têm um custo, um custo grande.

Portanto, foram projetos enormes, sem a ilha ter a capacidade de ter a matéria-prima, e tudo isto pesou no endividamento, para além daquilo que são as crises financeiras e económicas que têm vindo a atingir as nossas cooperativas.

Mas os resultados são bons. Não é em 4 anos que se consegue resolver tudo. Enquanto o PS, em 24 anos, não resolveu, só criou problemas!

Ora, eu disse daquela tribuna que um exemplo bom para as cooperativas é que, entre 2013 e 2018, tinham avales no valor de 28 milhões de euros. A 31 de dezembro de 2024, são 17,5 milhões — menos 10,5 milhões. Estão a recuperar, diminuíram o passivo financeiro. Estão a recuperar!

Isto é um bom sinal para acreditar no cooperativismo. Sim, senhor. Parabéns às cooperativas.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Depois, nós, no âmbito do PRORURAL+, apoiámos 51 agroindústrias. Dessas 51 agroindústrias, mais de 70 % não são cooperativas. Ou seja, as outras indústrias também têm acesso aos fundos comunitários e têm-se candidatado mais do que as cooperativas.

E, do valor total de 46,4 milhões de euros, mais de 40 milhões são para as outras indústrias, que não são cooperativas.

Portanto, essa ideia de que o apoio é só para as cooperativas, e não para as outras agroindústrias, não é verdadeira. O acesso é igual para todos. Aliás, as agroindústrias têm tido melhores rácios económicos para se poderem candidatar aos fundos comunitários.

Portanto, a igualdade mantém-se nos Açores. Porque é que nós apoiamos as cooperativas? Apoiamos as cooperativas naquilo que é a laboração — que outras indústrias não fazem — de produtos DOP e IGP. E todas as indústrias, fora das cooperativas, que passem a laborar estrategicamente produtos qualificados, nós também vamos apoiar. Esse é o critério.

E, portanto, é errado dizer-se que as outras indústrias não têm acesso. Têm o mesmo acesso aos fundos comunitários, até mais do que as cooperativas.

Depois, outra questão: isto é possível porque, reparem, nós beneficiámos 51 agroindústrias — o maior montante de apoio e o maior número de empresas beneficiadas. E isto porquê? Porque já não se espera 2 anos, mas sim 2 meses para a análise de projetos.

E relativamente à análise de projetos, no dossiê de transição — e nós alterámos isto — há algo muito interessante, que já justificava o atraso de 2 anos na análise dos projetos: a estrutura era pobre, a estrutura não tinha técnicos suficientes.

Dizia, a determinada altura, o dossiê de transição, sob o título "Equipa de Informática da DRDR (Direção Regional de Desenvolvimento Rural) — Análise: "O presente documento pretende patentear a situação atual da equipa de informática da DRDR com todas as suas condicionantes e constrangimentos." E dizia assim: "Atualmente, a

equipa é composta por quatro elementos: dois especialistas de informática, um técnico de informática e um técnico superior na área técnica, com elevados conhecimentos na área de programação. Manifestamente e comprovadamente, é uma equipa demasiado reduzida para o volume e importância das tarefas." Como é que se podia ter uma equipa dessas? Uma equipa diminuta! Claro que os agricultores e as empresas tinham razão para se queixar — não tínhamos equipa informática.

Nós aumentámos o número de técnicos, nós comprámos equipamentos informáticos, e agora não se espera 2 anos — espera-se 2 meses para a análise de um projeto e para a decisão de um projeto. É esta a diferença.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Está comprovado, no dossiê de transição, que efetivamente havia uma culpa, havia uma lacuna relativamente àquilo que era a equipa de análise de projetos.

E depois, vem a questão da política pública relativamente ao PS.

Deputado Nuno Barata (IL): Não gaste o tempo! Não convém gastar o tempo!

O Orador: Eu acho que já está mais do que comprovado que o PS, quando governa, governa contra os agricultores — ou seja, governa contra a produção alimentar dos açorianos. Ora, vamos dar um exemplo claro, que aconteceu recentemente, muito claro, na nossa política: os governos do PS cortavam 13 milhões de euros nos apoios do POSEI. 13 milhões de euros!

Deputado Carlos Silva (PS): Disse que eram 16! São 16 ou 13?

O Orador: Nós voltámos a repor esse dinheiro, de 13 milhões, e atualmente, já em 2025, são 16 milhões. Ora, quando houve o primeiro ato eleitoral, há um ano, o PS veio logo dizer, no seu manifesto eleitoral: “Nós também vamos pagar os rateios.” Mas

tiveram hipótese de pagar... e não pagaram. Nós fizemos. Vieram atrás: "Nós também vamos fazer."

Durante 3 anos, estivemos a reivindicar, junto da República, que esses apoios deviam ser pagos pelo Governo da República, como acontece com a Espanha, com a França, que têm regiões ultraperiféricas. O Governo da República sempre negou: "Não, não pagamos." — que é para tentar asfixiar. Não reconhecem que deve haver essa solidariedade. Este ano, o Governo da República transfere 16 milhões de euros — e não é para a conta da Região! É para o IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P), à medida das necessidades, quando existe o rateio.

Ora, a seguir, vem agora o candidato do PS nacional dizer: "Nós agora também pagamos. Nós agora também transferimos." Ou seja, é preciso nós governarmos para o PS governar! Mas, quando teve hipótese de governar, governou contra. Só governa a favor depois de nós fazermos!

E, portanto, relativamente à política pública do PS — quer na Região, quer na República — não vale a pena. Porque não há moral. Os senhores não têm moral nenhuma para exigir nada. Porque tiveram hipótese de governar e cortaram.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Tiveram hipótese de governar aqui, nos Açores, e cortaram. Tiveram hipótese no continente, 3 anos, e cortaram. Esta moral não existe para reivindicar nada, quando tem este passado de penalização dos açorianos. É claro que nenhum açoriano acreditou, quer dizer, é preciso um governo da coligação ir à frente para o PS dizer o que faz.

Por isso é que tiveram o resultado, no dia 18, que tiveram. Não enganam ninguém. E vão continuar a ter piores resultados, disso não tenho dúvidas, porque esse discurso do PS é irrealista, é estratosférico e não está de acordo com a realidade. Isto é que é importante.

E, portanto, continuem assim, com o vosso líder lá fora, na Assembleia da República, a votar contra a extensão das medidas para os Açores, para os agricultores, porque isto, de facto, quem faz campanha pelos outros partidos é, de facto, o PS, com o seu modo de ser e com o seu modo de atuar, que prejudica os açorianos.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD e Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado José Eduardo (PS): O senhor não respondeu a nada!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado, Francisco Lima tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tinha que fazer uma intervenção também, para desmistificar alguns mitos urbanos sobre o cooperativismo. Olhe, começa logo o primeiro mito: uma questão de comparar com o setor privado.

Por exemplo, como fizemos com os transportes, quando foi a discussão dos transportes. Eu paguei, do meu bolso, 15 euros e fiquei a saber que os armadores ganhavam cerca de 25 milhões de euros com a operação para os Açores — embora eles também fazem para outros sítios — mas, mais ou menos, isso. A propósito disso, — que tem a ver com a agricultura — nem sequer transportam o gado, que está parado no Pico e na Graciosa há meses. Portanto, não há obrigações, fazem o que querem.

Mas, hoje em dia, se eu quisesse saber uma coisa que foi dita aqui — porque é que, por exemplo, a CALF, neste momento, está com dificuldades — pode-se supor que a LactAçores até está a ajudar... ou então, vamos pôr o dedo na ferida, que é aquilo que

eu ouvi por fora, até de elementos da CALF: ou a LactAçores comprou o queijo a 3 euros, quando o custo de produção era 5 euros.

E onde é que estão esses lucros?

Deputado Mário Tomé (PS): Exato!

O Orador: Estarão na Lactaçores?

Eu quero saber. Não consigo compreender. Têm que pedir ao Instituto António Sérgio que me envie as contas, e posso pedir sentado que elas nunca cá chegam.

Portanto, o cooperativismo, a sua forma de funcionamento, não é transparente.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): É transparente, sim!

Deputado José Pacheco (CH): Não é nada!

O Orador: E, como não é transparente, nós continuamos a enterrar milhões. Isso é um primeiro mito que não vale a pena comparar.

Outro mito: o Sr. Secretário diz que as empresas privadas têm igualdade no acesso. Não têm igualdade. Existem majorações para as cooperativas. E mais: se eu quiser fazer uma indústria agroalimentar, para criar galinhas, tenho de me inscrever numa associação, numa cooperativa. Tenho de ir lá à cooperativa fazer-me sócio.

O que é que um privado tem a ver com uma cooperativa, Sr. Secretário? Acorde para a realidade. Isto é a verdade. Não é igual.

Estamos aqui, passados 50 anos, a promover o cooperativismo. São iguais àqueles. É igual. Não há aqui diferença nenhuma.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Dê-me um exemplo!

O Orador: Não há diferença nenhuma. Isso é um mito urbano.

Outro mito urbano, que, neste caso, o Sr. Secretário está igual ao Bloco de Esquerda: vamos reduzir a produção para valorizar os produtos. Isso é um mito urbano.

O Sr. Secretário fez esta medida em várias ilhas que, por um lado, está a financiar o investimento na agroindústria — por exemplo, em indústrias de laticínio — mas, por outro lado, está a criar incentivos para as pessoas saírem dos laticínios.

Apartes impercetíveis do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

O Orador: A reconversão para carne.

Não foi feito em São Jorge, mas há aqui, em outras ilhas. Há aqui no Pico e no Faial, por exemplo.

Há essa ideia peregrina: "vamos reduzir a produção". Por exemplo, aqui no Faial, reduzia-se a produção para metade e o leite ia subir ao agricultor? Não. O leite vai é descer, porque a fábrica fica com os mesmos custos de estrutura e fica com metade da matéria-prima.

Não sei se o Sr. Secretário me está a perceber, mas talvez até aqui — eu creio que até na bancada da frente do PS tem dois que percebem — um economista sabe que, se nós temos os custos de estrutura e reduzimos a produção, é evidente que vamos é ter prejuízo. Não vamos pagar nada a ninguém. Não havendo concorrência, é assim que funciona. Não podem pagar. Isso é assim.

Outra questão: o Sr. Secretário tem aí relatórios das cooperativas e agora vou usar uma linguagem médica. O Sr. Secretário parece um médico-legista: sabe tudo do doente e do paciente, mas é numa autópsia, porque o doente já morreu.

Risos dos Deputados da bancada do CH.

Fez o relatório, tem tudo identificado, para constatar que está tudo falido. Então, para que é que serve isso? Isto não serve para absolutamente nada.

Portanto, está a fazer relatórios, auditorias, que não tomam uma única medida de gestão, para constatar que estão falidos e que precisam de um plano de reestruturação. Como já foi dito: o que é um plano de reestruturação das cooperativas? É pedir mais dinheiro ao Governo Regional.

E, depois dessa situação, o Sr. Secretário agora já se vem desculpar. Já estou até a ver o que é que é.

Sim, senhor, Luís Montenegro prometeu — e até ganhámos mais um deputado na República — prometeu pagar os rateios este ano e não pagou.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Às cooperativas não!

O Orador: Vai pôr o dinheiro no IFAP? O senhor já viu o dinheiro no IFAP? Pergunto-lhe diretamente, quando é que o dinheiro vai cair no IFAP? Consegue mostrar aqui a evidência, o extrato bancário?

Protestos dos Deputados da bancada do PSD.

"Na República", estou a falar do seu partido e daqueles senhores ali. Sobre o Furacão Lorenzo foi uma desgraça para o dinheiro vir…

Deputado Luís Raposo (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: … mesmo no vosso Governo.

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD.

Portanto, o dinheiro não vai aparecer este ano… Ó Sr. Secretário, é verdade, e vocês podem dizer o que quiserem.

Ó Sr. Secretário, eu dou-lhe um conselho: os rateios serviram para ganhar eleições. Aqueles senhores disseram, e é muito bom para a agricultura. Mas, se o Sr. Secretário

não puser um travão nisto, e se não estipular limites de produção baseado em históricos, daqui a dias, o orçamento da Região é todo para a agricultura.

Eu próprio estou a pensar fazer uma criação de pepinos também, ou bananas, porque, quer dizer, ó Sr. Secretário, tem que haver limites, porque isso são dinheiros absolutamente regionais.

Nesse sentido, eu tinha esta pergunta: o Sr. Secretário já foi ao extrato de conta do IFAP, da Região? O dinheiro já caiu?

Muito obrigado, Sr. Secretário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados das bancadas do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Mendonça, tem a palavra. Faça favor.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O setor agroindustrial e cooperativo é um dos pilares fundamentais da economia dos Açores. Estamos a falar de um setor que sustenta o nosso mundo rural e promove a coesão territorial. Representa cerca de 12 % do emprego da Região, com destaque para os setores do leite, da carne, da fruta e da transformação alimentar.

No entanto, este setor enfrenta dificuldades devidamente identificadas: os produtos continuam a receber os valores mais baixos da União Europeia, em especial no setor do leite; há falta de qualificação técnica e de mão de obra jovem; existem dificuldades logísticas no escoamento dos produtos entre ilhas e para o exterior; o envelhecimento do setor agrícola é uma realidade preocupante; e as cooperativas enfrentam grandes obstáculos financeiros e de gestão.

E é preciso reconhecer que, perante este cenário, o Governo da coligação tem assumido uma postura ativa.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Responsável!

O Orador: Desde logo, o reforço do POSEI, a continuidade dos apoios à produção local e a aposta na valorização dos produtos regionais.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos um tempo em que este setor precisa de mudar, mas com responsabilidade. Precisamos transformar, inovar e dar mais valor à produção açoriana — com sustentabilidade e com os olhos postos no futuro.

É isso que o plano "Açores 2034" pretende: uma agricultura mais forte, mais competitiva e mais amiga do ambiente.

Neste contexto, não podemos ignorar os perigos que certas propostas representam. Refiro-me concretamente ao programa que a Iniciativa Liberal defende para os Açores. É um programa que desvaloriza por completo o papel das cooperativas e da economia social. Um modelo puramente liberal pode até funcionar em alguns setores no continente. Mas nos Açores, com um mercado pequeno e disperso, retirar o apoio público às cooperativas seria colocar os agricultores numa posição vulnerável face aos grandes grupos económicos.

Deputado Nuno Barata (IL): Se não tivessem feito vias rápidas por cima de terrenos agrícolas, estava tudo bem.

O Orador: A título de exemplo: a Iniciativa Liberal defende a desclassificação dos solos da Reserva Agrícola, que representa apenas 17 % do território da Região. Em 1992, quando foi criada, representava 23 %. O PPM não aceita mais reduções nesta reserva; defender a liberalização dos mercados alimentares sem qualquer salvaguarda, é colocar o setor lácteo e a produção da carne em risco; importar sem regras numa região ultraperiférica, como a nossa, pode ditar o fim de muitos produtos locais.

Este Governo tem agido. Está a reforçar os apoios financeiros à agricultura; está a modernizar o setor cooperativo como nunca se viu; está a apostar na inovação, com o novo Laboratório de Produtos Lácteos, no TERINOV; está a capacitar os jovens, com

mais de 100 ações de formação programadas; está a promover os nossos produtos dentro e fora da região; e está a integrar a sustentabilidade no centro das políticas agrícolas.

Estas medidas estão a produzir resultados e fazem parte de uma estratégia clara: valorizar o rendimento dos agricultores, apostar na inovação, apoiar o setor cooperativo e garantir que a agricultura nos Açores tem futuro.

O PPM está com os agricultores, está com as cooperativas e está com o governo na defesa da nossa agricultura. E eu, como agricultor da ilha do Corvo, defendo o futuro da agricultura, para mais num país que só produz 25 % daquilo que consume.

Disse.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Chaves, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Chaves** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal traz-nos, e muito bem, uma interpolação ao Governo Regional sobre o setor cooperativo e agroindustrial.

Mas, antes de começar a minha intervenção, Sr. Deputado Nuno Barata e Srs. Deputados desta Sala, desta Casa, o Governo, por ordem na sua governação pública, não deve poder imiscuir-se no setor cooperativo, nem no setor privado.

Ouvi a Sra. Deputada Patrícia Miranda e o Partido Socialista, em particular, na sua intervenção de tribuna — o que já é apanágio, já é hábito — com uma demonstração sempre negativa do setor. Tudo o que acontece de bom é por parte do setor. Tudo o que acontece de mal é por parte do Governo Regional.

Eu vou mostrar aqui alguns gráficos que demonstram a evolução desde 2020 até 2024. Ora, aqui está.

Neste momento, o Orador mostra um gráfico à Câmara.

A evolução do POSEI. Em baixo, a barra do Partido Socialista... não há problema, Sr. Deputado Francisco Lima. Eu vou fazer chegar à Mesa, para ser distribuído pelos Deputados. Não há problema nenhum, tenho muito gosto em fazê-lo.

Portanto, aqui em baixo temos a parte do Partido Socialista. Como podem ver, estabilizado. E a parte azul da coligação.

O investimento do Governo Regional de coligação no POSEI atinge 101 milhões de euros no ano de 2024. Do Partido Socialista, ascendia aos 85 milhões de euros.

Portanto, como podem ver, isto é o trabalho do Governo Regional de coligação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Vamos a mais um.

Neste momento, o Orador mostra um gráfico à Câmara.

A evolução da saída de bovinos vivos, dos abates em sala de desmancha da Região Autónoma de Açores.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Olhe era bom falar disso!

O Orador: Exatamente. Sra. Deputado da Patrícia Miranda, como pode ver… está a ver a barra?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não tem barras, são linhas!

O Orador: Consegue ver? Consegue interpretar o gráfico? Se não conseguir, eu faço chegar à Mesa.

Como pode ver aqui, em 2024, sempre a subir. Portanto, como nunca esteve na Região Autónoma dos Açores.

Mais uma vez, trabalho do Governo Regional de coligação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Vamos agora aqui à parte da evolução do número de marcas comerciais de vinhos dos Açores. Estão coloridas por ano, refletem...

Neste momento o Orador mostra um gráfico à Câmara.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Agora sim, são barras!

O Orador: O ano de 2004, aqui a azul, abaixo, com a governação do Partido Socialista.

O ano de 2019, a laranja, com a governação do Partido Socialista.

A cinzento, no ano de 2020. E, como pode ver, a governação da coligação, sempre a subir. Portanto, está bem explícito.

Mas há mais: agricultura biológica, que a Sra. Deputada Patrícia Miranda também está sempre a pôr em causa.

Ora, aqui está.

Neste momento o Orador mostra um gráfico à Câmara.

Agricultura biológica e evolução da área da Região Autónoma dos Açores por hectare.

Ora, aqui vai: 2020 — como pode ver — está ali em baixo. Em 2024, está aqui em cima.

Posso também fazer chegar, com muito gosto.

Neste momento, o Orador mostra um gráfico à Câmara.

A evolução do pagamento das MASD (medidas de apoio à sustentabilidade e desenvolvimento do setor agrícola) aos agricultores, valores em milhões de euros. Como pode ver, o Governo da coligação, desde 2020 até 2024, sempre a subir também. Portanto, mérito do Governo da coligação.

Evolução da área do POSEI para culturas arvenses, isto é, do milho forrageiro, por hectare.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sempre a subir!

O Orador: Ora, aqui está.

Neste momento, o Orador mostra um gráfico à Câmara.

2017, 2018, 2019, 2020, 2024. Cá em cima, sempre a subir.

Vou-lhe fazer chegar, Sra. Deputada Patrícia Miranda. Não quero que a Sra. Deputada tenha alguma dúvida, está bem?

E aqui, para terminar...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Mais ainda?

O Orador: Evolução dos preços médios pagos aos produtores de carne bovina nos últimos 10 anos. Sra. Deputada Andreia Cardoso, aqui está também.

Portanto, como é que a Sra. Deputada Patrícia Miranda e o Partido Socialista vêm sempre a pôr em causa, e com visões catastróficas, o setor agroindustrial?

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem!

O Orador: Este Governo da coligação sabe bem o trilho que está a rumar. Sabemos bem o que é que estamos a fazer.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, aceite que dói menos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 09 minutos.

Estava inscrito, antes do intervalo, o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.
(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Sr. Secretário Regional, mais uma vez, o senhor derramou, derramou, derramou — falou de tudo e pouco daquilo que aqui interessava.
Sem ter sido constituído assistente, seja por quem for, V. Exa. disse daí, da sua bancada, que não tinha havido planos de reestruturação, que, pela primeira vez, foi feito um plano de diagnóstico sobre as cooperativas.
Eu temo dizer, Sr. Secretário, que o senhor está redondamente enganado.
Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Foi feito, está aqui.

O Orador: Eu saí do Parlamento dos Açores em 2000; regressei em 2020. Estive 20 anos fora. Mas, nos 20 anos em que estive fora do Parlamento dos Açores, estive atento a tudo o que se passava na política açoriana.

O senhor andou por Lisboa, não sei se qual "Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda", do qual agora tem um aprendiz — Paulo Chaves — no Parlamento dos Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Bom aprendiz!

O Orador: E, provavelmente, passou-lhe ao largo o facto de, na campanha eleitoral de 2012, o candidato do Partido Socialista, Vasco Cordeiro, ter anunciado que não havia mais dinheiro a rodos para as cooperativas sem planos de reestruturação.

Talvez lhe tenha passado ao lado, nessas deambulações lisboetas — com discursos que rondaram o cómico — que um consultor, cujo nome não posso pronunciar, mas que vinha de uma indústria altamente conceituada a nível mundial, apresentou ao Governo Regional e às três cooperativas de que hoje aqui falei um plano de reestruturação.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): E foi executado.

O Orador: E só as cooperativas de São Jorge é que aceitaram esse plano de recuperação.

Daí, talvez, o Sr. Deputado Paulo Silveira, hoje, poder falar da forma que fala sobre os resultados que ocorreram em São Jorge.

Porque a execução deste plano de 2012 teve efeitos — e efeitos que são satisfatórios.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Esqueceu-se!

O Orador: Claro que corroboro as suas palavras. As outras indústrias têm acesso aos fundos comunitários. Era o que mais faltava se não tivessem. O problema é que as cooperativas, nas quais o senhor injeta dinheiro todos os anos — nós não sabemos para quê — não têm. Mas não têm, não é por estarem impedidas de concorrer. Elas estão impedidas de concorrer por causa da situação financeira em que estão. Não é por outra

razão. E o senhor continua a injetar dinheiro dos contribuintes em empresas do setor cooperativo…

Deputada Isabel Teixeira (PS): Nas Flores.

O Orador: … que não têm pernas para andar, sem lhes exigir um plano de reestruturação capaz de as salvar do buraco em que estão. E sem responsabilizar os cooperantes. Porque aquilo que o senhor fez em São Jorge foi pegar no dinheiro dos contribuintes, resolver o problema dos cooperantes, resolver o problema da cooperativa, mas deixou o problema nos contribuintes. Não responsabiliza os cooperantes por isso. Bem pelo contrário, deixou-os numa situação mais confortável que aquela que estavam antes.

E não posso encerrar esta minha intervenção sem fazer um pequeno reparo à intervenção do Sr. Deputado João Mendonça sobre as questões da reserva agrícola regional. Não tivesse o Governo Regional dos Açores, por opção política e estratégica, destruído dezenas, para não dizer centenas, de hectares de terrenos agrícolas para construir autoestradas, para construir vias rápidas à custa do PRR…

Deputado Flávio Soares (PSD): Falso!

O Orador: … e tinham sobrado terrenos para aquilo que de facto importa, que é pequenas parcelas para os agricultores poderem construir as casas dos seus filhos.

Muito obrigado.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): É de uma demagogia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho o gosto de informar que estão nas galerias, a acompanhar os nossos trabalhos, uma turma do 5.º B da Escola Básica e Secundária da Ilha Graciosa, que está numa visita de estudo à ilha do Faial e que incluíram, nessa visita de estudo, uma visita ao nosso Parlamento e ao nosso Museu.

Eu agradeço a vossa vinda, a vossa visita à Assembleia e saúdo-vos em nome desta Assembleia.

Aplausos da Câmara.

Tem agora a palavra para participar no debate a Sra. Deputada Patrícia Miranda. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quem ouviu o Sr. Secretário falar aqui hoje, e quem também ouviu a coligação falar sobre agricultura, poderia pensar que tudo vai bem…

Deputado Flávio Soares (PSD): Está melhor!

A Oradora: … que tudo está excelente, não há dificuldades, a agricultura açoriana recomenda-se.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Quando custava 13 milhões é que estava bem.

A Oradora: Esquecem-se é de referir que os agricultores estão no campo e sabem que esta realidade, infelizmente, só existe nos discursos do Sr. Secretário e nos discursos dos Deputados da coligação.

Diálogos paralelos entre o Deputado Vasco Cordeiro (PS) e o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

É triste também perceber que foi este Governo que, ao tomar posse em 2020, reafirmava...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos permitir que a Sra. Deputada Patrícia Miranda tenha condições para prosseguir a sua intervenção.

Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Se o Sr. Secretário me deixar, eu gostava de continuar a minha intervenção, obrigada.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Peça desculpa aos açorianos pelos 13 milhões.

A Oradora: Desculpas, se calhar, devia pedir o Sr. Secretário, por fazer transparecer uma realidade que os agricultores bem sabem que só existe nos seus discursos. Porque, hoje em dia, aquilo que nós temos são agricultores desmotivados.

Protestos do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

É um setor envelhecido, são indústrias que, infelizmente, ainda não conseguem pagar um preço justo pelo real trabalho dos nossos agricultores, apesar das dificuldades e do esforço que elas próprias também fazem. E, infelizmente, são cooperativas fragilizadas.

O Partido Socialista sabe das suas responsabilidades no passado…

Deputado Flávio Soares (PSD): Não parece!

A Oradora: … sabe que nem tudo o que fez teve os resultados que esperava que tivesse, mas também teve resultados positivos. E aqueles que dizem exatamente o contrário é porque não conhecem realmente os setores.

Porque nós tivemos investimentos em infraestruturas que têm e tiveram resultado. Nós tivemos políticas de rejuvenescimento que, hoje, o Sr. Secretário bem pode tentar, mas que não está a conseguir alcançar o sucesso que essas políticas tiveram. E não é o Partido Socialista que diz isso, é o próprio Presidente da Federação Agrícola dos Açores.

Mas o debate que é que hoje nos traz, apesar dos senhores bem tentarem desviar para o passado, é sobre o presente.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Não é passado! A senhora não tem moral para falar de agricultura!

A Oradora: É sobre a ação deste Governo — e a falta dela também — e os seus impactos no futuro dos nossos agricultores e da nossa agricultura.

Falamos hoje de cooperativas, e o Partido Socialista trouxe a esta Casa uma proposta: um plano de ação para o reestruturação e modernização das cooperativas agrícolas dos Açores, com medidas concretas. Não é só apoios, porque um plano de reestruturação é muito mais do que atribuir apoios às nossas cooperativas. São linhas de crédito específicas para as cooperativas, formação em gestão e reforço do acompanhamento técnico, modelos de gestão baseados em critérios de eficiência, promoção da articulação entre estruturas e reforço da capacidade de planeamento a médio e longo prazo.

Eu volto a repetir o que li daquela tribuna, porque, pelos vistos, há alguns Deputados nesta Casa que não perceberam aquilo que eu estava a tentar transmitir.

Sr. Secretário, eu faço-lhe também algumas questões, já que o Sr. Secretário ainda tem tempo para responder — e até agora não respondeu a nenhuma.

Sobre o plano de modernização apresentado em 2021 para as nossas agroindústrias, eu não peço que me apresente apenas os relatórios — eu peço resultados concretos, metas e prioridades…

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Mas qual é que é o plano? Não invente coisas!

A Oradora: Aquele que o Sr. Secretário apresentou em 2021. Se o Sr. Secretário não o conhece, aí é que é estranho.

Um grupo de trabalho que apresentou em 2024, para rever o regime jurídico das cooperativas — há um ano —, eu gostaria de lhe perguntar: quem faz parte desse grupo

de trabalho? Quando é que saem os resultados deste grupo de trabalho? E qual é que é o próximo passo que será aplicado após esse grupo de trabalho?

Também lhe gostaria de perguntar qual é que vai ser a posição deste Governo aquando da reestruturação de que se fala, por exemplo, para a cooperativa CALF.

Fico a aguardar as suas respostas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Neste momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Pausa.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu estava a esperar que houvesse mais Sras. e Srs. Deputados que se pudessem inscrever…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mais ainda!?

O Orador: … para depois responder já que eu só tenho 3 minutos. Não vão a seguir fazer perguntas quando eu já não tenho tempo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que chatice!

O Orador: E, portanto, aproveitando o tempo que eu tenho.

Bom, sendo assim, vou responder às perguntas que colocaram. É que essa técnica baixinha é uma coisa incrível — acontece de vez em quando.

Ora bem, respondendo aqui a várias questões relativamente ao grupo de trabalho: ele ainda está na sua análise. A questão do estatuto jurídico das cooperativas é algo que nunca foi feito e nem atualizado. Nós estamos a atualizar, tendo em conta aquilo que é a abrangência social e territorial das nossas cooperativas.

Relativamente à CALF, todo o protocolo estabelecido com a CALF foi cumprido. Ora, há mais de 10 anos que não se atingiam os 13 milhões de litros de leite no Faial. Conseguiu-se atingir, em 2024, os 13 milhões de litros de leite no Faial — que a fábrica foi dimensionada para 13 milhões e nunca se conseguiu.

E conseguiu-se com o quê? Com o apoio ao transporte de novilhas para o Faial. Conseguiu-se com a libertação de 60,77 hectares — que eram pastagens da Administração Regional — que se disponibilizou para os agricultores. O Estado não tem nada que explorar produção de carne ou produção de leite…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: … e libertou-se essa área para os agricultores do Faial. Aumentou-se a produção de queijo no Faial — foi também uma meta que foi conseguida.

O preço do leite aumentou no Faial relativamente a 2020. As contas de 2022 e 2023 são positivas e entregues…

Deputado Carlos Silva (PS): E 2024?

O Orador: … porque o apoio só foi dado tendo em conta critérios de elegibilidade.

As portarias relativamente aos apoios são publicadas todos os anos, e a última portaria foi a Portaria n.º 53/2024, de 29 de julho de 2024, que diz claramente quais são os critérios para se atribuir apoios. E as empresas têm que cumprir com contas positivas, aumento da produção de leite — no caso do Faial —, aumento da produção de queijo, preços de venda, rácios de trabalhadores. Tudo isto não é feito a *olhómetro*; tudo isto é com base, também, naquilo que foi o levantamento da situação existente em cada cooperativa.

Agora, a recuperação leva tempo. Não há nenhum interruptor aqui, relativamente a esse tipo de situação, com âncoras de endividamento muito grandes. Nós encontrámos o setor leiteiro falido, com 68 milhões — está nos 63 milhões.

Parabéns, parabéns ao setor cooperativo.

Eu penso que ninguém tem nada contra o setor cooperativo.

E, Sr. Deputado Francisco Lima, eu acho que o senhor se esqueceu de ler a Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2025, do dia 17 de abril de 2025…

Neste momento, o Secretário exibe um documento.

… que transfere para o IFAP aquilo que são os montantes e, especificamente, as medidas. Nós precisamos de aumentar a nossa produção alimentar.

O POSEI é, acima de tudo, uma segurança para os açorianos. Não vale a pena fazer demagogia com isto. O POSEI é uma segurança para o alimento e para a previsibilidade da alimentação dos açorianos.

No tempo que corre, com os conflitos militares, com os conflitos financeiros, obviamente, ter alimentos é a riqueza de uma região. E nós temos que assegurar isso — e o POSEI faz isso.

A República percebeu isto; um Governo de coligação da República percebeu isto; mas um Governo do PS nunca percebeu isto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Pelo contrário, queria que nós morrêssemos à fome aqui sem alimentos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Governo esgotou o seu tempo para esta interpelação.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Chaves.

(*) **Deputado Paulo Chaves** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Ministros do Governo:

Tive que entrar novamente em debate porque a Sra. Deputada Patrícia Miranda veio falar, novamente, na questão do rejuvenescimento do setor.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, qual foi o governo que aumentou, de 40 mil euros para 55 mil euros, o prémio à primeira instalação ao jovem agricultor, sem discriminação por hectare? Foi o governo da coligação.

Qual foi o governo que implementou o que não havia antes para os ATP (agricultores a título principal), fixados nos 15 mil euros, sem discriminação por hectare? Foi o governo da coligação.

Deputado Carlos Silva (PS): Sem pagar!

Deputado José Ávila (PS): E pagou?

O Orador: Qual foi o governo regional, neste caso novamente, que implementou a questão do *plafond* agrícola, que antes, a meio do ano, terminava para muitos produtores agrícolas e que agora está em vigor durante o ano civil? Foi o governo de coligação.

É preciso também dizer alguma coisa nesta Casa que seja sinónimo de verdade, Sra. Deputada Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Não há jovens para se inscrever!

O Orador: Muito obrigado.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Ainda não perceberam nada!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados. Sr. Presidente do Governo. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi há bocadinho um aparte, que é precisamente para onde eu quero começar, dirigindo-me a esta juventude que está aqui em cima.

Porque é que os jovens não estão a ir para a agricultura? É a pergunta que nós todos temos que fazer. Os jovens não vão para a agricultura porque a agricultura não lhes dá o rendimento viável para viver. Ponto. E é a lei da vida. Nós andamos aqui a discutir cooperativas como se o mundo acabasse nas cooperativas.

Estava eu a voltar da procissão de Santo Cristo, e há um senhor que eu não conhecia de lado nenhum que começou a conversar comigo. Ele depois lá se identificou, disse que fez parte de uma cooperativa — não vou dizer qual, para não deixar o senhor mal aqui.

E eu disse: "Ó senhor, eu não sou contra as cooperativas. Eu sou contra os contribuintes porem o dinheiro nas cooperativas."

Porque qualquer empresa — seja uma cooperativa, seja o que for, uma banca de gelados — tem que dar lucro, tem que se gerir sozinha. E a pergunta que nós temos que fazer é: por que razão é que o Estado tem que pôr dinheiro em cooperativas?

Deputada Olivéria Santos (CH): Não tem.

O Orador: Como, por exemplo, no continente se vendia leite dos Açores a 39 cêntimos, e nos Açores vende-se a 52 cêntimos. Por que razão? Por que razão?

Expliquem a estes meninos que estão aqui em cima por que razão é que, se eles quiserem ir para a agricultura, têm que ir com o chapéu na mão à vossa porta.

Jamais! Jamais! Jamais alguém tem que se ajoelhar perante o poder governativo. Jamais! O poder governativo serve as pessoas. Não são as pessoas que servem o poder governativo. Isto é comunismo.

E nós temos que tirar esta camisa. Nós temos que perceber e fazer a pergunta que é a pergunta que ainda não se fez: para onde é que queremos ir com a agricultura? Que produtos é que são viáveis nos Açores? Por que razão é que algumas coisas não funcionam?

E nós tivemos aqui o exemplo da banana, em que nós dissemos: "Liberdade, vende a quem quiser." Quem quiser ir para a cooperativa, é um problema que é dele. Pode não ser um problema, pode ser uma vantagem.

E os senhores — os senhores — chumbaram, porque acham que só nas cooperativas é que existe a verdade. Mas, no nosso conceito, a verdade existe muito para além das cooperativas. Porque a iniciativa privada é que tem que comandar a economia desta Região e de qualquer região. Exceção seja feita à Venezuela, à Coreia do Norte, à China, a todos os países comunistas.

E muito triste fico eu quando começo a ver partidos supostamente de direita estarem aqui no Congresso do PCP modernizado. Muito triste fico eu. Nós somos uma região de direita. Nós somos uma região de trabalho. E sempre fizemos tudo pelo suor. Mas houve quem…

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: E termino já Sr. Presidente.

E sempre, sempre, sempre se habituou o povo a ter que vir com o chapéu.

Meus amigos, Sr. Presidente, perdoe-me a expressão, mas a "mama" tem que acabar.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Infelizmente, o discurso continua o mesmo. Continuam a tentar ignorar aqueles que são os problemas atuais e reais do setor agrícola.

Não se pode apenas olhar para trás, tentando esquecer ou encobrindo aquela que é a ação do dia a dia. E, dessa ação, há aspetos que importa relembrar.

Não se pode falar apenas em dívidas antigas, ignorando os milhões que hoje estão por pagar à agricultura açoriana.

E não é só o Partido Socialista que fala nestes apoios; é o próprio Presidente da Federação Agrícola dos Açores que, ainda há bem pouco tempo, relembrou esses apoios que estão em atraso.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Isso é uma estratégia baixa!

A Oradora: E a verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que esses apoios em atraso têm repercussão não só na vida diária dos nossos agricultores, mas também nas nossas cooperativas. Porque, quando se ignora o papel essencial das nossas cooperativas, tentando-lhes retirar apoio, é tentar minimizar aquela que é a sua importância — e eu relembro uma, em particular, das nossas cooperativas: substituem-se, muitas vezes, àquele que devia ser o papel do nosso Governo.

Dou-vos um exemplo muito claro: nós estamos na época das sementeiras de milho. As cooperativas, algumas delas, vendem milho. O Governo anunciou, com pompa e circunstância, o apoio à compra das sementes de milho.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Exatamente.

A Oradora: A verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que esse apoio do ano passado ainda não está pago.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Ó senhora, a candidatura foi até finais de fevereiro!

A Oradora: Os agricultores já estão a fazer as sementeiras de 2025. São as cooperativas que se chegam à frente para financiar esse apoio e dar crédito aos nossos agricultores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, não é o apoio que cria dificuldades às nossas cooperativas, nem ao nosso Governo Regional.

O que escava o buraco das dificuldades em que, infelizmente, os nossos agricultores e as nossas cooperativas hoje se sentem é a falta de uma real estratégia agrícola para a nossa agricultura.

Há 5 anos que este Governo está em funções. Há 5 anos que é o Sr. Secretário António Ventura quem toma conta dos resultados da nossa agricultura. E, infelizmente, passaram 5 anos e ainda não aprenderam nada.

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Partido Socialista aprendeu, reconheceu e reconhece os seus erros. Sabe que a agricultura mudou e precisa de mudar, mas este Governo não aprendeu nada e ainda bem…

Risos do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

Sr. Presidente, eu gostava de continuar a minha intervenção.

Presidente: Sra. Deputada, faça favor.

A Oradora: Os agricultores sabem que aquilo que o Partido Socialista está a dizer é verdade e corresponde à realidade. Os agricultores sabem das dificuldades que enfrentam e dos apoios de que precisam.

Eu não estou a falar de apoio financeiro. Apoiar a agricultura é muito mais do que atribuir apoio financeiro. Apoiar a agricultura regional é olhar para ela pensando no futuro. E o Sr. Secretário, infelizmente, vai ao futuro e regressa — mas regressa de mãos vazias.

E ainda bem que há quem apresente gráficos com a evolução positiva de todo o setor. É verdade: nós temos uma agricultura biológica em crescimento e com resultados positivos — graças aos nossos agricultores.

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Porque, infelizmente, se fosse pelas políticas deste Governo — que teimam em voltar às políticas de 1996 —, o setor agrícola estaria muito pior do que aquilo que poderia estar.

Em 5 anos, a nossa agricultura poderia ter crescido muito mais. Não cresceu porque, infelizmente, a visão deste Governo é pequenina. Limita-se a uma única medida. E os nossos agricultores, infelizmente, vão vivendo na sombra dessa medida.

É preciso muito mais para a nossa agricultura. E as nossas cooperativas também precisam de muito mais. Precisam de uma real estratégia, adaptada aos tempos atuais e às dificuldades que todas elas enfrentam no seu dia a dia.

E não esqueçamos, Sras. e Srs. Deputados: um dos principais papéis das nossas cooperativas — principalmente nos dias de hoje — é substituir-se àquele que deveria ser o papel do Governo Regional.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Aí é que está!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Silveira** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fico agora na dúvida se esta última intervenção da Sra. Deputada Patrícia Miranda consta da nota de imprensa que saiu a meio do debate.

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Portanto, a atitude do PS neste debate é isso mesmo. O debate mal ia a meio e já tinham emitido uma nota de imprensa. Isto demonstra que o PS não quer discutir cooperativas — mas apenas parece, em vez de ser. E há que dizer que, *à mulher de César, não basta parecer, tem de ser.*

Mas eu não podia deixar de aproveitar esta ocasião para referir o seguinte: em relação aos pagamentos, o Partido Socialista rege-se pela expressão "faz o que eu digo e não faças o que eu faço."

O Partido Socialista, no que toca ao SAFIAGRI III — Sra. Deputada, já lhe disse isso uma vez num debate —, abriu as candidaturas a 19 de agosto de 2016 e só as pagou a 20 de agosto de 2018. Se não me falha a memória, isso são 2 anos. Portanto, em relação a atrasos, acho que estamos conversados.

Mas eu não poderia deixar passar esta ocasião sem fazer aqui um elogio ao Sr. Presidente do Governo. O Sr. Deputado Nuno Barata falou da questão da

reestruturação, e a atual administração da Uniqueijo está ciente e consciente de que quer o apoio de 3,5 cêntimos por mais de um litro de leite — que, até então, não havia...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Não havia!

O Orador: …incentivou novamente a produção. Mas há aqui um fator muito importante: muita pressão teve o Sr. Presidente do Governo para abrir indiscriminadamente quotas de vacas aleitantes para São Jorge. E o Sr. Presidente do Governo teve a coragem de resistir e de provar que São Jorge é uma ilha permanentemente leiteira, apesar de haver espaço para a carne.

Este ato de boa gestão é que devemos enaltecer.

E os agricultores de São Jorge sabem. Os agricultores açorianos sabem.

Porque a realidade é que o PS insiste numa narrativa que é desmentida pelos resultados eleitorais e pelos resultados sentidos ultimamente.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados. Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A conversa desta manhã, no Parlamento, é um bocado anedótica. Ouvimos a direita dizer que o Governo interfere demasiado no mercado e na economia do setor leiteiro. Depois, temos a esquerda a dizer que não — que não há ingerência. Aliás, temos cooperativas que, na prática, estão a substituir o Governo.

Segundo essa lógica, o Governo devia ser obrigado a dar a semente do milho, a erva forrageira, o transporte, os apoios... não esteja a olhar para mim, Sr. Secretário, porque a erva forrageira também é apoio do Governo para os produtores.

E por isso temos esta discussão: por uns, não devemos substituir o mercado; por outros, deveríamos ser o próprio mercado.

Isto é bastante grave. E começa a ser ainda mais grave quando é o Governo que tenta ser o próprio empresário, o próprio banqueiro, o próprio produtor — e, daqui a nada, estará a arranjar também os empregados para o setor. Pior ainda: tenta também arranjar clientes.

E tenta arranjar clientes — basta olhar para o facto de que, como tem poucos, há uma redução constante no consumo de leite. Não dos seus derivados, mas do consumo direto de leite.

E vemos agora a última notícia: o Sr. Secretário Regional, juntamente com a Direção Regional da Educação e Administração Educativa, mandou um *flyer* para os alunos do ensino básico e pré-escolar — 13 mil alunos — com a mensagem: "O leite é que é fixe, o leite é que é porreiro."

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): É a nossa opinião!

O Orador: Então, o Governo além de ser agricultor, além de ser banqueiro, o Governo também é uma empresa de *marketing*.

Deputado Nuno Barata (IL): É pois!

O Orador: Uma empresa de *marketing*, para tentar ter mais consumidores. E, aliás, não se trata de educar — porque isso é uma obrigação e um direito dos pais —, mas sim de tentar doutrinar as crianças, através de um *flyer*, com a mensagem de que "o leite é que é bom", e de uma forma bem "tenrinha" ...

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: … dizer a crianças bem pequenas aquilo que tem de ser feito.

Por isso, a minha opinião — tendendo mais à direita relativamente àquilo em que não devemos mexer, que é o mercado — é clara: se é um mercado liberal, esse mercado deve continuar sem ingerência do Governo, seja nas cooperativas, seja no próprio mercado.

Se o mercado, por si só, tiver de acabar, que acabe. É assim que acontece com todas as empresas.

Agora, o que está a acontecer neste momento é que a agricultura nos Açores está cada vez mais intensiva. E, quando falo em agricultura, é melhor dizer pecuária, porque há empresários que têm, cada vez mais, um maior número de cabeças de gado. A nossa agricultura pecuária está a perder a sua componente extensiva e está a tornar-se cada vez mais intensiva.

Estamos a ter problemas ambientais cada vez mais sérios — e esse é o verdadeiro problema.

Em discussão com o Bloco de Esquerda que me disse que, apesar de a agricultura ser mais intensiva e de termos mais cabeças de gado, isso não significa que haja mais proteína de leite por cada litro de leite. Ou seja, estamos a perder produtividade, mesmo aumentando o número de cabeças de gado por empresa.

Esse não devia ser o projeto do Governo. Esse não devia ser o papel, nem a imagem dos Açores — cá dentro e muito menos lá fora. Nós devíamos ser cada vez mais extensivos, e não mais intensivos. Não devíamos produzir mais, devíamos ter sustentabilidade económica. Devíamos ter uma gestão cuidada dos nossos recursos — e não uma tentativa de intensificar e produzir cada vez mais, sem pensar nas consequências.

Tem que haver geração de valor no próprio produto, e não apenas quantidade de produto.

Obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Não estamos a intensificar, em ilha nenhuma!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, eu não lhe vou fazer mais perguntas, porque o senhor não tem tempo para responder. Mas vou apenas lembrar que o senhor ainda ia na sua primeira intervenção quando, em aparte, daqui o avisei: "Olhe o tempo." E foi o Sr. Secretário Regional, responsável pelas relações com o Parlamento, que foi precisamente advertido — para que tivesse cuidado com o tempo.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Eu gosto de falar.

O Orador: Mas como o senhor, empolgadamente, quis derramar todas aquelas coisas que nós já conhecemos — e que os açorianos também conhecem —, perdeu-se no tempo.

Não lhe vou fazer perguntas, nem interpelações nem vou dizer coisas que o senhor já não saiba — mas que, às vezes, têm que ser lembradas.

Ficou claro, ao fim desta manhã de debate e de interpelação ao Governo, que a Região vai continuar a empurrar para as calendas gregas os problemas que tem entre mãos — nomeadamente na agricultura.

Ficou claro que, de ciclo eleitoral em ciclo eleitoral, vão continuar a ser anunciados milhões e mais milhões e mais milhões, com a demagogia dos alimentos — como se os nossos alimentos não fossem produzidos com importações. Quase 40 % dos fatores de produção são importados.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Mas o senhor acha que isso é bom? A importação?

O Orador: Portanto, há certas demagogias, há certas formas de estar na política que induzem os açorianos em erro, que induzem os açorianos em ilusões, que induzem os açorianos num caminho que não é aquele que a Iniciativa Liberal preconiza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espelho meu, espelho meu!

O Orador: E o caminho que a Iniciativa Liberal preconiza é um caminho de livre mercado, onde as empresas sejam responsabilizadas pelos seus atos, independentemente de poderem concorrer a fundos comunitários ou não; que as empresas tenham pernas para andar, sejam sustentáveis e que, no caso dos sócios das empresas, esses sejam responsáveis pelas suas decisões — como no caso das cooperativas.

Os cooperantes devem ser responsabilizados pelas suas decisões e não estar, permanentemente, a Região a ir ao bolso dos contribuintes para fazer face às más gestões e às más decisões que as direções das cooperativas tomaram ao longo do tempo, com a anuência dos cooperantes.

Porque não somos nós, nem nenhum dos 57 deputados aqui presentes, nem nenhum membro do Governo que decide quem vai dirigir as cooperativas — são os cooperantes.

É neste sentido que faço o alerta e fiz a pedagogia daquela tribuna e ao longo da manhã de hoje.

Os cooperantes têm que ser responsabilizados pelas decisões que tomam e não podem, sempre que alguma coisa corre mal, dizer aqui-d'el-rei ao Governo, porque quando dizem aqui-d'el-rei ao Governo, dizem aqui-d'el-rei ao bolso de todos os contribuintes.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Pedro Neves, há pouco, iniciou a sua intervenção um pouco à semelhança daquilo que eu ia concluir deste debate. Para aqui, para este lado, tudo o que se faça pelas cooperativas é muito, é demasiado. Para ali, para aquele lado, tudo o que se faça pelas cooperativas é pouco, é muitíssimo pouco.

Eu fiquei a saber, depois da intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves, que nem muito nem pouco, é nada. Para o Sr. Deputado Pedro Neves, não se faça nada pela agricultura, sobretudo se envolver alguma produção animal.

Deputado Nuno Barata (IL): É coerente!

O Orador: Mas o Sr. Deputado Pedro Neves e o PAN obrigaram-me a vir a este debate para dizer algo que me incomodou — e penso que incomodou a Câmara e terá, certamente, de incomodar os açorianos.

Sr. Deputado, o leite é bom. O leite de vaca é bom. Faz bem às nossas crianças, é essencial para o seu desenvolvimento, é essencial para os Açores e é essencial para todos nós.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Não o vamos substituir por leite de soja nem nenhum outro. Aliás, a própria União Europeia comparticipa a distribuição de leite escolar para as nossas crianças.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não falei da distribuição, falei do *marketing.*

O Orador: É uma obrigação da Europa, é uma obrigação do nosso país, é uma obrigação deste Governo e é uma obrigação desta Assembleia reconhecer que o leite é bom, faz bem e, nos Açores, é ainda melhor porque é de excelente qualidade, produzido sob as melhores formas de produção, respeitando o ambiente e respeitando os animais.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Depois, se me permitem — e se me permite, Sr. Deputado Nuno Barata — a sua intervenção fez-me relembrar algo com o qual discordo. Há coisas em que concordo,

algumas propostas que temos acompanhado da Iniciativa Liberal, mas há uma em que tenho que discordar.

É que o senhor acha que os arredores de Bruxelas são iguais aos Açores. Não são. Nós temos especificidades próprias, razões muito sérias para termos um POSEI agricultura, para termos outros POSEI nas pescas e nos transportes, para realmente sermos reconhecidos pelas nossas especificidades, pelas necessidades de apoio e pela diferenciação que deve ser feita dos Açores, em benefício também da Europa, e por aquilo que nós damos de mais-valia a esta União Europeia.

E, portanto, Sr. Deputado, se o senhor conclui deste debate que eventualmente não deve haver apoios públicos para nada, nós pensamos diferente da Iniciativa Liberal: os Açores têm especificidades próprias, as nossas ilhas têm condições de resiliência próprias, que significam um apoio majorado relativamente às nossas atividades, sobretudo às tradicionais, e à importância que a agricultura, desde logo, tem na nossa sociedade e no nosso desenvolvimento coletivo.

E, portanto, este debate serviu para uma coisa: entre aqueles que acham que é pouco — que estão ali — e aqueles que acham que é muito relativamente à política seguida por este Governo para as cooperativas e com as cooperativas, chegamos à conclusão de que é um pouco como se costuma dizer: *no meio está a virtude.*

A ação deste Governo, que tem tido relativamente a uma transformação e uma mudança de políticas para recuperar e salvar aquelas cooperativas que efetivamente são essenciais ao nosso desenvolvimento coletivo, tem estado nesse meio, tem estado nessa virtude.

Há muito por fazer, mas tenho a certeza de que o trabalho que o Governo está a desenvolver irá trazer esses resultados.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Simões (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos aqui hoje reunidos para tratar de um assunto muito importante relacionado com o setor agrícola, nomeadamente no que concerne ao futuro do setor cooperativo e da agroindústria. Neste debate, era expectável — pelo menos para nós, e foi esse o contributo que tentámos trazer — que se discutisse a importância do setor cooperativo, que se avaliasse ou reconhecesse — alguns reconheceram — o papel desta forma de organização de produtores: as cooperativas.

Aproveito para lembrar que temos 46 cooperativas, muitos homens e mulheres dirigentes dessas cooperativas, muitos trabalhadores dedicados a elas, todos lutando diariamente para que este seja um setor competitivo e que corresponda às legítimas expectativas dos seus cooperantes.

Ou seja, que estejamos à altura da inovação exigida no setor, que estejamos à altura daquilo que são as expectativas dos agricultores, e que este seja um setor capaz de gerar rendimento e de ser atrativo.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Não passa pela cabeça de nenhum deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista pôr em causa o mérito das cooperativas neste âmbito. Antes, pelo contrário, entendemos que têm valor. Não são, com certeza, os únicos *players* neste mercado, mas têm um valor histórico importante — e não só histórico, porque não estão paradas no tempo.

Na atualidade, no presente e no futuro, reconhecemos às cooperativas um papel determinante no futuro da nossa agricultura e na organização dos nossos produtores.

Este é, para nós, o princípio da discussão e a forma como nos colocamos neste debate, sem qualquer problema.

Depois, dizer-vos que continuamos, de facto, a acreditar que é possível, trabalhando com as cooperativas, com a agroindústria associada e não associada às cooperativas, promover essa valorização do produto e trazer mais e melhor rendimento aos produtores.

Os desafios são, com certeza, muitos. Trouxemos aqui alguns e pedimos respostas ao Governo Regional: algumas diretamente dependentes do Governo Regional, outras não, mas em relação às quais é importante saber qual é o posicionamento do Governo Regional.

Há questões que naturalmente não estão associadas ao Governo Regional, nomeadamente o aumento dos custos de produção — que, com certeza, não depende do Governo Regional —, mas esperávamos do Governo Regional também uma palavra sobre esta matéria.

O que se espera no futuro? Qual é o papel que o Governo pode ou não pode ter? Que papel podem as cooperativas esperar do Governo Regional nesse futuro?

Quanto a esse aspeto, nada. Não ouvimos rigorosamente nada.

Protestos dos Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD) e do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

Mais, também dissemos que um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento dos Açores, e necessariamente da agricultura — que é um dos principais setores económicos — tem exatamente a ver com os transportes.

Estamos a atravessar talvez uma das maiores crises do setor de transportes marítimos nos Açores, com notícias todos os dias: é o gado que fica retido na Graciosa, no Pico.

Sobre isso, Sr. Secretário, nem uma palavra, nem uma palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): E os 68 milhões de euros de dívida?

A Oradora: Mais, Sr. Secretário, exigir rigor e transparência aos outros é muito fácil. Exigir aos dirigentes das cooperativas que façam mais, que façam melhor, que prestem contas — sim, senhor, é muito fácil.

Mas da sua parte, Sr. Secretário, onde fica o rigor? Deixou-o em casa? Pois traga o rigor para aqui.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Eu quero saber que rigor é esse!

A Oradora: Traga o rigor para aqui, nas respostas que as Sras. e Srs. Deputados lhe exigem e que o senhor não nos transmite. Aliás, devo dizer-lhe que nós questionámos o Sr. Secretário na nossa primeira intervenção: então, onde está e o que produziu esse grupo de trabalho? Alegadamente, esse grupo de trabalho foi formado para rever a legislação do setor cooperativo. Mas onde está o resultado desse grupo de trabalho? Não existe. Nós não o conhecemos.

Mas também lhe perguntámos, Sr. Secretário: em 2021 — já lá vão quatro anos — prometeu um programa de modernização da agroindústria.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Aconteceu!

A Oradora: Onde é que está esse programa? Nós não conhecemos resultados desse trabalho.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Mas ainda não começou!

A Oradora: Mas haja mais rigor e transparência para os outros.

E, Sr. Secretário, é importante haver previsibilidade neste setor. Os agricultores querem saber quando vão receber. A agroindústria quer saber quando se pode candidatar. Porque dizer que leva 2 meses a analisar candidaturas, quando nem sequer abriu o PEPAC...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Por culpa da vossa ministra!

A Oradora: … não funciona, não existem avisos, não existe nada. Isto é uma coisa espetacular: leva 2 meses para analisar meia dúzia de candidaturas. Pois, olhe, grande coisa. Estamos todos muito contentes com isso? Não, Sr. Secretário, exige-se mais. Os agricultores e a agroindústria exigem muito mais do Governo: previsibilidade, rigor e transparência também da sua parte. Não só para os outros, Sr. Secretário.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

O Sr. Secretário pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Um protesto.

Presidente: Um protesto a quê?

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): A Sra. Deputada Andreia Cardoso falou da falta de rigor e eu quero saber qual é a falta de rigor.

Presidente: Sr. Secretário Regional, penso que isso é uma qualificação política, fruto do debate político. Não está em causa…

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Então, peço a palavra para a defesa da honra. Isto é um ataque à minha personalidade.

Presidente: Tem a palavra para a defesa da honra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Andreia Cardoso falou da falta de rigor. Enquanto governante, nunca faltei ao rigor no cumprimento daquilo que foi esperado em termos de política pública, no que apoiamos e no que exigimos para os apoios.
Talvez, Sra. Deputada, a falta de rigor tenha ficado no passado, quando se anunciava um determinado apoio e este era cortado pela metade. Isso sim, é falta de rigor.
No nosso Governo, anunciamos e pagamos integralmente aquilo que é anunciado.

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

Portanto, não me revejo nas suas palavras sobre falta de rigor e quero que exemplifique qual é essa falta de rigor relativamente a mim, enquanto governante, em termos de política pública.
Muito obrigado.
Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não paga o que promete!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.
Querendo, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso para prestar explicações.
(*) **Deputada Andreia Cardoso** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
Sr. Secretário Regional, naturalmente que a falta de rigor a que aludi e expliquei a seguir tem a ver com a falta de previsibilidade nos pagamentos aos agricultores, com o incumprimento dos pagamentos prometidos, e vou lembrar mais uma vez: há pagamentos pendentes desde 2021, prometidos por si.
Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Mas não há calendários!

A Oradora: Uma vez era por portaria, outra por resolução do Conselho de Governo. A verdade é que os pagamentos aos agricultores estão por cumprir desde 2021, e ainda estamos a falar de apoios relacionados com a Covid.

Portanto, quando falo de falta de rigor, refiro-me à falta de rigor para com os agricultores. O senhor não é rigoroso no que promete, porque não cumpre. Logo, não há rigor perante os agricultores. Aliás, os agricultores têm sido muito resilientes e pacientes perante as suas promessas sucessivamente incumpridas.

Tudo serve de desculpa: no caso do PEPAC, é o Governo da República, é o sistema informático, são os técnicos de informática, mas nunca é responsabilidade sua. Também aí há falta de rigor, Sr. Secretário.

É a agroindústria que diz, não somos nós. É a Federação Agrícola que diz que não há rigor. O senhor é um homem muito bem-disposto, muito generoso nas conversas, muito próximo das pessoas, mas pagar, que é bom, Sr. Secretário, aí é que fica mais difícil.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Mas onde é que está o calendário?

A Oradora: E essa parte é fundamental, porque quem labora todos os dias a terra, quem quer fazer da terra a sua vida, exige do Governo rigor e previsibilidade nos compromissos feitos com os agricultores e com a agroindústria. Este é um setor que, de facto, não deve estar com o chapéu estendido, nem perante si, nem perante nenhum governante.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Atingimos a nossa hora regimental. Há mais inscritos, mas vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Continuando no debate sobre a interpelação promovida pela Iniciativa Liberal, estava inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves, a quem dou a palavra. Prescinde?
Estava inscrito o Sr. Deputado João Bruto da Costa (que não está presente).
Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Não havendo, pergunto ao Sr. Deputado Nuno Barata se quer usar da palavra para fazer o encerramento.

O Deputado Nuno Barata (IL) dá indicação de que não pretende usar da palavra.

Damos, assim, por encerrada esta interpelação e avançamos para o ponto 5 da nossa agenda, já que o ponto 2 vai ser tratado amanhã de manhã, os pontos 3 e 4 já foram tratados ontem à tarde.
Passamos agora ao **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XIII – "Cria e regulamenta o cheque-dentista."**
É uma iniciativa do CHEGA. Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.
Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Por iniciativa do CHEGA, foram inscritos 200 mil euros no Plano de Investimento da Região de 2025 no âmbito do cheque-dentista.

Este projeto tem por objetivo resolver problemas graves de saúde oral de açorianos identificados pelos seus médicos de família que não podem ser resolvidos no Serviço Regional de Saúde (SRS) pelo nível de diferenciação que exigem ou por falta de capacidade de resposta.

Não queremos a solução nacional que é a mera entrega de um vale de 50 euros ao utente sem acompanhamento do impacto desse tratamento na saúde oral do mesmo.

A nossa proposta implica a participação dos centros de saúde na medida em que o problema de saúde oral é identificado pelo utente e o seu médico de família, o qual referencia-o para o médico dentista da Unidade de Saúde para uma melhor avaliação e aconselhamento sobre a solução.

O Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha (USI) seleciona as situações com maior impacto na saúde do utente, de acordo com os critérios que constam na nossa proposta e de acordo com a dotação que lhe foi atribuída.

De seguida, o utente procura duas entidades privadas em quem sente mais confiança e é-lhe financiado o tratamento com menor valor de orçamento.

O médico dentista da USI acompanha o tratamento do utente para que haja a garantia de que o plano esteja a ser seguido. Desta forma, pretende-se que o SRS controle as verbas que investe na saúde oral para que os ganhos em saúde do cheque-dentista sejam reais.

Esta filosofia vem de encontro ao que o CHEGA defende: que os problemas dos açorianos sejam resolvidos com o custo / benefício mais adequado independentemente de ser por uma entidade pública ou privada, reservando-se o Estado para a missão de gestor, regulador e fiscalizador.

De acordo com a informação do SREA (Serviço Regional de Estatística dos Açores), a população residente são 242 000 pessoas.

Atualmente, existem 29 médicos dentistas no Serviço Regional de Saúde, de acordo com a informação da Direção Regional de Saúde.

No SRS, os médicos dentistas têm, além das consultas para tratamentos, o programa de rastreio do cancro na cavidade oral – PICCOA, e os programas de Saúde Escolar.

Conclui-se então que os cuidados primários e diferenciados não têm capacidade de resposta, razão pela qual o CHEGA sentiu necessidade de criar uma resposta para problemas de saúde oral mais complexos para açorianos que não têm condições financeiras para os resolver!

Tenho dito.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa e estão abertas as inscrições.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA apresenta-nos uma proposta que tem um conteúdo muito importante que permite que um leque mais alargado de cidadãos possa beneficiar de tratamentos dentários. Sabemos que, no nosso país, temos um problema de acesso aos cuidados de saúde oral. Felizmente, nos Açores, há mais de 30 anos que há médicos dentistas nos centros de saúde, o que colmata muitas falhas do Serviço Nacional e Regional de Saúde para a prestação de cuidados de saúde oral. No entanto, obviamente que o número limitado de profissionais de saúde oral existente nos centros de saúde não permite prestar cuidados de saúde a toda a população. Esta proposta, enquadrada nesse espírito

de prestar mais e melhores cuidados de saúde aos açorianos, é bem-vinda e os partidos da coligação acolhem-na de boa vontade.

Tem, no entanto, alguns problemas de conceção, alguns erros que foram assinalados durante as audições parlamentares e, nesse sentido, os partidos da coligação apresentam uma proposta de alteração que visa corrigir todas aquelas falhas detetadas e apontadas durante as audições parlamentares, no sentido de tornar o documento mais eficiente, com melhor aplicabilidade e, com isso, o Serviço Regional de Saúde poderá prestar um melhor serviço de saúde a todos os cidadãos. Porque importa referir que há uma franja considerável da nossa sociedade que se vê privada dos tratamentos mais básicos em saúde oral, porque simplesmente não tem capacidade financeira para os suportar. Nesse sentido, e não havendo capacidade disponível instalada no Serviço Regional de Saúde para atender todos os utentes, este diploma procura de certa forma colmatar essa falha através da atribuição daquilo a que se chama um "cheque-dentista" para a realização de tratamentos dentários. E, portanto, a proposta de alteração, se não deu entrada estará a dar entrada e, nesse sentido, estamos aqui para debater um futuro melhor para a saúde dos açorianos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A saúde oral continua a ser um dos pontos mais frágeis do sistema de saúde nos Açores. E não se trata apenas de um problema clínico — é também um reflexo de desigualdades sociais e económicas.

De acordo com o Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico de 2024, cerca de metade, repito, metade das crianças açorianas com seis anos apresentam cáries não tratadas.

Entre os adultos, mais de 60 % não realiza uma consulta de medicina dentária há mais de um ano, sendo que esse número ultrapassa os 70 % nos grupos com menores rendimentos.

O PPM considera que estes dados revelam uma urgência clara: é necessária uma maior intervenção no acesso à prevenção e ao tratamento na saúde oral na Região.

Mas, ao mesmo tempo, reconhecemos os grandes progressos registados nesta área nos últimos anos:

O número de médicos dentistas por habitante cresceu 17 % desde 2021;

As listas de espera para consultas de saúde oral diminuíram em 22 %;

A taxa de cobertura de consultas anuais passou de 55 para 70 %;

Verificou-se uma significativa redução da prevalência de cárie infantil, reflexo das medidas preventivas implementadas.

Estes resultados são fruto de decisões estruturais, como a criação da carreira de médico dentista e o reforço do Cheque-Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Fazem parte de uma estratégia que está a ser devidamente trabalhada **com a seriedade e urgência que exige.**

O novo cheque-dentista, tal como proposto pelo CHEGA, deve ser um complemento especialmente orientado para a prevenção, a igualdade no acesso e a proteção dos grupos mais vulneráveis — crianças, idosos e famílias em situação financeira precária.

No entanto, o PPM considera que, **para garantir a eficácia e a sustentabilidade desta medida**, importa estabelecer:

Um limite orçamental claro e criterioso;

Mecanismos de acompanhamento e avaliação dos resultados;

Um modelo de aplicação que assegure igualdade entre todas as ilhas da Região,

inclusive as mais pequenas e afastadas, onde o acesso continua desigual.

Melhorar o acesso à saúde oral significa **prevenir doenças mais graves, o tratamento digno em termos de cuidados de saúde e evitar maiores encargos futuros para o sistema de saúde.**

Por todas estas razões e porque esta proposta responde a uma necessidade específica e urgente, o PPM votará favoravelmente.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sobre o diploma que o CHEGA aqui nos traz, eu diria que é conceptualmente um diploma que agrada à Iniciativa Liberal e vem ao encontro daquelas que têm sido as nossas posições ao nível da saúde.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não será mais um *reencontro*?

O Orador: E para isso bastava ter conhecido a proposta nacional do "+ Saúde" que apresentámos na República, para perceber que esta vem de facto ao encontro das nossas opiniões e das nossas pretensões. No entanto, o documento original do CHEGA tem algumas lacunas, na nossa opinião, alguns problemas de exequibilidade e até alguma burocracia inerente que depois a proposta de alteração que o CHEGA entregou, e entretanto retirou, melhorava bastante.

Neste sentido, e uma vez que o CHEGA retirou – presumo eu – por estar iminente a entrada de uma proposta de alteração anunciada já pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, vinda das bancadas que suportam o Governo, nós aguardaremos por essas propostas

para tomar uma posição final, mas não sem antes dizer que sim, esta é uma proposta que nos agrada do ponto de vista conceptual.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Miguel Toste.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa aqui apresentada pelo CHEGA, vem no seguimento de uma proposta que já havia sido apresentada pelo mesmo partido, em sede de discussão de plano e orçamento, e que mereceu o voto favorável do Partido Socialista.

Esta era uma iniciativa que, nos seus propósitos, merece o apoio do Partido Socialista, mas a forma como ela está aqui concretizada é merecedora de alguma crítica. Crítica esta que já foi, no fundo, profundamente exarada e esplanada na discussão em Comissão e da qual nós julgaríamos que, da parte do CHEGA, ia surgir uma proposta de substituição integral. De facto, houve uma proposta de alteração que, entretanto, já foi retirada, e que minimizava alguns dos problemas desta iniciativa e, portanto, neste momento, o que se discute é o que efetivamente foi apresentado num primeiro momento pelo CHEGA. E não obstante o facto da proposta, na sua essência, ser positiva e garantir melhores cuidados de saúde oral aos açorianos, e este é um propósito que a todos nos deve mover, a verdade é que a forma como o implementam pode ter um efeito perverso ou negativo relativamente em concreto no que toca à verba que foi inscrita no plano e orçamento.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas votaram contra o orçamento.

O Orador: Como se encontra neste momento proposto o cheque-dentista, leva à conclusão de que provavelmente com 20/30/40 doentes, esta verba aqui inscrita será esgotada de forma muito rápida e a tipologia de tratamentos que se encontram aqui previstos não são tratamentos apenas e só os essenciais a uma boa saúde oral, há aqui

algum tipo de tratamentos que já são diferenciados e que têm um elevado custo, tendo em conta a verba que foi inscrita.

Por outro lado, há uma questão e um problema que tem que ver com a forma como são tratados os médicos de família pelo CHEGA neste diploma. Os médicos de família são vistos como quase que fazendo parte do secretariado do conselho de administração. Está escrito aqui que "cabe ao médico de família receber dois orçamentos por parte do seu utente e cabe ao médico de família apresentar estes dois orçamentos ao conselho de administração."

Ora, os médicos de família da Região que já se encontram sobrecarregados, não são a quem estas funções devem ser imputadas e isto claramente denota, no fundo, a leviandade com que o CHEGA elaborou esta proposta.

Protestos impercetíveis dos Deputados José Pacheco e Francisco Lima.

Daí entendermos que a mesma deve ser corrigida e em boa hora já foi aqui afirmado que darão entrada propostas de alteração. E o Partido Socialista também, por sua iniciativa, já deu entrada a propostas de alteração que visam minimizar as falhas que, sublinho, são falhas graves para quem tem a responsabilidade que o CHEGA já tem na governação desta Região.

Deputado Francisco Lima (CH): Ah ainda bem que o senhor já admitiu!

O Orador: Um outro aspeto que também merece crítica e se relaciona com a forma como o CHEGA vê os médicos de família, prende-se com o facto de colocarem médicos de família a fazerem avaliação da necessidade de cuidados de saúde na área da medicina dentária. Isto foi criticado em sede de Comissão pela Ordem dos Médicos Dentistas e o CHEGA ignorou por absoluto aquelas que foram as críticas. E, portanto, não houve aqui qualquer trabalho nem tentativa de melhoria deste diploma. E esta tem sido a prática nesta Casa, ou seja, o CHEGA constrói e legisla *com os pés* e espera depois que os demais partidos com assento aqui façam o trabalho que o CHEGA não

faz.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor viu os resultados do dia 18?!

O Orador: Mas como o que nos move aqui é o interesse dos açorianos, não deixaremos de propor e de contribuir para a melhoria deste diploma, não obstante ser importante ficar aqui claro que a forma leviana como o CHEGA procura implementar uma medida benéfica, deve ser um motivo de preocupação para os açorianos.

Não se pode ter assento nesta Casa e produzir diplomas como este que aqui é apresentado.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Tu não percebes nada disso!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A saúde oral é uma área que deve merecer a nossa total atenção e deve merecer um investimento por parte do Serviço Regional de Saúde. E só não há melhor saúde oral no Serviço Regional de Saúde, porque essa não tem sido uma prioridade política. E o Serviço Regional de Saúde de facto evoluiu nesta área, face a um passado em que a saúde oral estava ausente, mas é ainda muito insuficiente para as necessidades. E disso não restam dúvidas. Mas a questão de fundo que se coloca é como responder às insuficiências do Serviço Regional de Saúde nessa matéria, porque há muita gente que não consegue ter acesso através do Serviço Regional de Saúde à saúde oral.

Há várias opções em cima da mesa: há a opção de investir os recursos necessários no Serviço Regional de Saúde para haver profissionais e equipamentos; há opção de não

o fazer e contratualizar com privados; e há uma opção que pode ser a de investir no Serviço Regional de Saúde com um período transitório em que a contratualização com privados, para dar resposta às situações mais emergentes e à premência que existe no momento, possa e deva ser feita.

Perante o cenário atual, como é óbvio, esta solução intermédia que deve ter como horizonte a dotação do Serviço Regional de Saúde da capacidade para chegar a toda a gente, essa é uma solução adequada.

A proposta que hoje aqui traz o CHEGA não mostra nenhum horizonte de investimento no Serviço Regional de Saúde. É uma proposta que pretende apenas responder à opção de não investir no Serviço Regional de Saúde e dar um chamado "cheque-dentista" aos doentes para deslocação para tratamento no privado.

A questão que se coloca e que está citada também no parecer da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel é a seguinte:

"Se há disponibilidade financeira, o que deve ser feito é investir no serviço de saúde oral já existente, nomeadamente na contratação de médicos dentistas, aquisição de equipamentos e consumíveis". Eu subscrevo na íntegra esta posição da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel. Havendo disponibilidade financeira, esta deve ser a prioridade, não deixando de responder, como já disse, através da contratualização com privados para as situações que não tenham resposta no SRS.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor não esteve na audição. Leia o parecer.

O Orador: E já vamos ver como é que isso se faz.

Depois, esta proposta tem questões que, aliás, levantaram inúmeras preocupações dos diversos pareceres recebidos e que também a nós trouxeram.

A proposta prevê a comparticipação de tratamentos que não são prioritários, o que colocará em causa tratamentos que são prioritários, como cáries, o tratamento e acompanhamento a crianças e grávidas. Isso mesmo foi apontado por diversos pareceres.

A medida tem um *plafond* ou uma rubrica no orçamento de 250 mil euros.

E como já foi aqui dito, tendo em conta o custo de muitos dos tratamentos que estão em causa — funcionais e estéticos — esgotam-se rapidamente estes 250 mil euros, já para não falar naturalmente do tempo dos profissionais.

Os quadros dos médicos de família a quem o CHEGA atribui responsabilidades administrativas e os quadros de médicos dentistas das unidades de saúde de ilha são insuficientes já para as necessidades que existem, mas este diploma atribui-lhes mais responsabilidades, o que naturalmente irá colocar em causa a assistência a situações prioritárias que os médicos dentistas das unidades de saúde ilha têm que dar resposta, nomeadamente, e como já disse, as grávidas, crianças e os rastreios da saúde oral.

Esse aspeto é referido por várias unidades de saúde ilha, nomeadamente a Unidade de Saúde da Ilha Terceira e a Unidade de Saúde da Ilha do Faial.

Depois, há o potencial conflito de interesses em ilhas onde os médicos dentistas - e isso é apontado pela Unidade de Saúde da Ilha das Flores - por exemplo, que prestam serviço na unidade de saúde de ilha e têm consultório privado, podendo ser um médico avaliador e referenciador e o que presta o tratamento no setor privado, sendo que este conflito de interesses é levantado pela Unidade de Saúde da Ilha das Flores.

A proposta tem um carácter discriminatório, porque exclui, do ponto de vista do acesso ao tratamento, qualquer cidadão que tenha um rendimento acima de 1000 euros por mês.

Protestos impercetíveis do Deputado José Pacheco.

O Orador: Ou seja, o CHEGA acha que uma pessoa que ganha pouco mais do que o salário mínimo não deve ter acesso à saúde oral, porque o rendimento per capita que colocam neste diploma é efetivamente de 14 mil euros por ano.

Deputada Olivéria Santos (CH): Olha, já mudou o discurso. Já não é para "os pobrezinhos."

O Orador: Rendimento per capita de 14 mil euros por ano é aquilo que o CHEGA considera que alguém não deve ter acesso à saúde. No entanto, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, o acesso à saúde é para ricos e para pobres no Serviço Regional de Saúde. Ninguém pede o IRS a alguém quando chega a um serviço de urgência ou quando vai marcar uma consulta.

Isso não é admissível.

Deputado José Pacheco (CH): Oh Sr. Deputado, falar mal só por falar mal até é divertido!

O Orador: Não é o Serviço Regional de Saúde que idealizamos e, já agora, não é aquilo que existe. Não é possível discriminar no acesso à saúde alguém por razões socioeconómicas.

Alternativas a este diploma que estamos a discutir?

Claramente um diploma deste tipo não tem condições para ser aprovado, face aos inúmeros problemas que ele gera na sua implementação. Poderá haver outro diploma que venha da coligação e o que vai existir não é este diploma, é outra proposta, porque esta proposta, como bem sabem a coligação e o Governo, não é aprovável, por isso é que aquilo que vamos receber como proposta de alteração não é uma proposta de alteração, é outro diploma, pois não acredito que a coligação fosse aprovar uma coisa destas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó Sr. Deputado, então porque é que não fez isso?!

O Orador: Não fiz isso, Sr. Deputado, porque não estou cá para legislar pelo CHEGA!

Protestos impercetíveis do Deputado José Pacheco.

A nossa proposta para esta matéria não é esta. Aliás, aquilo que é necessário, em primeiro lugar, é reforçar os quadros de pessoal e equipamentos das unidades de saúde de ilha e hospitais ao nível da saúde oral. E sendo necessário recorrer ao privado – e

nesta área, é necessário, porque não há capacidade de resposta atual – aquilo que deve ser feito, como disse a Sra. Secretária, será através das convenções já existentes na lei, porque essas sim estão tabeladas no custo, têm regras próprias, têm um enquadramento legal consolidado e experimentado. A Sra. Secretária disse na Comissão que o valor não é atualizado desde 2014. Pois, está nas mãos do Governo atualizar.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E o Governo tem atualizado.

O Orador: E está nas mãos do Governo negociar uma carreira para médico dentista para o Serviço Regional de Saúde que a Sra. Secretária disse que irá fazer, e muito bem, estamos cá para…

Deputado José Pacheco (CH): Para falar mal.

Apartes impercetíveis do Deputado João Bruto da Costa (PSD) e da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi)

O Orador: …esperar pela proposta, estamos cá para ver a proposta, porque esse é o caminho necessário. Agora, criar uma medida destas que só vai colocar em causa tratamentos prioritários, não me parece bem. Mas aguardamos pela proposta nova que a coligação nos irá apresentar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem novamente a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começando por responder ao Sr. Deputado João Mendonça do PPM, houve vários pareceres das USI a alertar para a questão da dotação orçamental. Eu quero dizer que isso é uma falsa questão, porque estamos limitados à dotação no plano de investimento de 2025, por isso não há esse risco de se fugir ou atingir-se valores incontroláveis.

A segunda questão que levantou sobre a discriminação das ilhas mais pequenas, eu devo dizer que até se salvaguardou que, não existindo oferta, as deslocações dos utentes fossem asseguradas pelo regime que já existe para que pudessem ir a outra ilha a uma entidade privada. Por isso, esse aspeto também foi assegurado.

Quanto aos critérios, não há discriminação de critérios para as ilhas mais pequenas. Os critérios são iguais para toda a Região.

Respondendo ao Sr. Deputado José Toste do PS, eu registei sinceramente a questão da burocracia e foi uma preocupação que várias entidades falaram.

Quando coloquei lá, o "médico de família" foi na perspetiva de gestor da saúde do utente, ou seja, ele controlar todo o processo, claro que não foi para registar nem digitalizar documentos — isso os administrativos é que farão. Mas, de qualquer forma, essa parte foi alterada, podem confirmar pela nossa proposta de alteração e colocámos isso…

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas essa proposta foi retirada.

A Oradora: Calma, Sr. Deputado!

Colocámos isso no conselho de administração que irá fazer os procedimentos que melhor entender.

A nossa proposta foi retirada, porque consideramos que a proposta do PSD e CDS-PP ainda está mais completa e salvaguarda a integridade do diploma e aquilo que nós pretendemos para o cheque-dentista com melhorias.

Há uma outra questão que o Sr. Deputado José Toste também referiu e que se prende com estes 200 mil euros darão para 30 ou 40 utentes, conforme a complexidade, isso é um facto; se formos para tratamentos mais complexos, estamos a falar aqui de abrangência 30 a 40, se formos para menos, já se consegue ir a mais. Eu, por mim, já ficaria feliz se em 2025 estes utentes tivessem o seu problema resolvido, que o cheque-dentista fosse implementado em 2025 e, então, em 2026, se a Câmara quiser subir este valor… encantada.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito bem!

A Oradora: Há ainda outra questão que referiu que é o médico de família substituir o médico dentista, quando na unidade de saúde não existir um médico dentista. Aqui a ideia não é sobrecarregar o médico de família, não é colocá-lo a fazer funções que não estão no seu conteúdo funcional, foi apenas não prejudicar ou não penalizar o utente que já não tem o médico dentista na sua unidade de saúde e ainda por cima, fica-lhe vedado o acesso ao cheque-dentista, porque ele não tem médico dentista para o avaliar, foi só com esse intuito. Mas se a unidade de saúde resolver o problema com a deslocação dum médico dentista de outra unidade de saúde, ótimo, mas foi só este o objetivo e não uma vez mais estar a sobrecarregar os médicos de família.

Quanto ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, pronto, é uma questão mesmo de filosofia.

Deputado José Paulo Sousa (CH): É uma questão ideológica.

Deputado José Pacheco (CH): Deixa lá, não respondas.

A Oradora: Ou seja, usar os 200 mil euros para melhorar a rede pública em vez desta alternativa, pronto, é uma opção, sinceramente. Os 200 mil euros não vão trazer grandes melhorias. Eu prefiro que o Governo utilize esses 200 mil euros para investir na saúde, onde não há resposta na privada, ou seja, só a pública é que pode fornecer e então investir os 200 mil euros aí, do que nesta situação em que temos uma resposta na rede privada.

A questão da separação entre o público e o privado também foi algo que foi alertado na Comissão dos Assuntos Sociais. Também foi algo que foi salvaguardado na nossa proposta e na proposta que o PSD já deveria ter feito entrar, também está salvaguardado.

De qualquer forma, alerto que vamos criar aqui outro problema nas ilhas mais pequenas, onde o médico que está no centro de saúde é o único que tem um consultório privado. Se formos por essa via que é a separação entre o público e privado — que eu subscrevo integralmente — o utente fica sem solução; a outra solução que pode existir é deslocá-lo a outra ilha para evitar esse conflito de interesses, mas tenham em mente

que isso significa mais custos para o Serviço Regional de Saúde, porque depois vamos ter que pagar, mas são opções e é preciso ter consciência que cada opção tem os seus riscos e custos.

Quanto à última questão do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, quanto ao limite dos 1000 euros por pessoa do agregado familiar, aqui se quiserem aumentar, eu assino em baixo. Eu não quis ir para valores maiores para não chocar e para não se dizer "Ah, porque uma pessoa com 1500 euros, já pode pagar os seus cuidados." É como eu já disse, se este ano já se conseguir utilizar este dinheiro, o objetivo já foi atingido.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN é totalmente a favor da ideia que o CHEGA apresenta com esta iniciativa.

Nós temos que promover a saúde oral na Região e tem que ser uma prioridade para este Governo, tem que ser uma prioridade politicamente para qualquer governo. Há uma situação, neste caso, que é um problema técnico relativamente à iniciativa, em que surgem algumas dúvidas relativamente a alguns pontos. Sei que vai haver uma proposta de alteração e nós aguardamos por ela. Não temos qualquer problema relativamente à parte orçamental. Se o Governo quiser mesmo pode fazer essa transferência, ou então temos sempre o orçamento seguinte para conseguirmos dar uma dotação bem mais robusta quanto ao limite do cheque-dentista. Concordo e também assino por baixo, que devíamos aumentar o valor do agregado familiar, porque senão muito poucas pessoas conseguem sequer ter direito ao cheque-dentista, tendo em conta que estamos muito perto do valor do ordenado mínimo na Região.

Não acredito que seja inconstitucional, como diz o Sr. Deputado António Lima, já acontece, por exemplo, na creche, onde eu sou obrigado a dar o meu IRS para saberem qual é o valor do meu ordenado para aquilo que pagamos. Aqui, não estamos a retirar o direito à saúde, estamos simplesmente a ver, de uma forma seletiva, quem é que tem direito ao cheque-dentista e quem não o tem.

Espero que haja alterações que deem robustez a esta iniciativa, porque a ideia é necessária, nós precisamos disso na Região. Nós não conseguimos acompanhar da forma como ela está, mas esperamos então pelas alterações.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros Membros do Governo Regional:

Intervenho nesta fase do debate apenas para clarificar algumas ideias que foram aqui deixadas, mas também para reafirmar aquilo que tem sido o compromisso do Governo Regional dito em sede de Comissão. Naturalmente, a saúde oral é uma prioridade no âmbito da saúde pública e também naquilo que é o programa do Governo Regional para o setor da saúde e que requer uma abordagem estratégica e ponderada, privilegiando a prevenção e a promoção da saúde oral e, inevitavelmente, o tratamento precoce das doenças orais.

No âmbito do Plano Regional de Saúde 2030, é dado ênfase à reabilitação e ao reforço da capacidade instalada nos cuidados de saúde primários, com uma estratégia sustentada de prevenção e de intervenção e que também tem um ponto fulcral no programa de rastreio (PICCOA), na medida em que, até à presente data, já deu uma resposta a mais de 42 mil açorianos. E, portanto, é neste sentido e com base nestes eixos estratégicos que a ação do Governo está, naturalmente, centrada e irá continuar

a ser desta forma.

Conforme tive oportunidade de afirmar em sede de Comissão, é nossa intenção, em articulação com a Ordem dos Médicos Dentistas, ao longo do presente ano, criar na Região Autónoma dos Açores a carreira de médico dentista, algo que, até à presente data, só existe ainda na Região Autónoma da Madeira e é naturalmente uma reivindicação mais do que justa para, assim, tornar mais atrativo o Serviço Regional de Saúde para estes profissionais.

Atualmente, contamos com 29 dentistas a trabalhar no Serviço Regional de Saúde, sendo que, do ponto de vista de registo de atividade privada na Região, existem mais de 250 profissionais neste âmbito e, portanto, há uma discrepância grande e é neste sentido que nós queremos, naturalmente, tornar esta carreira mais atrativa, dar melhores condições, para que se possa melhorar a resposta no Serviço Regional de Saúde.

Também como tive a oportunidade de dizer, é necessário apetrechar as unidades de saúde com equipamentos mais atuais, desde já, as cadeiras de médicos dentista e, nesta fase, gostaria de dar o exemplo daquilo que se passou recentemente na ilha Graciosa, em que a cadeira de médico dentista foi substituída após 15 anos de utilização e que se encontrava completamente obsoleta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa.

A Oradora: E, portanto, não podemos estar só a reivindicar mais recursos humanos, temos obviamente também que apetrechar as unidades de saúde com material mais adequado e mais moderno, para que possa ser útil trabalhar no Serviço Regional de Saúde.

Em relação a apoios que existem neste âmbito, na Região Autónoma dos Açores, conforme tive oportunidade de dizer e também já foi aqui referido, o preço das convenções não é atualizado desde 2014, portanto, já há bastante tempo, contudo, este Governo, ainda recentemente e já no decorrer deste ano, começou a rever a portaria das convenções e começou por aumentar os exames no âmbito da imagiologia.

Naturalmente, todas as áreas que constam da portaria serão revisitadas, sendo certo que não se pode aumentar tudo ao mesmo tempo pelo impacto financeiro que isto tem, mas sim de forma ponderada .

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa.

A Oradora: Reconhecendo que há um atraso na realização dos exames do ponto de vista imagiológico, começámos por esse tipo de critério, sendo certo que será de revisitar as restantes convenções. Portanto, este é um trabalho que naturalmente tem de ser feito.

Além disso, gostaria de dar nota que no âmbito dos apoios da segurança social, o subsídio de precariedade económica já prevê a atribuição de um apoio para este tipo de doentes que necessitam de tratamentos do foro dentário. Também gostaria de informar a Câmara que, desde o dia 8 de abril de 2025, recorrendo aos benefícios adicionais de saúde no âmbito do complemento solidário para idosos, os utentes da Região Autónoma dos Açores têm já efetivamente acesso a uma forma de apoio extra, recorrendo a uma verba que está disponível no âmbito do orçamento nacional e que, com efeito de reembolso, estes utentes conseguem ter acesso a este tipo de apoio. É algo que a Direção Regional da Saúde tem vindo a agilizar com o apoio do Instituto da Segurança Social. É algo que também queremos publicitar do ponto de vista de todos os trâmites que têm de ser feitos e todos os passos que os próprios utentes podem e devem dar para que, após a aquisição dos mesmos, possam vir a ser reembolsados até que a prescrição médica eletrónica esteja em vigor na Região Autónoma dos Açores. Portanto, temos aqui benefícios adicionais para os utentes da Região que já usufruam do complemento solidário para idosos. Claro que queremos sempre dar uma resposta cada vez mais robusta, melhorar o acesso à saúde oral de todos os açorianos e, conforme já foi aqui dito e tal como tive oportunidade de dizer em sede de Comissão, esta é uma boa proposta, a forma como ela tem de ser operacionalizada é que requer efetivamente algumas mudanças as quais, creio, foram trabalhadas e certamente contribuirão para o sucesso da mesma.

Em relação à verba que está inscrita, estamos a dar um primeiro passo e, portanto, 250 mil euros é algo que, para início e para que consigamos maximizar esta resposta, não é de todo descabido. É certo que, ao longo do próximo ano e no decorrer da implementação da mesma, necessariamente serão feitas melhorias a esta proposta e também se poderá depois perceber a abrangência e o âmbito da mesma que será melhorada se for essa a intenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A saúde oral nos Açores tem recebido atenção crescente, com melhorias nos indicadores de saúde oral e esforços para aumentar a acessibilidade aos cuidados de saúde oral, especialmente no Serviço Regional de Saúde.

A cobertura de saúde oral no SRS inclui consultas de medicina dentária e tratamentos preventivos. No entanto, há desafios, como a necessidade de fortalecer a prevenção e a necessidade de maior investimento na saúde oral, especialmente em populações mais vulneráveis socialmente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os Açores têm o seu próprio Programa Regional de Saúde 2030, que visa promover a saúde oral de forma integral, com ênfase na prevenção e no acesso aos cuidados dentários de qualidade.

Todos nós sabemos que é extremamente importante a prevenção e a prevenção faz-se desde os mais pequeninos, desde a pré e do 1.º ciclo, onde os médicos dentistas dos

centros de saúde deslocam-se às escolas, ao ensino pré-escolar e ao 1.º ciclo, a fazer o despiste. E há muitos que vão ao centro de saúde também, quando o médico do centro de saúde não consegue deslocar-se à escola. Portanto, a prevenção começa nas idades mais pequeninas. É fundamental para os açorianos para que desde cedo, adotem hábitos saudáveis de higiene oral. Investir na prevenção é uma das formas mais eficazes de garantir a saúde oral.

Os açorianos atualmente beneficiam de iniciativas promovidas por este Governo como:

•Programas escolares - Saúde Escolar

•Campanhas de sensibilização:

Rastreios – falou-se no PICCOA.

• Consultas para aconselhamento e triagem inicial.

Promover a literacia e a adoção de comportamentos adequados, são imprescindíveis para a manutenção da saúde oral.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem

A Oradora: Em termos de impacto, na saúde e financeiro, quanto mais precocemente for realizado o tratamento, mais fácil se torna e mais acessível será o seu custo.

Meus senhores, minhas senhoras,

O projeto do Grupo Parlamentar do CH — o cheque-dentista — é uma boa medida para a população açoriana, contudo foi necessário o PSD, o CDS-PP e o PPM fazerem uns ajustes significativos para a sua maior eficácia e sustentabilidade.

Uma implementação bem-sucedida dependerá de um modelo mais coordenado e sustentável, que se alinhe com as políticas de saúde e considere as necessidades da população açoriana, promovendo não apenas o acesso, mas também a qualidade dos cuidados dentários.

Assim, promover a saúde oral na população açoriana é um investimento no bem-estar de toda a comunidade.

Por meio de ações preventivas e melhor acesso a cuidados de saúde oral, é possível garantir que os açorianos vivam com mais qualidade de vida e saúde.

Vou finalizar, como é costume, dizendo que a união de todos os esforços entre o Governo Regional, profissionais de saúde e a própria população será essencial para superar os desafios únicos da Região e construir um futuro mais saudável para todos.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
A Mesa neste momento não tem inscrições.
Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.
(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Sr. Presidente, solicitava um intervalo regimental de 15 minutos.
Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas e 5 minutos.

Eram 15 horas e 53 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, já devem ter nos vossos *e-mail* as propostas de alteração.

Eram 16 horas e 15 minutos.

Eu compreendo que é preciso analisá-las. Para o efeito, vou suspender os nossos trabalhos por 30 minutos, para as Sras. e os Srs. Deputados poderem analisar essas propostas.
Regressamos às 16 horas e 45 minutos.

Eram 16 horas e 16 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 49 minutos.

Vamos dar continuidade ao ponto 5 da nossa agenda, Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XIII - "Cria e regulamenta o cheque-dentista".
Pergunto se há inscrições.
Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.
(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Os grupos parlamentares da coligação PSD/CDS/PPM apresentam um conjunto alargado de propostas de alteração à proposta inicial do CHEGA que, em nosso entender, torna esta proposta mais exequível em relação àquilo que foi a proposta inicial.
Havia aqui questões de detalhe que poderiam não viabilizar a atribuição deste apoio aos nossos cidadãos e, portanto, as propostas que apresentamos à Câmara vão no sentido de melhorar e esclarecer melhor, com mais clareza, aquilo que é o normativo legal que irá enquadrar a atribuição deste importante apoio para tratamentos de saúde oral.
Já referi, numa primeira intervenção, que há uma parte significativa da população que não tem apoios e os seus rendimentos baixos também não lhes possibilita poderem aceder, como gostariam, aos tratamentos de saúde oral e temos, nesta proposta, uma oportunidade de ajudar as famílias que trabalham e, sobretudo, as famílias com rendimentos mais baixos.
Basicamente redefinimos alguns conceitos e, principalmente, melhorámos aquilo que eram as normas apresentadas para o processo de seleção e de atribuição deste cheque dentista.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Aproveito para vos informar que se encontra nas nossas galerias a assistir aos nossos trabalhos um grupo de guardas-florestais da nossa Região Autónoma dos Açores, de diversas ilhas, que estão na comemoração do seu 29.º Dia Regional do Guarda-Florestal.

Eu queria felicitar-vos por esse dia, agradecer a vossa visita e saudar-vos em nome desta Assembleia.

Aplausos da Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este diploma que nos trouxe o CHEGA foi aprovado nesta Casa com um pedido de urgência para a tramitação na Comissão com urgência. E ao fim de 1 mês e meio e mais quase 4 horas de trabalhos parlamentares, temos uma proposta de alteração do Partido Socialista e um conjunto de propostas de alteração da coligação CDS/PSD/PPM com a qual não podemos de forma alguma concordar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Troubles in Paradise?*

Risos do Deputado Flávio Soares.

O Orador: Aliás, eu acho que até o CHEGA não pode concordar com esta proposta de alteração. Se o CHEGA me disser, agora, aqui, neste momento, que vai aprovar estas propostas de alteração da coligação, eu seria obrigado a votar contra o diploma do CHEGA. Porque esta proposta de alteração, ao fim deste mês e meio de trabalho e mais as horas que perdemos aqui ontem e hoje, horas perdidas, é *Kafkiana.*

Deputado Flávio Soares (PSD): É o quê?!

O Orador: Vem de *Franz Kafka*. É um adjetivo que representa o absurdo, representa a burocracia, representa o desespero, representa a angústia daqueles aos quais o diploma se destina.

Deputado Flávio Soares (PSD): Representa trabalho.

O Orador: Desde logo, porque este diploma, Sr. Deputado José Pacheco, (alerto-o para isso) apenas vai abranger agregados familiares cujos rendimento seja inferior a 14 mil euros.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: 14 mil e 1 cêntimo. E como tal, este diploma vai servir apenas aqueles que o Sr. Deputado José Pacheco muitas vezes, e bem, diz que são os beneficiários do rendimento social de inserção.

Deputado José Pacheco (CH): Oh senhor, esses não têm rendimentos!

O Orador: As famílias que ficam abrangidas por este diploma são diminutas.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso que o senhor está a dizer não é verdade!

O Orador: As famílias que ficam abrangidas por este diploma, se aprovarmos as propostas de alteração da coligação, são mais do que diminutas, muitas delas ficam de fora, completamente de fora, deste diploma.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor não estudou, o senhor não leu o diploma!

O Orador: Este diploma aprovado, com estas propostas de alteração da coligação, não

serve os açorianos, não serve a saúde oral, não serve os propósitos aos quais o CHEGA, e bem, como eu disse na minha primeira intervenção sobre este diploma, fez chegar à Câmara. E é neste sentido que insto o Sr. Deputado José Pacheco a dizer se vai votar favoravelmente estas propostas de alteração ou não!

Muito obrigado.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror! Isto é surreal!!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Faça favor Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, em aparte, eu ouvi da bancada do Partido Social Democrata a expressão "ai tanta asneira!"

Asno eu não sou! Por isso eu não digo asneiras! Posso dizer disparates, asneiras, eu não digo!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Respondendo em particular ao Sr. Deputado Nuno Barata do IL, em relação ao artigo 2.º dos 14 mil per capita, vamos fazer a seguinte conta: uma família com os pais e dois filhos significa que tem um rendimento bruto de 4 mil euros por mês.

Apartes impercetíveis do Deputado Nuno Barata.

A Oradora: Sim, sim, rendimento bruto per capita do agregado familiar, não é o rendimento do agregado familiar. E nós consideramos que já inclui um grande leque de utentes. Não é fácil uma família já ter os 4 mil euros.

Segunda questão, artigo 3.º, para dizer que o CHEGA subscreve, porque esteve a rever isto.

Ruído na sala.

A Oradora: Posso, Sr. Deputado?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Hélia Cardoso está fazendo um esforço incrível para ser ouvida. Faça favor, Sra. Deputada

A Oradora: No artigo 3.º, inicialmente nós não tínhamos colocado as grávidas como prioridade, porque partimos do pressuposto que eram tratamentos que levavam anestesias e antibióticos, são tratamentos tendencialmente complexos que iriam prejudicar a grávida.

Foi-me explicado que, em certas situações, há determinados antibióticos e determinado tipo de anestesias que não constituem perigo, ou seja, que a gravidez não era colocada em perigo e que era importante a grávida ser acompanhada. Daí estar incluída nos critérios de escolha para o cheque-dentista. Foi explicação médica que me deram.

Eu pensava que não era possível dar antibióticos a grávidas. Eu não sou da área, não tinha essa informação.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): É óbvio!

A Oradora: Outra questão que foi introduzida tem a ver com as situações de exclusão. Sinceramente, nós quando fizemos o diploma não pensámos em tudo e mesmo depois de incorporar questões levantadas na Comissão, ainda surgiram mais, nomeadamente o facto do próprio utente desistir a meio, não colaborar. Nessas situações, claro que ele tem que ser afastado e deixa de ter direito ao cheque-dentista, passa para o outro que valorize o apoio que o Estado lhe está a dar. Se for fumador, se der em faltar às consultas, deixar o tratamento a meio, claro que deve ser afastado. Isso deve estar aqui previsto. Por isso, nós concordamos com esta alteração.

Outra situação que foi também debatida, tem a ver com os 5 % de corresponsabilização do utente. Para nós, esta é uma regra básica, porque a partir do momento em que não é desembolsado qualquer valor, psicologicamente não é valorizado, da mesma forma

como quando nós temos que pagar algo. E os 5 % não inviabilizava a obtenção do cheque-dentista, mas obrigava a essa responsabilização. E o que pensámos inicialmente foi que esses 5 % seriam pagos diretamente à entidade privada.

E foi colocada a situação. Mas se houver aqui um conluio, (porque há sempre estas situações, não vamos ser ingénuos), e o orçamento estiver sobrevalorizado, depois o utente paga mas imaginem que há uma nota de crédito e devolução de dinheiro — porque essas coisas existem. E então aqui foi colocada a solução do utente pagar à unidade de saúde os seus 5 %. Dessa forma, impede-se esta situação. Nós achámos que era uma melhoria, sinceramente.

Por isso, Sr. Deputado Nuno Barata, não há alterações significativas ou substantivas àquilo que nós defendemos para o funcionamento do cheque-dentista. Daí que vamos subscrever estas alterações.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de interesses antecipada.

Sr. Deputado Nuno Barata, não fui eu que disse que eram só asneiras, mas subscrevo, porque asneira, segundo o Priberam, é "um dito disparatado." E realmente o que o senhor disse foi um disparate.

Como já explicou a Sra. Deputada Hélia Cardoso, o que está na proposta de alteração da coligação é um rendimento bruto anual per capita (por pessoa) do agregado familiar e é um valor razoável. 14 mil euros por pessoa do agregado familiar.

Deputado José Pacheco (CH): É bastante.

O Orador: Portanto, o que o senhor disse foi um disparate que foi classificado, se calhar bem, como um disparate grosseiro que é uma asneira.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma intervenção no debate de generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas de alteração da coligação PSD/CDS/PPM são, como referi na minha intervenção inicial sobre este diploma, uma nova proposta. Aliás, constitui efetivamente uma nova proposta, porque alteram substantivamente praticamente todo o diploma. E como referi, era a única forma desta proposta ser exequível. Quer se concorde, quer não, da forma como estava, não era implementável, não era exequível. Isso dá bem nota da qualidade da proposta inicial.

Eu julgo que tendo em conta que esta proposta tem uma aplicação que implica uma intervenção substancial das unidades de saúde, seria até de bom tom e prudente que ela pudesse ter pareceres novamente escritos nas unidades de saúde da ilha. É uma sugestão que deixo à Câmara e à coligação, porque certamente gostariam de conhecer o que pensam as unidades de saúde de ilha sobre esta nova proposta porque, de facto, é uma nova proposta.

Como já referi, esta proposta procura, por um lado, resolver alguns problemas, por outro, não resolve todos os problemas que estão subjacentes à proposta, desde logo a sobrecarga de trabalho que revela para os médicos dentistas e unidades de saúde de ilha, desde logo também, o problema do rendimento per capita que a coligação aumenta em 1 cêntimo.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Qual é a alternativa?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Grande parte dos problemas mantém-se na proposta que é apresentada pela coligação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio.

(*) **Deputada Nídia Inácio** (PSD): Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parece que o Bloco de Esquerda não quer aprovar e não aceita o cheque-dentista vai beneficiar imenso os açorianos. Esta é uma forma de beneficiar os açorianos e beneficiar todas as classes sociais.

Deputado Carlos Silva (PS): Diga lá quais são as classes sociais?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Discurso comunista, ou melhor, marxista.

A Oradora: Como foi dito, é per capita, vai beneficiar as classes sociais.

O Sr. Deputado quando pedir para intervir, há de então discriminar as classes sociais. O senhor é que me vai dizer.

Este cheque-dentista vai abranger os açorianos que, per capita, tenham 14 mil euros. Deu-me a sensação de que o senhor agora é que acordou para a vida, agora é que percebeu, isto do per capita.

Deputado Carlos Silva (PS): O CHEGA ainda não acordou.

A Oradora: É que aqui à frente dá para perceber certas coisas.

Deputado Carlos Silva (PS): Então qual é a diferença em relação ao CHEGA?!

Ruído na sala.

A Oradora: Desculpe, mas eu não estou a falar para o Sr. Deputado. Estou a falar para

os açorianos.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esta é uma medida boa e não é admissível dizer que nós impusemos algo ao CHEGA. Não foi assim. Nós falámos e apresentámos uma proposta. E que fique aqui bem claro que a proposta apresentada ao CHEGA foi aceite pelo CHEGA. Por isso nós vamos votar…

Deputado Carlos Silva (PS): Isso foi tudo "cozinhado" com o CHEGA.

A Oradora: A proposta não foi um diploma novo, foi uma proposta pensada para tornar este diploma mais exequível.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Foi muito bem pensado e o CHEGA concordou com a nossa proposta e viu que há aqui uma questão de linguagem e muito mais simplificada.

Portanto, por esta razão, devido a esta abertura do CHEGA para aceitar a nossa proposta, vamos votar favoravelmente na generalidade o Projeto do CHEGA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu nem sequer estava para intervir, mas ouvi vi aqui tanto disparate que… enfim.

Para muitos desta Casa, recordo-me — não foi assim há muitos anos — o partido

CHEGA era um partido antidemocrático. Era o demónio — não tem outro nome. Mas o que eu estou a ver hoje aqui é falta de democracia.

O que é que é falta de democracia?

É não se aceitar uma visão diferente. E só porque o diploma é do CHEGA não presta, está cheio de buracos, cheia de defeitos!

Do senhor do Bloco de Esquerda eu já aprovei vários diplomas. Sabe porquê? Meu pai não fez um filho com palas nos olhos. O senhor tem palas nos olhos! O senhor arranjou tanto defeito para o diploma, mas nunca teve a iniciativa de apresentar algo semelhante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Nós apresentámos.

O cheque-dentista não é perfeito. Não há diplomas perfeitos. Há diplomas que carecem sempre de ser melhorados, até porque as circunstâncias mudam.

Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, isto garantidamente não é para o RSI, embora o senhor saiba. É porque aqueles de quem eu falo mal — e falo — não têm rendimentos, vivem do dinheiro dos contribuintes. Se não têm rendimentos, não dá os 14 mil euros por per capita, tão simples quanto isso.

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas são ou não são beneficiados por esta medida?

O Orador: Ó Sr. Presidente, ainda lhes doi uma coisinha o 18 de maio, tomem *renie* ou *pepsamar*, eu posso recomendar.

Temos é que perceber uma coisa: nós negociámos com o Sr. Presidente do Governo e incluímos 200 mil euros, não incluímos 200 milhões.

Nós queríamos um cheque-dentista de 1 milhão por pessoa — eu estou a precisar também — mas não é possível. Sabem porquê? Porque isto não é "a la socialista." O dinheiro não é infinito. Nós vamos experimentar e no próximo orçamento se as coisas resultarem, se virmos que resulta, tal como aconteceu no "cheque pequenino" tudo bem.

É que os senhores têm *a lata* — não tem outro nome — de dizer que o CHEGA não apresenta nada.

O CHEGA já apresentou o aumento do "cheque pequenino" que vosso tempo era de 5 % e agora já vai no dobro.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Congelaram.

O Orador: Já andámos a repor uma injustiça com as creches. E já fizemos uma série de coisas. Aliás, vocês não leem o *Chegámos* (o nosso jornal) que traz isso tudo.

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM.

Nós já fizemos no início do ano e podemos fazer outra vez — e podemos oferecer — um número especial dedicado ao Partido Socialista, com tudo o que já apresentámos nesta Casa.

Os senhores podem fingir e podem dizer aos açorianos. Mas os açorianos já disseram o que é que pensam da vossa opinião que é "casa com eles!", porque a mentira não pode persistir, não se pode andar aqui a mentir.

O cheque-dentista é fundamental para a saúde oral dos açorianos.

Sim, queríamos mais dinheiro, queríamos — não está ali o senhor dos cabelos brancos — mas ele não é infinito, vamos dando um passo de cada vez. Agora, falar mal de uma coisa que nem tiveram a coragem de apresentar, é preciso ter muita lata!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A discussão coloca-se agora em torno da proposta de alteração, porque esta é que é a verdadeira proposta em relação ao cheque-dentista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Depende da votação.

O Orador: Seja a proposta de alteração apresentada pelos partidos da coligação, sejam as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista.

O que estivemos a discutir até agora é uma iniciativa — e desculpem ser repetitivo — que não tem pés nem cabeça. Isto aqui não ia criar coisíssima nenhuma, fosse isto que aqui estava o chumbo ia ser redondo por parte desta Assembleia. Mas tendo em consideração o apoio formal que o CHEGA dá ao Governo Regional, ninguém aqui tem coragem de chumbar uma má proposta do CHEGA e, portanto, tudo se faz para corrigi-la. Tudo se faz para juntar os cacos que o CHEGA vai criando, porque existe de facto o medo de enfrentar o CHEGA e não há aqui uma capacidade de dizer de forma muito clara que o que este partido apresentou não ia trazer nenhum benefício aos açorianos.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor diga aos açorianos que não concorda com o cheque-dentista!!

O Orador: E, portanto, o cheque-dentista, que é uma boa ideia e que verdadeiramente vai ser aprovado nesta Casa, é aquele que resulta das propostas apresentadas pelo Partido Socialista, pelo Partido Social Democrata e pelo CDS-PP. Não fossem essas propostas de alteração — isto que fique claro — não haveria para os açorianos cheque-dentista, porque o CHEGA tem uma incapacidade de trazer algo aos açorianos, porque até mesmo quando tem a iniciativa, aquilo que apresenta não é mais do que um (in)conseguimento.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor vê-se ao espelho de manhã?!

O Orador: E, portanto, temos nós que andar aqui durante 4 ou 5 horas (ou mais) a tentar arranjar aqui uma forma de corrigir aquilo que foi mal feito pelo CHEGA.

Deputado José Pacheco (CH): Mal feito foi o que vocês fizeram. 24 anos a estragar o meu povo!

O Orador: Por isso, ainda bem que o Partido Social Democrata e o CDS-PP tiveram a hombridade de apresentar nesta Casa uma nova proposta do cheque-dentista.

Em relação a esta nova proposta de cheque-dentista, há uma questão que eu tenho de colocar diretamente à Sra. Deputada Nídia Inácio relacionada com o artigo 1.º da proposta de alteração; no fundo, é que introdução traz o artigo 2.º? Qual é a diferença em relação à proposta de alteração e a iniciativa que foi apresentada aqui num primeiro momento pelo CHEGA? Obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Podemos avançar para a votação?

Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional e demais Membros do Governo Regional:

Depois de um público agradecimento ao PSD por ter corrigido a má proposta do CHEGA, o que solicito é que, no mínimo, faça uma explicação e que responda à pergunta que formulei ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata relativamente ao artigo 2.º, no sentido de percebermos e ficarmos elucidados sobre qual é a diferença em relação à proposta inicial do CHEGA.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do

Governo:

Apenas para que o Sr. Deputado José Toste não fique triste por não ter sido capaz de interpretar a diferença entre um agregado familiar que apresente — e não apresentem…

Deputado José Pacheco (CH): É uma questão de português, mas isso é difícil para ele.

Deputado Nuno Barata (IL): Não é por isso que está mal.

O Orador: … porque o agregado familiar pode ter só uma pessoa. E, portanto, deve estar no singular, um rendimento bruto per capita. E onde estava "inferior" deve aparecer "igual ou inferior a 14 mil euros." Como já disse há pouco a minha colega, quer o Sr. Deputado Pedro Pinto quer a Sra. Deputada Hélia Cardoso, há aqui alterações que melhoram a técnica legista, apresentam uma clareza melhor na linguagem e na interpretação, para que não restem dúvidas, eu percebo agora pela sua intervenção e tão grandes dúvidas que lhe surgiram estes pequenos, pequeníssimos pormenores do singular ou "do igual ou inferior a"…

Deputado Carlos Silva (PS): E que o senhor não consegue explicar.

O Orador: … que compreendo que o senhor tenha levado tantas horas para perceber que quer apenas e só continuar a fazer uma política de gerar dúvidas naquilo que é um comportamento parlamentar e de diálogo parlamentar para melhorar as propostas. Quantas vezes o Partido Socialista entregou substituições integrais, ou o Bloco de Esquerda ou qualquer partido nesta Casa, à última da hora, em cima da hora da votação, para podermos melhorar no debate, antes e depois do debate e depois do trabalho em Comissão, as nossas propostas?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Misericórdia!

O Orador: Por isso mesmo, Sr. Deputado, é que o nosso Regimento permite que isto aconteça assim, porque é a dinâmica e o diálogo parlamentar que fazem disto a Casa da Democracia, coisa que o Partido Socialista não estava habituado a que acontecesse. Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas o artigo 2.º o que é que quer dizer? Explique isso!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, demais Membros do Governo Regional:

Eu formulei uma questão que não obteve resposta, mas vamos detalhar.

Esta proposta de alteração aumenta o âmbito de abrangência desta medida ou reduz?

Esta proposta de alteração pretende que esta legislação se aplique a mais açorianos ou a menos açorianos?

Deputado Francisco Lima (CH): Vocês vão votar contra. O que é que isso interessa?

O Orador: Ou é exatamente igual ao que estava proposto no momento inicial?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deixo isso ao seu critério.

O Orador: Houve aqui uma acusação de falta de cultura democrática ou falta de diálogo democrático, mas o diálogo democrático faz-se respondendo às questões que são colocadas. E, portanto, houve uma questão que foi formulada, houve uma não resposta. E há aqui uma nova questão que é simples: esta proposta de alteração visa que o cheque dentista abranja mais açorianos ou visa restringir o âmbito de aplicação do cheque-dentista?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deixo isso ao seu critério.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma questão?

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Toste:

Eu não tenho a veleidade de fazer trabalhos perfeitos, reconheço as minhas limitações. Quando nós apresentámos aqui o cheque-dentista foi sinceramente para resolver um problema das pessoas que eu vejo na rua que não têm dinheiro para tratamentos complexos, eu fico com pena delas. Se eu humildemente as puder ajudar, nem que seja só 30 por ano, já fico feliz.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim senhora, isso é legítimo. Ninguém pôs isso em causa.

A Oradora: Em segundo lugar, estive muito atenta às suas recomendações, porque o PS foi um dos partidos que, no meu entender, apresentou mais críticas construtivas na Comissão, tive isso em atenção.

Em terceiro lugar, considerei muito úteis as vossas propostas de alteração. E se não fossem as propostas do PSD que eu considerei ainda melhores, eu teria subscrito e dito aos meus colegas para aprovar as vossas propostas, porque melhorava, reconheço isso. Mas apareceu outra que ainda é melhor, por isso, eu subscrevo essa que ainda é melhor. Obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim claro, isso é normal e é legitimo. Isso é a democracia a funcionar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, demais Membros do Governo Regional:

Na ausência de resposta por parte do Partido Social Democrata, há que formular a questão a quem neste momento se encontra a defender a proposta de alteração do Partido Social Democrata que é o CHEGA. E a pergunta que lhe faço é se essa proposta que a Deputada Hélia Cardoso diz que é melhor — e não há qualquer problema em ter esta consideração e esta valoração dessa proposta como sendo melhor — a pergunta

que lhe faço é se a proposta de alteração ao artigo 2º, que tinha uma determinada redação na proposta inicial do CHEGA, que é agora alterada por iniciativa do CDS e do PSD, vai permitir que esta medida abranja mais ou menos açorianos?

Obrigado.

Deputado Carlos Silva e **Deputada Andreia Cardoso** (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, abrange exatamente os mesmos. O objetivo mantém-se.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Questiono se há mais alguma intervenção prevista.

Vamos então avançar para a votação.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, por motivos profissionais, eu retiro-me da votação.

Muito obrigado.

Presidente: Se não há mais intervenções, vamos então avançar para a votação deste diploma.

Vamos votar na generalidade o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XIII – "Cria e regulamenta o cheque-dentista".**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XIII foi aprovado na generalidade com 23 votos a favor do PSD, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 23 abstenções do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Iniciamos o debate e votação na especialidade.

Vamos colocar à votação a proposta de alteração efetuada pelo Partido Socialista ao artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 1.º foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 5 votos contra do CH.

Presidente: Votamos o artigo 1.º do diploma, com esta proposta de alteração que incluímos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 5 votos contra do CH.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, ao artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 2.º, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 voto contra do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 23 abstenções do PS.

Presidente: Votamos o artigo 2.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 PPM e 1 voto contra do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 23 abstenções do PS.

Presidente: Avançamos para o artigo 3.º do diploma.

A primeira alteração ao proémio é feita pelo Partido Socialista.

Coloco à votação essa proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 PPM, 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades para uma interpelação.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Muito obrigado, Sr. Presidente.

É só porque está a ser anunciado 23 votos do PS e são de facto 22.

Apartes impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PS.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Ai é? Então retiro a interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos então votar a proposta de alteração ao proémio apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM à alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração à alínea a) do artigo 3.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo Partido

Socialista, à alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação da alínea a) do artigo 3.º apresentada pelo PS foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 abstenção do PAN e 23 a favor do PS, 1 do BE e 1 da IL.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração à alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração à alínea a) do artigo 3.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM, foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, 23 abstenções do PS e 1 da IL.

Presidente: Ainda sobre o artigo 3.º, há um conjunto de propostas de aditamento apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM às alíneas d), e), f) e proposta de eliminação do n.º 2.

Pergunto se posso colocar à votação em conjunto?

Estão então à votação as propostas de aditamento das alíneas d), e) e f) ao n.º 1 do artigo 3.º e a proposta de eliminação do n.º 2 do artigo 3.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas de aditamento das alíneas d), e) e f), ao n.º 1 do artigo 3.º e a proposta de eliminação do n.º 2 do artigo 3.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 3.º do diploma com estas propostas que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 4.º para o qual há um conjunto de propostas de alteração apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM ao artigo 4.º.

Pergunto à Câmara se posso colocá-las à votação em conjunto.

Estão à votação as propostas de alteração do proémio, à alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º, da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º, da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º e proposta de aditamento da alínea e).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas de alteração ao artigo 4.º apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o artigo 4.º com estas propostas que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 5.º para o qual há 3 propostas de alteração, nomeadamente ao n.º 1 e n.º 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas de alteração aos n.^{os} 1 e 2 do artigo 5.º, apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao n.º 3 do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º 3 do artigo 5.º, apresentada pelo PS, foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 5 votos contra do CH.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta, está prejudicada a proposta apresentada para o mesmo número pelo PSD/CDS-PP/PPM.

Portanto, coloco à votação o artigo 5.º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

Passamos ao artigo 6.º.

Há um conjunto de propostas de alteração apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM ao artigo 6.º.

Pergunto à Câmara se posso colocá-las à votação em conjunto? Não…?

Peço desculpa, tem realmente primeiro uma proposta do PS.

Vamos então começar pela proposta do PS ao n.º 1 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 6.º apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 23 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN e 1 abstenção da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada para o mesmo número, ou seja, o n.º 1 do artigo 6.º pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração n.º 1 do artigo 6.º apresentado pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora as propostas de alteração ao n.º 2 e n.º 3 do artigo 6.º apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas de alteração ao n.º 2 e n.º 3 do artigo 6.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM ao n.º 4 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º 4 do artigo 6.º foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PAN e 1 abstenção da IL.

Presidente: As propostas de aditamento dos n.ºs. 5, 6 podem ser colocadas à votação em conjunto?

Estão à votação as propostas de aditamento dos n.os 5, 6 ao artigo 6.º apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas de aditamento foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de aditamento das alíneas a) e b) do n.º 7 apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas de aditamento das alíneas a) e b) do n.º 7 apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está à votação a alínea c) da proposta de aditamento do n.º 7 do artigo 6.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, 1 voto contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 8 ao artigo 6.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento do n.º 8 do artigo 6.º apresentado pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 6.º com estas propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 1 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL, 1 abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Passamos ao artigo 7.º, à primeira proposta de alteração ao seu n.º 1. É uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 7.º, apresentada pelo Partido Socialista, foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 1 CDS-PP e 1 do PPM, 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM ao n.º 1 do artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 7.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao n.º 2 e ao n.º 3 do artigo 7.º apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração n.º 2 e ao n. 3 do artigo 7.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovada unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 4 do artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º 4 do artigo 7.º, apresentada pelo Partido

Socialista, foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 1 de CDS-PP e 1 do PPM, 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM ao n.º 4 do artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração n.º 4 do artigo 7.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM ao n.º 5 do artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração n.º 5 do artigo 7.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 7.º do diploma com as propostas de alteração que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 7.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 8.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 8.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Presidente: Passamos ao artigo 9.º e vamos votar a primeira proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 1 do artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 9.º, apresentada pelo Partido Socialista, foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CH,1 do CDS-PP, 1 do PPM, 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM ao n.º 4 do artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 9.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM ao n.º 2 do artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 9.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos votar o artigo 9.º com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 9.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação do artigo 10.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação do artigo 10.º apresentado pelo PSD/CDS-

PP/PPM foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Votamos agora o artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 11.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração da epígrafe e do proémio apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM ao artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 12.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 12.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 12.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração do proémio ao artigo 13.º apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 13.º apresentada pelo Partido Socialista foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 5 votos contra do CH.

Presidente: A proposta do PSD/CDS-PP/PPM da mesma natureza está assim prejudicada.

Vamos avançar. Temos uma proposta de alteração também apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM à alínea b) do artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração da alínea b) do artigo 13.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 13.º com as propostas que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 13.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação uma proposta de aditamento de um artigo 13.º-A apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento do artigo 13.º-A apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 14.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 14.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a iniciativa foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está assim encerrado este ponto 5 da nossa agenda.

Avançamos para o ponto 6, **Proposta de Decreto Legislativo n.º 25/XIII – "Estabelece o regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental".** É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Secretário do Ambiente e Ação Climática para a apresentação do diploma.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Lei de Bases do Ambiente determina que os programas, planos e projetos públicos ou privados que possam afetar o ambiente, o território ou a qualidade de vida dos cidadãos, estão sujeitos a avaliação ambiental prévia à sua aprovação, com vista a assegurar a sustentabilidade das opções de desenvolvimento.

Esta Lei, de valor reforçado, estipula ainda que a avaliação ambiental deve garantir que o processo de tomada de decisão integra a ponderação dos impactos relevantes em termos biofísicos, económicos, sociais, culturais e políticos, tendo em conta, entre outros, o estado do ambiente, a avaliação entre alternativas, o cenário de referência e os impactos cumulativos com outros desenvolvimentos programados ou implementados, bem como os contributos da participação pública.

Neste contexto, o Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, veio estabelecer o regime jurídico da avaliação do impacto e do licenciamento ambiental na Região Autónoma dos Açores, com vista a minimizar os impactos negativos sobre o ambiente das atividades e processos a licenciar no arquipélago.

Importa, desde logo, recordar que a opção da Região, em 2010, passou por transpor diretamente as diretivas europeias para a ordem jurídica regional, sem transposição ou adaptação de qualquer normativo nacional. Contudo, desde então, verificou-se uma evolução muito significativa ao nível da legislação comunitária relativa a esta matéria, com a alteração e substituição de diversas diretivas europeias, sem que esta evolução tenha sido refletida na legislação regional, resultando numa acentuada desatualização que importa corrigir.

Em concreto, a Diretiva AIA (Avaliação de Impacte Ambiental) sofreu um conjunto de alterações ao longo dos anos, tendo sido revogada em 2011, já depois da aprovação da legislação ainda em vigor na Região, pela Diretiva 2011/92/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, sendo que esta também sofreu uma alteração posteriormente em 2014.

Outra alteração relevante prende-se com a revogação da Diretiva 2008/1/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de janeiro de 2008 relativa à “prevenção e

controlo integrado da poluição" com a aprovação da Diretiva 2010/75/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, comumente designada por "Diretiva Emissões Industriais" que muito recentemente, em 2024, sofreu também já uma alteração.

Foi ainda opção, no âmbito desta proposta e de modo a reduzir a respetiva complexidade e densidade, retirar deste diploma os regimes referentes à prevenção de acidentes graves e ao comércio de licenças e emissões de gases com efeito de estufa que passam a reger-se diretamente por legislação em vigor a nível nacional.

Sras. e Srs. Deputados:

É, pois, com este enquadramento que surge esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que hoje submetemos à apreciação do Parlamento Regional dos Açores, dando assim cumprimento a um compromisso assumido no âmbito do programa do XIV Governo Regional dos Açores, bem como a Resolução aprovada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 2022, por iniciativa do PPM.

Assim, este diploma estabelece o regime jurídico a que ficam sujeitos os procedimentos de avaliação de determinados planos e programas no ambiente, da avaliação de impacte ambiental de projetos públicos e privados, de prevenção e controlo integrados de poluição e do registo europeu e de emissões e transferência de poluentes, procedendo a uma atualização da legislação regional face à evolução verificada a nível comunitário, com a devida adaptação à Região Autónoma dos Açores.

Fruto da experiência adquirida ao longo de mais de uma década, pretende-se promover uma clarificação, desmaterialização e simplificação do regime atualmente em vigor, eliminando cargas burocráticas desnecessárias em favor das entidades promotoras e, em simultâneo, garantir uma harmonização de práticas, reforçando a transparência, a fiscalização e a participação pública.

No que se refere aos procedimentos de avaliação de impacte ambiental, importa destacar, em concreto, algumas das principais alterações previstas nesta proposta.

Foram promovidos ajustes ao Anexo 2 referente a projetos não incluídos no Anexo 1,

abrangidos pela obrigação de avaliação de impacte ambiental em função da sua dimensão e localização, com definição de novos limiares, menos restritivos, e tipologias adaptadas à realidade regional.

Introduziram-se novas definições no âmbito da transposição da Diretiva AIA, clarificando-se ainda as competências da entidade licenciadora e da autoridade ambiental na determinação de sujeição de um projeto a avaliação de impacte ambiental.

Foram alargados os fatores a integrar no conteúdo mínimo da avaliação de impacte ambiental, nomeadamente em matéria de alterações climáticas e de saúde pública.

Introduziram-se critérios para assegurar que a avaliação de impacte ambiental é efetuada sobre projetos que efetivamente podem ter impacto significativo no ambiente, permitindo uma avaliação casuística destas situações com a introdução para o efeito da análise caso a caso.

Foram ainda clarificadas algumas etapas do procedimento de AIA e reforçados mecanismos de análise que favorecem o promotor para evitar resultados de desconformidade e a emissão de declarações de impacte ambiental desfavoráveis por mera falta de informação, como, por exemplo, a possibilidade de a Comissão de Avaliação conferir previamente todos os elementos necessários para a instrução do procedimento, iniciando-o apenas com todos os documentos que tiverem sido submetidos.

Neste contexto, passa ainda a ser possível ao proponente solicitar por uma única vez, a suspensão do processo por prazo determinado, para entrega dos documentos solicitados, sendo possível efetuar alterações ao projeto para submetê-lo a nova análise antes de ser emitida uma DIA (Declaração de Impacte Ambiental) desfavorável.

Trata-se de uma medida que reduz a insegurança dos promotores e melhora a eficiência do processo, evitando atrasos decorrentes de pedidos sucessivos de informação.

Deixa de existir a figura de indeferimento tácito e passa a haver *deferimento tácito*, de modo a que o proponente ou operador não seja prejudicado por falha no cumprimento dos prazos por parte da Comissão de avaliação ou da autoridade ambiental.

Foi ainda introduzida a figura de DCAPE (decisão de conformidade ambiental do projeto de execução), em regime AIA, trazendo maior previsibilidade e segurança jurídica ao processo.

Alteraram-se os prazos de caducidade da declaração de impacte ambiental e do RECAPE (Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução), passando de 2 para 4 anos, mas com possibilidade de apenas um pedido de prorrogação, alinhando-se assim com as disposições previstas a nível nacional.

Estendeu-se a consulta pública ao procedimento do RECAPE, sempre o procedimento de AIA tenha decorrido em fase de estudo prévio ou de anteprojeto, procedimento que anteriormente era substituído apenas por uma simples divulgação.

Foi ainda reforçada a transparência no processo de participação pública, aumentando os prazos de consulta pública nos procedimentos obrigados a avaliação do impacte ambiental, sem com isso aumentar os prazos globais definidos.

Relativamente às alterações promovidas em matéria de licenciamento ambiental, importa destacar que foram introduzidos novos conceitos e diversos ajustes aos limiares do Anexo, 3 relativo ao regime de prevenção e controlo integrado de poluição, com vista a refletir as alterações introduzidas à Diretiva Emissões Industriais.

Foram clarificadas situações associadas ao regime de prevenção e controlo integrado de poluição, simplificando e desburocratizando os procedimentos de licenciamento ambiental e de renovação das licenças ambientais. Por exemplo, eliminou-se a necessidade de criação de uma comissão de avaliação para os processos de licenciamento ambiental, exceto quando estes ocorram em simultâneo com o procedimento de AIA. Trata-se também de uma medida que reduz a burocracia e evita a sobreposição de análises desnecessárias.

Clarificou-se a articulação do licenciamento ambiental com outros regimes, entre os quais os inerentes à emissão de gases com efeito estufa, à utilização de recursos hídricos, gestão de efluentes pecuários, avaliação de impacte ambiental, prevenção de acidentes graves e gestão de resíduos.

Ainda no âmbito do licenciamento ambiental, procedeu-se a alterações na tramitação documental com vista a uma desmaterialização processual, sendo que os documentos passam agora a ser inicialmente remetidos apenas em formato digital, sendo enviadas duasncópias em papel apenas após verificada a conformidade. Além disso, a documentação deixa de ser disponibilizada em bibliotecas públicas e arquivos regionais, passando a constar exclusivamente da autoridade ambiental e nos Serviços de Ambiente e Ação Climática da ilha onde o projeto ou instalação estejam localizados.
Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
A aprovação da Proposta de Decreto Legislativo Regional agora apresentada permitirá garantir uma legislação devidamente atualizada, mais clara, eficaz e adaptada às especificidades regionais, simplificando, desmaterializando e desburocratizando os procedimentos associados aos regimes de avaliação e de licenciamento ambiental, dando assim um contributo relevante para a melhoria destes instrumentos que são fundamentais para a defesa preventiva do ambiente e para a segurança das políticas de desenvolvimento sustentável nos Açores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.
Está apresentada a iniciativa. Vamos abrir as inscrições.
Está inscrito o Sr. Deputado José Sousa, a quem dou a palavra.
(*) **Deputado José Paulo Sousa** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo aqui nos traz acerca do controlo de poluição e avaliação do impacte ambiental dos projetos revela-se, uma vez mais, tal como aquela proposta do sistema de certificação energética que foi apresentada no plenário em janeiro: inoportuno e desadequado.

Recordo que este Parlamento existe e deve ter como objetivo fundamental a melhoria da vida dos açorianos. Se for apenas para transpor leis nacionais e europeias de qualquer maneira, já não serve de muito. E transpor diretivas europeias completamente desatualizadas e desfasadas da nossa realidade social e económica, onde a mais recente é de 2011, substancialmente pode parecer que não altera muito, mas vai completamente contra aquilo que se está a passar na União Europeia, neste momento, que é uma reversão burocrática, com a bússola para a competitividade — até pretendem retirar cerca de 35 % da burocracia sobre as pequenas e médias empresas — em vez de a agravar.

Sr. Secretário, tirando isso, simplesmente na forma como está e como se apresenta, esta proposta não merece a nossa aprovação. Isto, porque no setor bovino, que é um dos principais setores económicos dos Açores e em ascensão, nomeadamente no mercado da carne, a dificuldade de transporte de gado vivo faz com que o mesmo se acumule nas explorações, tal como acontece ainda este mês, onde temos no Pico e na Graciosa gado retido (centenas de cabeças de gado retido), a aguardar contentores para serem exportados. Portanto, coloquem o vosso esforço em resolver principalmente esses problemas. Além disso, há picos de encabeçamento, nomeadamente nas explorações dos exportadores de gado, que rapidamente ultrapassam as 500 cabeças. E não é justo sujeitar essas explorações ao martírio que é fazer um estudo de impacte ambiental; e, depois, para manter essa licença, é necessário submeter-se a um autêntico suplício burocrático que, mesmo assim, já está reduzido qualquer coisa. Mas recorrer a empresas de ambiente e ter de enfrentar todos os anos esta burocracia não facilita nada a vida aos agricultores que parece que são vistos como bandidos. Em vez de aproveitarmos a ascensão que o mercado da carne está a ter, cujo preço tem subido bastante, não. Vamos em cima e parece que é para deitar por terra tudo o que foi feito até agora.

Portanto, conhecendo a realidade da nossa agricultura, limitar esse número apenas a 500 animais, seria penalizar seriamente os nossos produtores e empresários agrícolas,

aumentando os custos administrativos e burocráticos e, possivelmente, fazendo descer o preço pago ao produtor. Portanto, apresentámos uma proposta de alteração para que esse limite seja alterado para 1000 animais e, assim, garante-se um equilíbrio entre sustentabilidade ambiental e o crescimento económico na nossa Região, evitando que naqueles picos de encabeçamento os agricultores andem, de certa forma, ilegais.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O ambiente é uma temática fundamental a debater e esta proposta que diz respeito ao processo de licenciamento ambiental é, naturalmente, uma proposta muito importante no que respeita ao licenciamento e todos os processos que lhe estão subjacentes e que são fundamentais para a garantia de que há uma melhor compatibilização entre a atividade económica e a preservação de valores ambientais das nossas ilhas, porque não há vida com qualidade, se não se conseguir compatibilizar a atividade humana e a atividade económica, toda ela com a qualidade ambiental. Aliás, basta ver em países onde essas preocupações e essas regras não existem, como é que vivem as pessoas e os problemas, até de saúde, que isso gera. Há quem ache que nada disto é preciso, mas aquilo que estão a dizer é que viver nos Açores será pior, porque isso não só tem um impacto do ponto de vista ambiental, mas tem um impacto sério na qualidade de vida e na saúde humana.

Ora, a proposta que o Governo nos traz é uma adaptação da legislação europeia sobre esta matéria que terá virtudes, tem também problemas associados e não ignoramos que o licenciamento ambiental traz sempre uma exigência para inúmeros projetos. Mas essa é uma realidade que é inultrapassável, a não ser que queiramos viver num país onde, sobre esta matéria, não haja *rei nem roque.*

Do ponto de vista geral, a proposta não nos causa nenhum problema. Estamos

relativamente à vontade para a aprovar. Temos algumas reticências, até do ponto de vista de uma outra medida que está na proposta, mas também quanto a referências que o Sr. Secretário fez, um pouco pressionado pelo lado oposto, ou seja, por quem quer menos regulação. O Sr. Secretário, em Comissão, referiu que este procedimento e esta legislação faria abranger menos projetos e menos empresas, podendo ser verdade — é impossível, para nós, contabilizar essa matéria — aquilo que é fundamental não é perceber se abrange mais ou menos empresas; fundamental é perceber se as regras fazem sentido e se estão adequadas à nossa realidade. Esse é que é o ponto fulcral. Por isso, não me parece que essa lógica de perceber e de se valorizar se abrange mais ou menos empresas seja, efetivamente, a lógica fundamental aqui; deve ser contabilizado, mas essa reação do Sr. Secretário a quem não quer esta regulação, não nos tranquiliza. Por outro lado, até nos pareceres que foram enviados, como é o caso da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) dá-nos o exemplo de definição de uma área de exclusão específica de avaliação ambiental, para áreas inferiores a 25 hectares, o que não é definido na diretiva europeia — segundo aquilo que também nos diz a APA — e que, em nosso entender, também suscita dúvidas e deixo essa questão ao Sr. Secretário, porque de facto não é necessariamente a dimensão da área de ocupação do projeto que deve determinar a necessidade de avaliação de impacte ambiental, porque projetos que não ocupam uma área substancial, podem ter outros impactos também significativos. Mas do ponto de vista do cumprimento da legislação ambiental e do licenciamento, é fundamental não apenas no processo de licenciamento, mas também no processo de execução dos projetos. E não posso deixar de dizer que é fundamental que a execução dos projetos seja acompanhada com exigência. É recorrente nos Açores existirem situações que já quase que não são notícia, porque são contínuas, já não são recorrentes, dou um exemplo do que aconteceu recentemente, quando tivemos notícia novamente que em Rabo de Peixe, na instalação industrial de conservas da Cofaco, que surgem outra vez as tradicionais queixas relativas ao funcionamento da ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais), aos maus cheiros e a tudo o que isso representa. E as

justificações são sempre as mesmas e prolongam-se no tempo, porque há sempre um problema com a ETAR, mês após mês, ano após ano e esse problema nunca foi resolvido, até hoje.

Por isso, eu não posso deixar de fazer este alerta, porque é necessário licenciar, mas é preciso que, depois, o cumprimento da legislação ambiental seja efetivo e as avarias não aconteçam nem sejam a justificação para o incumprimento, ano após ano.

Para além disso, já agora, aproveito para alertar o Governo, porque já o fizemos por requerimento — e esta matéria não tem necessariamente a ver com o licenciamento ambiental, mas tem a ver com o ambiente — que o Governo cumpra também a legislação ambiental e os rótulos dos produtos que aplica na via pública, porque para além de não os cumprir, ainda responde a requerimentos, quando aplica fitofármacos na via pública, dizendo que não fecham uma rua, porque isso seria extremamente difícil. E em vez de cumprir os tempos de aplicação dos produtos fitofármacos que aplica na via pública para controle de infestantes ou de ervas espontâneas, prefere colocar em risco a saúde das pessoas, a fechar uma rua ou utilizar outros produtos, já agora, ou outras técnicas que não utilizem fitofármacos. Não posso deixar de alertar para isso. Não é da tutela do Sr. Secretário — não foi ele que aplicou — mas tem a tutela do Ambiente. E, a propósito, devia falar com a sua colega das infraestruturas que é quem o faz, porque não está a ter a atenção devida, nesta matéria, e está efetivamente a colocar em risco quem circula na via pública.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do CHEGA que acha esta iniciativa radical, o PAN acha que é demasiadamente pouco ambiciosa. Isto é totalmente desligado da realidade arquipelágica, da nossa realidade. Há mais de 10 anos que não havia alterações

relativamente a este quadro legal. Houve evoluções ambientais, temos mais preocupação relativamente às urgências e emergências climáticas e, daí, a falta de ambição e tentar apenas cumprir algumas transposições de diretivas.

Contudo, eu tenho apenas uma questão a fazer ao Sr. Secretário relativamente a um pequeno receio relativamente às alterações à AIA, relativamente à extração de minerais e metano em meio marinho, porque parecem-nos umas alterações um pouco estranhas. Por isso, agradecia que o Sr. Secretário pelo menos nos conseguisse dizer alguma coisa relativamente à AIA, concretamente à parte de metano e minerais nos fundos marinhos. Se podia explicar alguma coisa relativamente a estas alterações, as quais nós achamos que são um pouco estranhas, porque, se calhar, poderá estar a soar um alarme dentro do nosso arquipélago.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pausa.

Vamos avançar para a votação do diploma.

Sra. Deputada Ana Jorge, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Jorge** (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, estamos aqui a ouvir… parece que nunca estamos satisfeitos, ou é oito ou é oitenta, uns dizem que é pouco, outros dizem que é muito.

Com esta iniciativa, o Governo Regional atualiza um diploma que tem mais de 10 anos e fá-lo porque, efetivamente, há diretivas comunitárias que têm de ser consideradas e incorporadas na legislação regional, não que antes de 2010 houvesse um vazio, porque ele também não existia.

Em relação a algumas questões que já aqui foram colocadas, seria talvez importante revisitar o relatório da Comissão sobre esta matéria nomeadamente as páginas 12 a 20

que dizem respeito — sem descurar aquilo que foram as participações e pareceres escritos e participações em âmbito de audição também consideradas no trabalho da Comissão — de facto, nestas páginas temos a audição realizada ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e a Ação Climática, e porque este diploma é realmente um diploma extenso, pesado, muito técnico, há aqui questões que são realmente muito técnicas, e quem nos ouve lá em casa (nunca nos podemos esquecer que falamos para os açorianos), há questões que foram muito claramente explicadas nessa mesma audição e que no relatório, entre essas mesmas páginas…

Aparte inaudível do Deputado Carlos Silva.

A Oradora: Provavelmente, mas sobre isso também poderemos falar um pouco mais à frente, Sr. Deputado. E, portanto, esta iniciativa foi bastante clarificada, até como resultado daquilo que foram as perguntas e respostas a algumas entidades, nomeadamente a Câmara de Comércio e Indústria e que mereceram — dado que já tinham ocorrido anteriormente — clarificações que, para nós, em termos de Comissão, foram realmente muito importantes. Não quer dizer que outras questões não existam.
Alguns aspetos já foram efetivamente destacados, sem dúvida, pelo Secretário na sua intervenção. Nós destacamos, em termos daquilo que é importante, que efetivamente um regime tem regras e, portanto, se tem regras, não podemos ter o vazio das regras, elas são como são e, portanto, a ausência de regras tem um nome e não é por isso que esta Casa se pauta, não é por esse nome. Poderá ter vários nomes. Olhe, posso-lhe dizer "anarquia" — a anarquia completa…
Deputado Carlos Silva (PS): Isso é o CHEGA. Anarquia é com o CHEGA.
A Oradora: Não podemos ir por aí.
Destacámos, como disse, que os efeitos dos regimes jurídicos propostos neste DLR, vão muito além da proteção ambiental. São pilares estruturantes da sustentabilidade regional, assegurando que o desenvolvimento económico decorra de forma harmoniosa

com a conservação dos recursos naturais e a salvaguarda do bem-estar das gerações futuras.

Alinham-se, por isso, com o programa do XIV Governo Regional, no que diz respeito aos seus compromissos, ao nível da sustentabilidade e coesão territorial, turismo sustentável e preservação do património natural.

É coerente com um desígnio de tornar os Açores um referencial europeu de boas práticas ambientais e económicas.

Deputado Carlos Silva (PS): Com glifosato.

A Oradora: Representa um investimento no futuro dos Açores e das próximas gerações. Garante a compatibilidade entre o crescimento económico e integridade ambiental.

Por isso, esta proposta não é apenas uma atualização técnica, embora que densa, nesse aspeto, é uma proposta de bases estruturante para um desenvolvimento mais sustentável e resiliente que se impõe no mundo atual, garantindo compatibilidade entre crescimento económico e ambiente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, aquilo que é fundamental é nós pensarmos que efetivamente há aqui a necessidade de olhar para o nosso território com a especificidade — tantas vezes o temos dito em debates recorrentes a vários níveis e em vários outros setores — que também nesta matéria se colocam a territórios como os nossos, portanto, ilhas de menor dimensão. Foi também uma questão colocada no âmbito da Comissão e que, por isso mesmo, têm maior sensibilidade ambiental que importa acautelar e este Governo e esta Secretaria têm essa preocupação de acautelar essa maior sensibilidade ambiental de territórios de menor dimensão e que efetivamente são mais frágeis.

Já falámos sobre a modernização e simplificação dos procedimentos de avaliação de impacte ambiental e licenciamento.

Esta proposta reforça também o papel da autoridade ambiental com mais rigor e transparência, um aspeto de que tantas vezes temos falado. Cria-se legislação, mas

muitas das vezes não é fácil acompanhar e fiscalizar essa mesma legislação, há aqui um reforço a esse nível.

Promove o melhor uso das melhores tecnologias disponíveis e incentiva, por isso, também, práticas responsáveis dos vários setores produtivos.

Garante, também, maior segurança jurídica ao nível dos investimentos sustentáveis, com previsibilidade e confiança.

Reforça a valorização da participação pública, cumprindo diretivas e aquilo que está a nível internacional definido, nomeadamente a Convenção de Aarhus. Há maior tempo até para essa participação e também uma necessidade que o diploma considera de dar maior ênfase a essa mesma participação.

Considera a análise casuística. E a interpretação que fazemos é que essa análise é aquela que permitirá que, eventualmente, menor número de projetos possam estar em causa neste diploma — análise caso a caso — mas não é casuística ao acaso; é casuística, mas está perfeitamente previsto no artigo 25.º quais são os critérios técnicos que estão previstos neste diploma, ou seja, critérios que são definidos.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é caso a caso?

A Oradora: Há critérios. Eu disse "não é ao **acaso**" - há **caso** e **acaso**, mas não **ao acaso**. Acho que me fiz entender, se não fiz reforço.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E bem!

A Oradora: E fica expresso, não só nesse artigo, mas noutros momentos do articulado que é extenso e que, portanto, é pesado, embora alguns não usem papel, eu confesso que ainda uso papel. E, portanto, realmente é um diploma que, segundo aquilo que também ouvimos e que acho que também merece uma nota positiva, sendo que o Grupo Parlamentar do PSD quer dar essa nota, ouvimo-lo na audição do Sr. Secretário, é que este trabalho foi feito sem recorrer à prestação de serviços; foi um trabalho feito pelos técnicos da Secretaria Regional do Ambiente. E, portanto, também uma palavra de apreço, porque muitas das vezes os recursos da Administração Pública Regional são subvalorizados ou, pelo menos, não tão valorizados como em tantas secretarias e

departamentos governamentais e em tantos outros serviços, também os devemos considerar, até porque se calhar alguns de nós também de lá vieram, por isso, também devemos reconhecer esse trabalho.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem.

A Oradora: Portanto, aquilo que importaria também e que o PSD quer salientar, é precisamente essa referência que foi feita pelo Sr. Secretário aquando da sua audição. E gostaríamos de colocar também algumas questões ao Sr. Secretário que passaria a enunciar, nomeadamente:

- Quantos procedimentos de avaliação de impacte ambiental (AIA), com emissão de declaração de impacte ambiental ocorreram desde 2010?

Aparte inaudível do Deputado Carlos Silva.

A Oradora: A sério? Já fica respondida. E o Sr. Secretário vai ter tempo para responder, como é seu apanágio responder a todas as questões.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Também outra questão, Sr. Secretário:

- O que nos pode dizer sobre os tempos de resposta? Este dado é importante, porque várias vezes também se ouve que há projetos, há proponentes e promotores que veem a sua vida um pouco bloqueada pelos tempos de resposta.

- É habitual que se possa considerar atrasos que causam constrangimentos às atividades decorrentes imputados à Administração Pública Regional? É outra questão que gostaria de deixar ficar para o Sr. Secretário responder.

- Também com base, e aqui refiro-me concretamente à audição realizada ao Presidente da Federação Agrícola dos Açores que referiu que em termos de custos — porque também foi dito que este diploma acarreta mais custos e isso foi desmistificado e claramente respondido pelo Sr. Secretário em audição, não há mais custos — mas a questão que aqui coloco, para que seja reforçado, porque nem todos os que nos ouvem

lá em casa poderão ter assistido à Comissão, os custos destas alterações, portanto, desta atual proposta, Sr. Secretário, poderão ter a ver com a demora — foi o que afirmou o Presidente da Federação Agrícola dos Açores. Como é que avalia e responde a esta afirmação? Esta é uma das questões que gostaria de deixar ficar, para que pudéssemos enriquecer este debate, desmistificar algumas das questões e não estar a diabolizar este diploma, porque, na verdade, as regras têm de existir. Nós queremos uma Região com a qualidade que é reconhecida a nível internacional, ganha vários prémios precisamente porque tem essa qualidade e, portanto, não podemos à segunda querer uma coisa, à terça querer outra e por aí fora.

Deputado Luís Raposo (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, acabaria por agora, ressalvando que há algumas propostas de alteração que a coligação também apresentou para este mesmo diploma.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

A Mesa continua a aguardar mais inscrições.

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (Alonso Miguel): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foram colocadas várias questões. Tratarei de tentar responder a todas.

Começaria pela intervenção do Sr. Deputado José Sousa, que faz uma verdadeira confusão com isto tudo, mas terei oportunidade de lhe esclarecer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh! não acredito.

O Orador: O senhor mistura transporte de gado com picos de encabeçamento… ó Sr. Deputado, não é nada disso. Os limites que estão definidos no Anexo 1 e no Anexo 2 deste diploma, têm que ver com pecuária intensiva, tem que ver com explorações de pecuária intensiva de estabulação permanente. Não tem nada a ver com aquilo que o senhor está a dizer.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Não existe!

O Orador: Posso-lhe dar nota disto: não há nos Açores, desde que se faz avaliação de impacte ambiental, nenhum procedimento que tenha abrangido a pecuária intensiva, porque nenhum deles, em pecuária intensiva, atingiu o limite que estava definido dos 500 bovinos. E, portanto, é uma confusão enorme que o senhor está a fazer aí, que não tem aplicação aqui. E digo-lhe mais uma coisa: a proposta que o senhor apresenta de alterar os limites estão definidos, para já no Anexo 1 é impossível; o Anexo 1 tem que ser igual em todo o estado-membro e em todos os países da Comunidade Europeia. Portanto, isso não é possível alterar, é uma autêntica asneira.

Deputado José Paulo Sousa (CH): E o Anexo 2?

O Orador: O segundo Anexo, efetivamente, os estados-membros podem fazer alterações e, neste caso, a Região também pode, mas não faria sentido absolutamente nenhum, se a nível nacional, o limite definido para este caso são 600 bovinos, nos Açores nós passarmos para 1000, num território que é 40 vezes mais pequeno que o território nacional. Isso não faz sentido absolutamente nenhum.

Mais: a pecuária intensiva tem de facto impactos que devem ser avaliados e estudados ao nível da biodiversidade, dos recursos hídricos, dum conjunto de aspetos que não devem ficar desmerecidos. E também lhe digo outra coisa, porque é preciso esclarecer isto, se calhar, para todas as Sras. e Srs. Deputados: a realização de procedimentos de avaliação de impacte ambiental não é uma interdição ou um chumbo à realização de projeto; significa que, a partir de determinadas dimensões, é preciso avaliar os impactos dessa atividade. É só isto.

Deputado Francisco Lima (CH): Não é só isso!

O Orador: Mais: em relação à Europa, Sr. Deputado José Sousa, se o senhor não concorda com as regras europeias, bom, nós não podemos nesse sentido estar na União Europeia. O senhor diz "regras que não fazem sentido absolutamente nenhum". Não, Sr. Deputado, nós estamos na União Europeia, temos que cumprir com as diretivas comunitárias e temos que transpô-las. Neste caso em concreto, fizemos uma transposição diretamente dessas diretivas para a Região e não seguimos uma transposição nem adaptação da legislação nacional.

Portanto, ficando estes aspetos esclarecidos, passaria à questão levantada pelo Sr. Deputado António Lima, que referiu, enfim, questões do Secretário "sentir-se pressionado por quem não quer regulamentação." Não foi nada disso. Uma das audições que houve foi ao Dr. Mário Fortuna, no âmbito da Comissão que, de facto, fez uma análise errada das alterações aos limites que estavam estabelecidos e, obviamente, tive necessidade de esclarecer que essa análise não estava feita. Também devo dizer que o Dr. Mário Fortuna reconheceu que a análise não estava correta, endereçou uma comunicação às Sras. e Srs. Deputados e a mim.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É verdade. Digamos que foi.. um tiro na água!

O Orador: E, portanto, é, de facto, um ato de louvar por parte do senhor ex-Presidente, no caso, da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. Mas evidentemente que houve essas simplificações, Sr. Deputado, as quais são impostas pela diretiva. E, portanto, eu não posso simplesmente dizer que vai abranger mais empresas quando não vai; vai abranger menos, porque os limites foram alterados por imposição da diretiva.

Depois, em relação à questão da Cofaco, evidentemente, também não tem ligação a esta matéria, porque a Cofaco não está abrangida pela avaliação de impacte ambiental, porque não atinge os limites para o efeito.

Em relação à questão levantada em relação ao artigo 5.º e da sugestão da APA em relação aos 25 hectares, não se aplica a nada disto, porque não se refere a avaliação de impacte ambiental, refere-se sim à avaliação de planos e programas, portanto, neste caso, também não se coloca.

Em relação à questão do Sr. Deputado Pedro Neves — introdução de tipologias como a exploração do CO2, são imposições na atualização da diretiva que nós transpusemos diretamente também para a Região — puras transposições diretas — nada tem que ver com projetos novos que possam surgir nos Açores; tem que ver com a transposição direta dessas matérias.

Depois, em relação às questões colocadas pela Sra. Deputada Ana Jorge, sobre quantos procedimentos aconteceram desde 2010, bom, desde esse ano, foram feitos 68 procedimentos de AIA com emissão de DIA. Devo dizer que, em nenhum destes casos, foi ultrapassado o prazo definido para o efeito e nunca foi emitida uma declaração de impacte ambiental desconforme. Portanto, todos eles foram aprovados, evidentemente com as condicionantes de assegurar a minimização dos impactos no ambiente.

Em relação aos prazos que são praticados, devo dizer que no caso do Anexo 1, são 110 dias; no caso do Anexo 2 são 100 dias, sendo que neste caso reduz-se em 10 dias a esse prazo, apesar de se ter aumentado o prazo da consulta pública e de se ter adicionado ao RECAPE também a disposição de consulta pública, os prazos não foram alargados e, neste caso em concreto do Anexo 2, ainda foram reduzidos em 10 dias; o caso do Anexo 3 e licenciamento ambiental, são 70 dias, portanto, também não há aqui qualquer aumento.

Em relação a preços e a custos, também devo dizer que a autoridade ambiental da Região não aplica uma única taxa, um único custo, para a emissão de DIA, avaliação de impacte ambiental, emissão e reemissão de licenças, é tudo a custo zero, portanto, não se entende os aumentos de custos que são evocados em nenhuma das audições, não há custo nenhum, ao contrário do que faz a Agência Portuguesa do Ambiente no continente, que cobra por todos esses serviços. Neste caso em concreto, mantém-se tudo como está e não há qualquer aumento de custo.

Queria dar nota, porque me parece da mais elementar justiça, e também corroborar aquilo que foi dito pela Sra. Deputada Ana Jorge que, de facto, todo este processo foi feito com base apenas nos técnicos da casa, não foi feita a qualquer contratação de

serviços, não foi feita nenhuma assessoria externa; foi feito por parte dos nossos técnicos, o que demonstra também a sua capacidade e qualidade, mesmo do ponto de vista técnico e com o acompanhamento dos nossos juristas. E, portanto, deixava aqui um justo reconhecimento ao excecional trabalho que foi feito por todos os elementos desta divisão da Direção Regional do Ambiente e Ação Climática.
Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.
Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.
(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:
Sobre a intervenção do Sr. Secretário, eu não podia deixar de intervir para desmistificar aqui algumas questões; uma delas é não existe explorações intensivas com mais de 500 bovinos; elas existem, o Governo Regional é que faz de conta que elas não existem, ou não quer saber, porque elas existem.
Depois a questão intensiva, o conceito intensivo ou de exploração intensiva, a legislação do licenciamento das explorações, nomeadamente o Decreto Legislativo Regional 16/2007/A, claro que diz que se uma parte do ciclo for feita com o animal em liberdade já não é intensivo, mas isso é uma forma de escamotear aquilo que a gente devia discutir, que é se tem ou não capacidade instalada para 500 bovinos.
Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): A legislação não foi feita por nós.
O Orador: Portanto, a gente na prática, está a "tapar o sol com a peneira", isto é, há muito mais explorações com mais de 500 bovinos, mas nós fazemos de conta que elas não existem. E a nossa proposta é assumir que 1000 é o limite da realidade que existe

e deixarmo-nos de fazer de conta que não existem. Esta é uma questão.

Outra questão é quando diz: "Não há encargo nenhum, não acontece problema nenhum com o estudo de avaliação de impacte ambiental."

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Evidentemente!

O Orador: Isso também não é verdade, Sr. Secretário.

Se o senhor for fazer uma obra em que a capacidade instalada for acima do limite legal, a câmara municipal nem lhe dá licença de obras, tem que esperar o estudo da avaliação de impacte ambiental. E, depois, outra coisa: o senhor tem a noção de quantas paletes de papel é preciso enviar para a sua Secretaria? E quantas vezes devolvem os papéis e vão mais papéis e menos papéis?

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Isso não é verdade!

O Orador: Não é verdade?! Olhe que eu tenho conhecimento pessoal disso. Os papéis vêm aqui para a Horta. E, já agora, faço-lhe uma pergunta: vai começar a aceitar documentos digitais ou vai continuar a insistir num papel que é feito com eucalipto ou uma pasta de papel?

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Evidentemente. Se o senhor estivesse atento teria ouvido o que eu disse na tribuna.

O Orador: Portanto, não é verdade que isso não causa entraves. Causa entraves, causa despesa e burocracia.

Nesse sentido, faço-lhe a pergunta, se, já agora, ao menos no papel, vai mudar o sistema de licenciamento, para que não seja necessário entregar tudo em papel e, depois, as correções vêm outra vez em paletes de papel.

E, permita-me que lhe diga, essa questão dos 500 ou 600 que está na nossa proposta para 1000, é perfeitamente razoável, porque estamos a falar de picos e de alturas em que é preciso realmente ter uma capacidade instalada para 1000 bovinos, mas não quer dizer que tenha sempre 1000 bovinos, é uma questão de capacidade instalada, porque

se os barcos avariarem e continuarem a avariar como acontece, ou se não há ligações ou não há contentores, é objetivamente necessário ter uma capacidade 1000 bovinos e não temos de sujeitar essas pessoas a estudos de avaliação de impacte ambiental que é um pesadelo, é uma dor de cabeça!

Muito obrigado, Sr. Secretário, pela resposta.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desde 1990, a chuva extrema cresceu 18 %. Em 2024, emitimos 26 alertas laranja por cheias. O erário público gastou 7 milhões de euros só em reparações. A erosão leva cerca de 1 tonelada de solo por hectare. Trinta por cento da nossa terra agrícola já está em perigo.

Estes são apenas alguns exemplos da urgência em aprovarmos um novo regime jurídico da avaliação de impacte e do licenciamento ambiental. A legislação ambiental açoriana está desatualizada desde 2010.

Em 15 anos, a União Europeia alterou dez vezes as suas diretivas ambientais — e nós, nos Açores, continuámos com estudos em papel, processos arrastados e uma fiscalização deficiente.

O Governo da coligação reconheceu esta realidade herdada dos governos do partido socialista e propõe, no Plano de 2025 para o Ambiente, um investimento de 33 milhões de euros.

O PPM saúda esta proposta. Mas sublinhamos: esta urgência não é nova.

Durante os Governos do Partido Socialista, o PPM apresentou, repetidamente, a necessidade de proceder à revisão do regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental. Os governos socialistas nunca o quiseram fazer.

Em 2021, o PPM apresentou um Projeto de Resolução recomendando a atualização do

regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental nos Açores.

Nesse documento, alertávamos para a obsolescência do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, apontando falhas sérias — como a possibilidade de a Declaração de Impacte Ambiental ser válida indefinidamente com base em interpretações literais — e propúnhamos o alinhamento com o direito europeu e nacional. Também defendíamos um reforço do princípio da precaução e a necessidade urgente de adaptar o regime regional à Diretiva 2014/52/UE do Parlamento Europeu.

Portanto, esta proposta legislativa vem, em boa hora, dar razão ao que o PPM defende há anos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora bem!

O Orador: Atualizar os critérios, exigir supervisão pós-licença, reforçar a participação pública e promover transparência digital não são meros detalhes técnicos. São medidas estruturantes. E são um passo na direção certa.

A proposta não traz encargos adicionais. Os 1,5 milhões de euros anuais já estão orçamentados. Representam apenas 5 % da dotação prevista para tecnologias da informação. São, portanto, um investimento estratégico.

Importa também destacar que nenhum parecer desfavorável foi emitido.

Hoje, temos a oportunidade de corrigir um erro do passado.

Sras. e Srs. Deputados:

Cada euro investido hoje evita milhões amanhã.

O licenciamento ambiental é uma infraestrutura invisível que protege saúde, paisagem e economia.

Apoiar este diploma é assumir responsabilidade política.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proteção ambiental é um pilar essencial para garantir o desenvolvimento sustentável dos Açores, e neste contexto, a Avaliação de Impacte Ambiental e o Licenciamento Ambiental surgem como instrumentos fundamentais para assegurar que os projetos desenvolvidos na Região não comprometam os ecossistemas frágeis e a biodiversidade.

O documento que nos encontramos agora a analisar, é uma adaptação do Regime Jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental, criado em 2010, e que visava assegurar que, os projetos com impacto relevante no ambiente nos Açores fossem avaliados antes da sua execução, em prol da proteção dos valores naturais como as áreas protegidas, zonas costeiras, recursos hídricos e biodiversidade com especial destaque para a endémica. Adicionalmente, e não menos importante, que em todo o processo, fosse garantido o envolvimento da população e das entidades com interesse ambiental.

Até essa data, 2010, estava omissa qualquer legislação regional, sendo que para tal, os Açores regiam-se exclusivamente por normativos nacionais, não estando adequados nem à estrutura institucional do Governo Regional e, pior ainda, não estavam adequados às características geográficas, económicas, sociais e, acima de tudo, não estavam adaptados às características ambientais da nossa Região, sendo que este diploma definiu limiares próprios e mais adequados à fragilidade ambiental da Região.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Já o PS governava há 14 anos.

A Oradora: Com as alterações de diretivas europeias, fruto da evolução dos tempos, torna-se necessária a consequente adaptação como a que ocorreu na proposta que se encontra em análise.

No entanto, e até na linha do que foi um dos pareceres a esta iniciativa, alerta-se para

o prazo de cumprimento da última atualização da Diretiva Avaliação de Impacte Ambiental e que deveremos estar, dentro de alguns meses a analisar, nesta Casa, uma atualização a esta iniciativa, para que se cumpra com o previsto pela Comissão Europeia para a sua transposição.

Com a apresentação da presente proposta, são estabelecidos diversos regimes jurídicos, nomeadamente o da Avaliação de Impacte Ambiental.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): No tempo do PS, as Diretivas eram ignoradas.

A Oradora: Esta é considerada uma ferramenta essencial para prevenir e mitigar impactes ambientais significativos dos projetos, assegurando que os valores naturais e ecológicos são considerados desde a fase de planeamento, e que se torna imprescindível, no caso das ilhas dos Açores. Este instrumento é um contributo para a promoção da sustentabilidade, através de um processo transparente com a participação pública no processo de tomada de decisão, havendo assim uma maior aceitação do projeto por parte da sociedade.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que a legislação adaptada à realidade da Região cria regras que refletem o estatuto insular, criam maior segurança jurídica e evitam conflitos normativos centrados sempre nos pontos essenciais que são a proteção ambiental associada ao crescimento económico.

Na presente proposta, foram introduzidos critérios para que a avaliação de impacte ambiental seja efetuada apenas em projetos com um impacte significativo, havendo em casos que não causem impactes significativos tenham uma análise "Caso a Caso" no Regime da Avaliação de Impacte Ambiental.

Esta alteração, e dito pelo Sr. Secretário em Comissão, não resultará num aumento de custos ou de burocracias para as empresas, em relação ao que está, uma vez que os procedimentos de Avaliação e o licenciamento ambiental irão abranger menos projetos, menos empresas, com esta análise "caso a caso", uma vez que aqueles que não tenham impacte significativo, não ficam sujeitos a este regime e, passo a citar, "*evitando assim*

procedimentos desnecessários e a banalização deste regime".

Não contrariando a necessidade de desburocratização de procedimentos e de redução de custos às empresas, atendendo às dificuldades que muitas enfrentam, gostaríamos só de ressalvar, Sr. Secretário, que esta análise caso a caso, tenha sempre presente e cumpra os critérios mencionados, que ressalvam a proteção ambiental do nosso património natural, atendendo às especificidades das zonas costeiras, recursos hídricos, zonas sensíveis e outras.,

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ajustar o regime de avaliação do impacte e do licenciamento ambiental, de modo a garantir que os projetos prioritários para o desenvolvimento da Região, foram, eram e estão nesta presente proposta, associados ao turismo e à transição energética, é importante que sejam planeados com base em critérios de minimização de impactes ambientais, é hoje, foi e continua a ser uma prioridade incontornável, sendo também igualmente importante que haja esse acompanhamento ao longo do tempo, para que se faça cumprir esta prioridade e esta proteção dos ecossistemas.

Esta abordagem permite contabilizar investimento e proteção dos recursos naturais, assegurando que os projetos estratégicos não comprometem os valores ambientais, pois são sem dúvida a principal mais-valia dos Açores, enquanto destino sustentável.

A avaliação de Impacte e do Licenciamento Ambiental não deve e não pode ser encarada como um obstáculo ao desenvolvimento, assim como não foi desde o início em 2010, uma vez que é uma ferramenta de planeamento, garantindo que cada projeto contribui, de forma positiva, para o território onde se insere, com a proteção dos ecossistemas onde se insere.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar uma proposta do Governo que altera e atualiza legislação regional já com mais de 15 anos. E, portanto, é perfeitamente expectável que neste período de tempo ocorram desatualizações.

Trata-se da transposição de uma diretiva, pertencemos à União Europeia, não podemos apenas pertencer à União Europeia para o que nos interessa e para o que é bom.

A União Europeia obviamente que é um grupo de países.

A União Europeia decide centralmente uma Agenda Verde.

A União Europeia, através da Comissão e do Parlamento Europeu, legisla através de diretivas que são de transposição obrigatória para os estados-membros. E, portanto, querer agora pertencer à União Europeia só para o que é bom e não querer aplicar aquilo que são as regras democráticas desse espaço onde fomos acolhidos e ao qual pertencemos de livre vontade, obviamente, isso espelha bem um espírito muito pouco democrático, muito tendente para a anarquia. E, portanto, não nos podemos rever e repudiamos essa atitude. Somos democratas e aceitamos, obviamente, aquelas que são as regras-base que a União Europeia impõe a todos os seus estados-membros e, dentro dessa dessas regras base, temos que adaptar o que for possível àquilo que é a nossa realidade regional. É de salientar que a nossa realidade regional é boa, mas não é boa de hoje, já é boa há alguns anos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Há 5 anos.

O Orador: Os Açores têm notoriedade internacional, são reconhecidos internacionalmente pelo seu ambiente e pela sua qualidade ambiental. Este Governo de coligação deu um passo importantíssimo na afirmação internacional da Região, em

termos ambientais, ao estabelecer as áreas marinhas protegidas e, portanto, é um propósito desta coligação, é um propósito deste Governo o empenho constante na qualidade ambiental, na preservação do nosso ambiente, dos nossos recursos naturais para o presente e também para o futuro.

Não podemos ter um discurso político das novas gerações, de deixar às gerações vindouras um ambiente e uma região melhor do que aquela que encontrámos, mas depois, na prática, ter um procedimento exatamente contrária a esse discurso. Isso não é o nosso discurso, não é o discurso desta coligação. Nós não embarcamos nessa teoria e nessa filosofia. Estamos aqui, empenhadamente, para poder proporcionar aos açorianos que vivem, hoje, mas também aos açorianos que virão um dia, uma boa região, onde se viva bem, com boa qualidade ambiental, porque a boa qualidade ambiental vai-se refletir na saúde, vai-se refletir na alimentação e na nossa economia. Hoje em dia, somos visitados por cada vez mais turistas que nos procuram exatamente pela nossa qualidade ambiental, pela nossa paisagem, que reflete essa qualidade ambiental, pela nossa gastronomia, que também é um reflexo da qualidade ambiental, dos nossos produtos naturais, da agricultura e das pescas. E, por isso, é fundamental fazer esta atualização que o Governo nos apresenta.

De salientar aqui um fator que é muito importante e que foi salientado pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e da Ação Climática, que é a simplificação que vai ser introduzida agora com esta alteração. Isto é muito importante. O ambiente não tem que ser uma carga de trabalhos. Preservar o ambiente, deve ser algo que nós devemos querer fazer de livre e espontânea vontade e devemos poder fazê-lo sem que haja o Estado, a Região, um organismo do Estado sempre atrás de nós a impor-nos regras e burocracias e, sobretudo, custos. E o Sr. Secretário salientou bem uma diferença fulcral. Na República, existe uma coisa que se chama Agência para o Ambiente, abreviadamente designada por APA. Ora, essa APA é uma carga de trabalhos para tudo o que é atividade económica e é uma carga de despesa, porque faz-se cobrar muito bem por tudo o que é obrigação, do ponto de vista ambiental e aqui, na Região, é opção não

cobrar, não onerar as empresas, não onerar a economia, com essas obrigações, com essa burocracia.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, é nisto que se vê o que é a autonomia, o que é a nossa capacidade de legislar para aquilo que é a nossa realidade arquipelágica; adequar o que é possível adequar, dentro das regras europeias, à nossa realidade.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, já disse que os Açores são reconhecidos internacionalmente pela sua qualidade ambiental e queremos uns Açores com menos burocracia e com mais ambiente, com uma legislação ambiental adaptada à nossa realidade, uma legislação ambiental adaptada aos Açores.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e da Ação Climática.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo pelas questões colocadas pela Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, para dar-lhe nota de que efetivamente já houve, conforme eu disse naquela tribuna, uma atualização em relação à Diretiva AIA, que não foi contemplada, porque evidentemente também os estados-membros e Portugal ainda não fizeram essa adaptação. Ela só terá de estar implementada a partir de 1 de junho de 2026 e trará, assim, alterações significativas que devem ser devidamente ponderadas e avaliadas na sua adaptação à especificidade da Região Autónoma dos Açores. Também o mesmo acontece em

relação ao portal das emissões industriais, que é um novo documento, mas que só entra em vigor a partir de 1 de janeiro de 2028, é de aplicação direta e, inclusive, nós passaremos a utilizar também o portal que existe a nível nacional e, portanto, esta questão não se coloca. Portanto, muito provavelmente, até 1 de junho de 2026, traremos uma alteração para fazer essa adaptação devidamente ponderada. Em relação à análise caso a caso, Sra. Deputada, é um instrumento importante que não é discricionário de um qualquer Secretário ou Membro do Governo Regional. Tem as suas regras definidas neste diploma, nos artigos 28.º e 29.º; a avaliação é puramente com base em critérios técnicos e após remissão de um documento, pelo promotor, para avaliação da sujeição, ou não, nos casos que podem ser caso a caso, ou seja, é uma avaliação meramente técnica.

Em relação às questões que foram colocadas pela intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto, sim, efetivamente, é um diploma que simplifica, clarifica, desburocratiza, desmaterializa, faz um conjunto de alterações que também derivam das próprias diretivas, mas sempre sem perder o rigor na avaliação. E é por isso que não foi adotado o Simplex, não são reduzidos prazos, porque a qualidade da avaliação dos impactes ambientais não se mede pelo tempo, mede-se no rigor na análise e na avaliação e pela capacidade de perceber se um determinado projeto ou atividade vai ou não ter impactes ambientais, porque efetivamente essa é uma matéria muito importante. A Região tem esse selo, tem essa imagem de marca e, evidentemente, sabendo que há que encontrar um equilíbrio — porque estas são paisagens humanizadas — nós temos que fazer um esforço grande para manter esta imagem, que nos é reconhecida, que nos traz prestígio e que nos traz também dividendos económicos nomeadamente através do turismo.

Dito isto, Sr. Deputado Francisco Lima, não, não é nada razoável o limite de 1000 bovinos, porque o senhor estaria a propor um aumento de 500 para 1000, ou seja, o que está agora para o dobro (100 %) e 67 % em relação àquilo que está definido a nível nacional, um território que é 40 vezes maior do que o nosso, que é muito mais resiliente, é muito menos vulnerável.

Deputado Francisco Lima (CH): Isso não tem nada a ver!

O Orador: E, portanto, o senhor, simplesmente, diria "a Região Autónoma dos Açores, com esta imagem de sustentabilidade, vai aumentar em 67 % o limite que está definido a nível nacional.". Isso não faz sentido nenhum. Mais: no Anexo 1 muito menos, porque nem sequer é possível fazer alterações, logo, essa proposta nem sequer aplicabilidade tem.

Queria dar-lhe nota de que eu sei (ou pelo menos suspeito) que o senhor não leu este documento todo — pelo menos com a atenção que ele merecia — mas sei que o senhor sabe que eu não estava aqui em 2010, quando este diploma foi aprovado. E, portanto, as regras que foram definidas, foram-no pelo Parlamento naquela altura. Neste momento, nós estamos a propor, além da simplificação dos processos de licenciamento ambiental e da avaliação de impacte ambiental, uma coisa muito simples, estamos a permitir que os processos comecem todos em formato digital, só são remetidas duas cópias em vez de quatro, depois de confirmar que o processo está todo correto e que está conforme, para o processo de consulta pública e para os açorianos que não têm ainda os meios tecnológicos ou não têm a literacia suficiente para poder analisar um documento digital. Portanto, esses documentos ficam na autoridade ambiental e ficam também no Serviço de Ambiente para que possam ser consultados. Essa a única razão. De resto, não há custos absolutamente nenhuns com este processo, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Lima (CH): Nós só estamos a pedir uma alteração.

O Orador: E, portanto, o senhor não pode dizer que há um aumento de custos e que são resmas e paletes de papel, porque nada disso é verdade! E se era assim até agora, vai deixar de ser, porque se o senhor tiver lido o diploma, é exatamente isso que nós propomos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

O Governo esgotou o seu tempo para o debate deste diploma e a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Vamos iniciar a votação deste diploma.

Vamos votar na generalidade a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XIII – "Estabelece o regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental"**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XIII foi aprovada, na generalidade, com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade.

A primeira proposta que existe é do PSD/CDS-PP/PPM que altera o 1.º parágrafo e edita o 2.º parágrafo à exposição de motivos.

Coloco à votação esta mesma proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação as propostas de alteração ao artigo 2.º do diploma

apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas de alteração ao artigo 2.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 2.º do diploma com as propostas que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, do artigo 3.º ao 16.º, não existem propostas de alteração.

Aparte impercetível do Deputado Pedro Neves.

Vamos votar o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação o n.º 1 do artigo 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Sr. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 1 do artigo 5.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação o n.º 2 do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O n.º 2 do artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que vota contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 23 votos de abstenção do PS.

Presidente: Estão à votação os artigos 7.º e 8.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 7.º e 8.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Estão à votação os artigos 9.º, 10.º e 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 9.º, 10.º e 11.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 12º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 12.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 contra do PAN.

Presidente: Estão à votação as alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: As alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 13.º foram aprovadas com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a restante parte do artigo 13.º, ou seja, o n.º 1, as alíneas a), b) e e) do n.º 2 e o n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os restantes números e alíneas do artigo 13.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Estão à votação os artigos 14.º e 15.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 14.º e 15.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que se vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 16.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está à está a votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM à alínea a) do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração à alínea a) do artigo 17.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 17.º com esta alínea que acabámos de alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 17.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que se vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 18.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Estão à votação os artigos 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º e 25.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigo 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º e 25.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM ao artigo 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que se vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração ao artigo 26.º foram aprovadas com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Votamos agora o artigo 26.º com estas alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 26.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM ao artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas de alteração ao artigo 27.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 27.º com as propostas que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 27.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento do n.º 11 ao artigo 28.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento ao n.º 11 do artigo 28.º foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Votamos o artigo 28.º com esta proposta de aditamento que acabámos de votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 28.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão à votação os artigos 29.º, 30.º e 31.º em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 29.º, 30.º e 31.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votamos agora as propostas de alteração apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM à epígrafe do artigo 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas de alteração ao artigo 32.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 32.º com estas propostas de alteração que acabámos de incluir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 32.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão à votação os artigos 33.º, 34.º, 35.º e 36.º.

As Sras. e os Srs. Deputados s que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 33.º, 34.º, 35.º e 36.º., foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento dos n.^{os} 10, 11 e 12, apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM, ao artigo 37.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento dos n.^{os} 10, 11 e 12 ao artigo 37.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 37.º com estas propostas de adiantamento que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 37.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão à votação os artigos 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º e 43.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º e 43.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PSD/CDS-PP/PPM ao n.º 5 do artigo 44.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM ou n.º 5 do artigo 44.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 44.º com esta proposta de alteração que acabámos de incluir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 44.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação os artigos 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º e 51.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º e 51.º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está a votação os n.^{os} 1, 2 e 3 do artigo 52.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os n.^{os} 1, 2 e 3 do artigo 52.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Estão à votação os n.^{os} 4, 5, 6 e 7 do artigo 52.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: Os n.^{os} 4, 5, 6 e 7 do artigo 52.º foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Estão à votação os artigos 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º e 61.º.

Secretário: Os artigos 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º e 61.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração do proémio ao artigo 62.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM,

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 62.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Colocamos agora à votação o artigo 62.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 62.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 63.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 63.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração à alínea c) do n.º 3 do artigo 64.º apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração à alínea c) do n.º 3 do artigo 64.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos o artigo 64.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 64.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora os n.^{os} 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do artigo 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os n.^{os} 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do Artigo 65.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o n.º 11 do artigo 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 11 do artigo 65.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Estão à votação os artigos 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º, 76.º e 77.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º, 76.º e 77.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Estão à votação os n.^{os} 8 e 9 do artigo 78.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: Os n.^{os} 8 e 9 do artigo 78.º foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Estão à votação os restantes números do artigo 78.º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os restantes números do artigo 78.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Estão à votação os artigos 79.º, 80.º e 81.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão..

Secretário: Os artigos 79.º, 80.º e 81.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM à alínea f) do n.º 3 do artigo 82.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração à alínea f) do n.º 3 do artigo 82.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 82.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 82.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 83.º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 83.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM ao n.º 3 do artigo 84.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º 3 do artigo 84.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 84.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 84.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 85.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 85.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM à alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração à alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos o artigo 86.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 86.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos o artigo 87.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 87.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos a proposta de aditamento apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM às subalíneas 9, 10, 11 e 12 da alínea a) do n.º 1 do artigo 88.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento às subalíneas 9, 10, 11 e 12 da alínea a) do n.º 1 do artigo 88.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos a proposta de eliminação do n.º 4 ao artigo 88.º apresentada pelo PSD/CDS-/PPM.

As Sra. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de eliminação ao n.º 4 do artigo 88.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos o artigo 88.º com estas propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 88.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação os artigos 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º e 94.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º e 94.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-/PPM à alínea c) do artigo 95.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração à alínea c) do artigo 95.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 95.º com esta proposta de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 95.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora os artigos 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º e 103.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º e 103.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM à alínea a) do n.º 2 do artigo 104.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração à alínea a) do n.º 2 do artigo 104.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos o artigo 104.º com esta proposta de alteração que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 104.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação dos artigos 105.º, 106.º, 107.º, 108.º, 109.º, 110.º, 111.º e 112.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 105.º, 106.º, 107.º, 108.º, 109.º, 110.º, 111.º e 112.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora a votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM ao n.º 2 do artigo 113.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas da alteração ao n.º 2 do artigo 113.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votamos o artigo 113.º com esta proposta de alteração que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 113.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos os artigos 114.º, 115.º e 116.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 114.º, 115.º e 116.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Temos agora a alteração aos Anexos. Há uma proposta de alteração ao

Anexo 1, apresentada pelo CHEGA, que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao Anexo 1 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, 5 votos a favor do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao Anexo 2, apresentada igualmente pelo CHEGA.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração ao Anexo 2 foram rejeitadas com 23 votos contra do PSD, 23 do PS, 2 CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do PAN, 5 votos a favor do CH e 1 voto a favor da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao Anexo 3 apresentada pelo PSD/CDS-PP/PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao Anexo 3 foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 CH, 2 CDS-PP, 1 do PPM, 1do BE e 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Vamos votar o Anexo 3 com a alteração que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O Anexo 3 foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Votamos agora os restantes anexos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Anexos 1 e 2 foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS,

2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 5 votos contra do CH, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, 5 votos de abstenção do CH e 1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Está assim encerrada este ponto da nossa agenda.

Podemos avançar.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para uma interpelação.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e está concedido.

Atingimos, assim, com o intervalo a nossa hora regimental.

Encerramos os nossos trabalhos por hoje.

Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 34 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Partido Socialista (PS)

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Os Serviços de Redação.